



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O Presente Termo de Referência tem como objeto a **aquisição de tubos e palanques de concreto**, conforme especificações descritas neste termo de referência.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

Justificamos o fornecimento destes serviços para atender as necessidades do departamento de Infraestrutura e Engenharia de Coronel Domingos Soares – PR, quanto à reforma de bueiros, drenagem de águas pluviais, de logradouros públicos, conservação das estradas, reforma e construção de pontes, reforma e manutenção de cercas para delimitar áreas de domínio público.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e os quantitativos a serem adquiridos são:

Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor total
1	350	Tubo de concreto de 0,20 cm de diâmetro.	Unidade	R\$ 38,50	R\$ 13.475,00
2	700	Tubo de concreto de 0,40 cm de diâmetro.	Unidade	R\$ 67,15	R\$ 47.005,00
3	2000	Tubo de concreto com c-f de 0,60 cm de diâmetro.	Unidade	R\$ 162,25	R\$ 324.515,00
4	400	Tubo de concreto com c-f de 0,80 cm de diâmetro.	Unidade	R\$ 324,78	R\$ 129.914,00
5	300	Tubo de concreto com c-f de 1 mt de diâmetro.	Unidade	R\$ 473,60	R\$ 142.080,00
6	500	Palanque de concreto 2,20 mts	Unidade	R\$ 52,91	R\$ 26.458,33
7	500	Palanque de concreto 2,70 mts	Unidade	R\$ 102,01	R\$ 51.008,33
TOTAL					R\$ 734.455,66



#### **4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo fiscal técnico Jorge Brescovites Sobrinho e fiscal geral Glenio José Maito.

#### **5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS**

O valor total estimado aproximado para a aquisição é de R\$ 734.455,66.

#### **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A destinação de dotação orçamentária dos demais departamentos ficará a critério do Departamento de Contabilidade.

#### **7. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

O período de execução 24 meses e vigência será de 24 meses.

Coronel Domingos Soares (PR), 16 de março de 2022.

**Jorge Brescovites Sobrinho**  
Fiscal do Departamento de Infraestrutura e Engenharia

**Wilson Tigre**  
Diretor do departamento de Infraestrutura e Engenharia

**Glenio José Maito**  
Fiscal Geral  
Portaria 0161/2021





## COTAÇÃO DE PREÇOS - Nº XX/ 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a aquisição de tubos e palanques de concreto.

<b>Razão Social:</b> Cimentela Ind. de Telas e Artefatos de Concreto LTDA	<b>Banco:</b> Brasil	<b>Agência:</b> 0343-3	<b>Conta:</b> 15224-2
<b>Endereço:</b> Rodovia BR 280, km 220, 2 nº 1600	<b>e-mail:</b> projeto@cimentela.com.br		
<b>Município/UF:</b> Canoas - SC	<b>Inscrição estadual:</b> 254079473		
<b>CNPJ nº:</b> 78.527.645/0001-74	<b>Telefone:</b> (47) 3624-2346	<b>Representante legal:</b>	

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	350	Tubo de concreto de 0,20 cm de diâmetro.	Unidade	30,50	10.675,00
02	700	Tubo de concreto de 0,40 cm de diâmetro.	Unidade	53,40	37.380,00
03	2000	Tubo de concreto com c-f de 0,60 cm de diâmetro.	Unidade	95,63	191.260,00
04	400	Tubo de concreto com c-f de 0,80 cm de diâmetro.		282,14	112.856,00
05	300	Tubo de concreto com c-f de 1 mt de diâmetro.	Unidade	386,50	115.950,00
06	500	Palanque de concreto 2,20 mts	Unidade	39,05	19.525,00
07	500	Palanque de concreto 2,70 mts	Unidade	160,65	80.325,00

R\$ Total: 567.971,00

<b>Carimbo do CNPJ:</b> 78.527.645/0001-74 CIMENTELA INDUSTRIA DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. RODOVIA BR 280 - Nº 1.600 CAMPO D'ÁGUA VERDE - CEP 89460-000 CANOAS - SANTA CATARINA	<b>Data e Assinatura do representante legal:</b> 11/03/22 
--	--

Obs.1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST(débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;

Obs.2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00(oito mil reais);

Obs.3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>78.527.645/0001-74</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ASERTURA <b>06/09/1984</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CIMENTELA IND.DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda</b> <b>25.92-6-02 - Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados</b> <b>43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras</b> <b>47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente</b> <b>77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>ROD BR 280</b>	NÚMERO <b>1600</b>	COMPLEMENTO <b>KM 220 3</b>
CEP <b>89.466-218</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CAMPO DA AGUA VERDE</b>	MUNICÍPIO <b>CANOINHAS</b>
UF <b>SC</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CIMENTELA@CIMENTELA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(47) 3624-2346</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>14/07/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/02/2022** às **08:40:29** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

005

## COTAÇÃO DE PREÇOS –Nº XX/ 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a **aquisição de tubos e palanques de concreto.**

<b>Razão Social: EMPREMAC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP</b>		<b>Banco:</b>	<b>Agência:</b>	<b>Conta:</b>
<b>Endereço:</b> MARECHAL HERMES DA FONSECA,75 AREA INDUSTRIAL		<b>e-mail:</b> TUBOS@EMPREMAC.COM.BR		
<b>Município/UF:</b> RENASCENÇA - PR		<b>Inscrição estadual:</b> 90587407-10		
<b>CNPJ nº:</b> 14.540.178/0001-30	<b>Telefone:</b> 46-3550-1819	<b>Representante legal:</b> LILIAM		

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	350	Tubo de concreto de 0,20 cm de diâmetro.	Unidade	45,00	15.750,00
02	700	Tubo de concreto de 0,40 cm de diâmetro.	Unidade	70,00	49.000,00
03	2000	Tubo de concreto com c-f de 0,60 cm de diâmetro.	Unidade	115,00	230.000,00
04	400	Tubo de concreto com c-f de 0,80 cm de diâmetro.	Unidade	300,00	120.000,00
05	300	Tubo de concreto com c-f de 1 mt de diâmetro.	Unidade	480,00	144.000,00
06	500	Palanque de concreto 2,20 mts	Unidade	66,00	33.000,00
07	500	Palanque de concreto 2,70 mts	Unidade	82,00	41.000,00

**R\$ Total: 632.750,00**

**Carimbo do CNPJ:**

EMPREMAC  
ARTEFATOS DE  
CIMENTO  
LTDA:145401780  
00130

Assinado de forma digital por  
EMPREMAC ARTEFATOS DE  
CIMENTO LTDA: 14540178000130  
Dados: 2022.03.16 09:42:30 -03'00'

**Data e Assinatura do representante legal:**

EMPREMAC  
ARTEFATOS  
DE CIMENTO  
LTDA:145401  
78000130

Assinado de forma digital por EMPREMAC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA:14540178000130  
Dados: 2022.03.16 09:42:55 -03'00'

Obs.1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST(débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;

Obs.2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00(oito mil reais);

Obs.3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.



**MUNICÍPIO DE**  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

006

Obs. 4: A presente cotação não se traduz em quaisquer garantias de contratações ou aquisições, podendo servir como elemento instrutor para a elaboração de processo licitatório futuro ou não.

Obs:05: Favor enviar junto com a cotação o cartão CNPJ.





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>14.540.178/0001-30</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>27/10/2011</b>
NOME EMPRESARIAL <b>EMPREMAC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>EMPREMAC TUBOS DE CONCRETO</b>		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARECHAL HERMES DA FONSECA</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>85.610-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>AREA INDUSTRIAL</b>	MUNICÍPIO <b>RENASCENCA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO *****		
TELEFONE <b>(46) 3523-4519</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/10/2011</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/01/2022 às 15:33:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## COTAÇÃO DE PREÇOS - Nº XX/ 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a aquisição de tubos e palanques de concreto.

Razão Social: Qualitubos Artefatos de Cimento Ltda EPP		Banco: 341	Agência: 2924	Conta: 00263-3
Endereço: Rodovia dos Minérios, 7.155		e-mail: qualitubos@terra.com.br		
Município/UF: Almirante Tamandaré/PR		Inscrição estadual: 9014216763		
CNPJ nº: 02.068.549/0001-43	Telefone: (41) 3657-2429	Representante legal: Luiz Fabiano Goinski		

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	350	Tubo de concreto de 0,20 cm de diâmetro.	Unidade	39,50	13.825,00
02	700	Tubo de concreto de 0,40 cm de diâmetro.	Unidade	75,10	52.570,00
03	2000	Tubo de concreto com c-f de 0,60 cm de diâmetro.	Unidade	232,40	464.800,00
04	400	Tubo de concreto com c-f de 0,80 cm de diâmetro.	Unidade	375,00	150.000,00
05	300	Tubo de concreto com c-f de 1 mt de diâmetro.	Unidade	562,90	168.870,00
06	500	Palanque de concreto 2,20 mts	Unidade	53,70	26.850,00
07	500	Palanque de concreto 2,70 mts	Unidade	63,40	31.700,00

R\$ Total:

Carimbo de CNPJ: <b>02.068.549/0001-43</b> QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ROD DOS MINÉRIOS - KM 18 1 - S/Nº CENTRO - CEP 83513-000	Data e Assinatura do representante legal: Alm. Tamandaré, 16/07/2022 
---	---

Obs.1: A regularidade tributária do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST(débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;

Obs.2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00(oito mil reais);

Obs.3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.068.549/0001-43</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>27/08/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO</b>		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>ROD DOS MINERIOS</b>	NÚMERO <b>7.155</b>	COMPLEMENTO <b>KM 16,1</b>
CEP <b>83.514-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JARDIM DONA BELIZARIA</b>	MUNICÍPIO <b>ALMIRANTE TAMANDARE</b>
		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(41) 3657-3434</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/11/2004</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/03/2022 às 15:06:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

010

## COTAÇÃO DE PREÇOS - Nº 01/ 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a aquisição de tubos e palanques de concreto.

<b>Razão Social:</b> CONCREARTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		<b>Banco:</b> ITAU	<b>Agência:</b> 3858	<b>Conta:</b> 23877-1
<b>Endereço:</b> RUA CURITIBA, 469 OURO FINO		<b>e-mail:</b> vendasconcrearte@terra.com.br		
<b>Município/UF:</b> SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR		<b>Inscrição estadual:</b> 9016244020		
<b>CNPJ nº:</b> 02.539.426/0001-43	<b>Telefone:</b> 41 3382-7756	<b>Representante legal:</b> GIOVANNI ROCCO		

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	350	Tubo de concreto de 0,20 cm de diâmetro Simples	Unidade	R\$ 39,00	R\$ 13.650,00
02	700	Tubo de concreto de 0,40 cm de diâmetro Simples	Unidade	R\$ 70,10	R\$ 49.070,00
03	2000	Tubo de concreto com c-f de 0,60 cm de diâmetro PA-1	Unidade	R\$ 206,00	R\$ 412.000,00
04	400	Tubo de concreto com c-f de 0,80 cm de diâmetro PA-1	Unidade	R\$ 342,00	R\$ 136.800,00
05	300	Tubo de concreto com c-f de 1 mt de diâmetro PA-1	Unidade	R\$ 465,00	R\$ 139.500,00
06	500	Palanque de concreto 2,20 mts	Unidade	NÃO	FABRICAMOS
07	500	Palanque de concreto 2,70 mts	Unidade	NÃO	FABRICAMOS

R\$ Total: R\$ 751.020,00

Carimbo do CNPJ:



Data e Assinatura do representante legal:

14/03/2022  
  
CONCREARTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

Obs. 1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST (débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica.

Obs. 2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Obs. 3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.

Obs. 4: A presente cotação não se traduz em quaisquer garantias de contratações ou aquisições, podendo servir como elemento instrutor para a elaboração de processo licitatório futuro ou não.

Obs. 05: Favor enviar junto com a cotação o cartão CNPJ.





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.539.426/0001-43</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>18/05/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CONCREARTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R CURITIBA</b>	NÚMERO <b>469</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>83.015-060</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>OURO FINO</b>	MUNICÍPIO <b>SAO JOSE DOS PINHAIS</b>
		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(41) 3382-7756</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>09/04/2004</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/02/2022 às 13:17:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**PARECER PRÉVIO 19/2022**

**Origem:** Departamento de Controle Interno

**Destinatário:** Departamento de Infraestrutura e Engenharia

**Assunto:** Pregão Eletrônico referente a aquisição de tubos e palanques de concreto.

Venho por meio deste, informar a este setor, que para fins de averiguação e controle foi analisado: Termo de referência, orçamentos cartão CNPJ, enviadas pelo departamento de Saúde e todas estão de acordo. Desta feita retomem-se aos autos a esse departamento e siga para as demais tramitações.

Ademais, qualquer dúvida nos encontramos à disposição.

Coronel Domingos Soares-PR, 22 de março de 2022.

Atenciosamente

Dirlei de Lima  
Controle Interno

Dirlei de Lima  
Controle Interno  
Portaria nº 224/2019





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

013

**PARECER CONTABIL**

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de aquisição de tubos e palanques de concreto, são os seguintes:

**Especificação de Dotações:**

08 Departamento de Infraestrutura e Engenharia

001 – Departamento de Infraestrutura e Engenharia

15.451.0010.2054 – Manutenção das Atividades do Departamento de infraestrutura e Engenharia

Conta de despesa - 4440- fonte de recurso 000

26.782.0010.1018 Construção e reforma de Pontes e Pontilhões

Conta de despesa – 4580- fonte de recurso 000

Conta de despesa – 4590- fonte de recurso 504

26.782.0010.1018 Readequação de estradas rurais

Conta de despesa – 4680- fonte de recurso 000

Conta de despesa – 4690 – fonte de recurso 504

004 Divisão de Obras e Urbanismo

15.451.0010.2056 Manutenção das Atividades da Divisão de Obras e Urbanismo

Conta de despesa – 4990 fonte de recurso 504

15.451.0010.2058 – Manutenção das Vias Urbanas

Conta de despesa 5060- fonte de recurso 000

Conta de despesa 5070- fonte de recurso 504

008 Divisão de serviços Rodoviários, Urbanos e Rurais

15.452.0010.2062 Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Rodoviários, Urbanos e Rurais

Conta de despesa – 5260 fonte 504

33.90.30.00.00 – Material de consumo.

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 09 de maio de 2022.

  
Daniele P. Brighenti

Contadora CRC PR-047272/O-2



**Parecer de Licitação 55/2022**

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Presencial referente aquisição de tubos e palanques de concreto.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
4. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Presencial", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: Aquisição de tubos e palanques de concreto. Limitado ao teto máximo de R\$ 734.455,66 (setecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Infraestrutura e Engenharia.

Coronel Domingos Soares, 09 de maio de 2022.

**Jandir Bandiera**  
**Prefeito Municipal**

JANDIR BANDIERA  
PREFEITO MUNICIPAL





**PROCESSO N.º 64/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2022**

A Prefeitura de Cel. Domingos Soares, Estado do Paraná, sito a Av. Araucária, 3120, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 59/2021, e ainda de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 suas posteriores alterações e a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão, tipo Por item** para o objeto: **Aquisição de tubos e palanques de concreto**, observadas as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência e no conteúdo geral deste Edital.

**Agenda de eventos:**

- Protocolo de envelopes até as 09 horas (horário local) do dia **15/06/2022** no setor de protocolo geral, no Centro Administrativo Adão Reis.
- Abertura dos envelopes e etapa de lances a partir das **09:00 horas** (horário local) do dia **15/06/2022** no setor de licitações do Centro Administrativo Adão Reis.

**1 – DO OBJETO**

- 1.1– O presente pregão tem por **Aquisição de tubos e palanques de concreto**, de acordo com a descrição do Anexo I deste Edital.
- 1.2 - O presente edital, e seus demais anexos encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados no setor de Compras/Licitações a partir de sua publicação das 09h00m as 12h00m e das 13h30m as 17h00m.
- 1.3 - Quaisquer cópias a serem dispensadas dos documentos do certame serão cobradas a razão de R\$ 0,20(vinte centavos) a cópia em papel A4, caso o interessado deseje efetuar cópia em algum tipo de mídia o material deverá ser fornecido pelo proponente. O presente edital bem como seus anexos, se houverem, não serão enviados por e-mail ou fax, devendo, para tanto, o proponente interessado dirigir-se até o Centro Administrativo Adão Reis e efetuar a retirada do mesmo ou consultá-lo diretamente no endereço eletrônico <http://www.pmcps.pr.gov.br/>.

**2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Considerando a disposição de valores unitários dos objetos fica assim disposta a participação dos interessados no certame:

**2.1.1. PODERÃO PARTICIPAR DO PRESENTE PROCESSO EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP/MEI CONFORME LEI GERAL Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, devidamente autorizados/credenciados pelos órgãos competentes e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, para todos os itens constantes do Anexo I.**

**2.2.2 PODERÃO PARTICIPAR DO PRESENTE PROCESSO EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS COMO ME/EPP/MEI, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, somente para os itens constantes do Anexo I que ultrapassem o importe de R\$ 80.000,00(oitenta mil reais).**

2.2.3 - É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- c) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- d) empresa que estiver sob concurso de credores, dissolução, liquidação, processo de falência ou recuperação judicial;
- e) empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenha sido punida com suspensão do direito de licitar e contratar com o Município;
- f) que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o FGTS e UNIÃO;
- g) mantenham, direta ou indiretamente, sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado ao governo municipal.





h) tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Conforme Observância ao Disposto do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

i) representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

j) entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.4. Visando a comunicação entre a Prefeitura Municipal e as empresas interessadas na licitação, no tocante à eventuais alterações do edital, deverá ser preenchido o protocolo de retirada do Edital junto ao setor de compras/licitações.

### **3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

3.1 Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do Pregão, o representante da proponente entregará ao Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio os documentos abaixo listados que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade:

3.1.1 **Carteira de Identidade ou CTPS ou CNH**, para identificação pessoal do representante do proponente.

3.1.2 **Instrumento público/particular de procuração ou ato constitutivo da proponente.**

3.1.2.1 Caso seja feita a apresentação de instrumento de procuração, a mesma deverá contemplar poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.1.2.1 Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular (conforme modelo anexo ao edital), a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento equivalente, onde seja possível verificar a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário. Em sendo adotada a via de instrumento particular o mesmo deverá contar com o reconhecimento de firma do outorgante.

3.1.3 **Comprovação da condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, a qual será recebida exclusivamente nesta oportunidade, através da apresentação do seguinte documento, conforme o caso de enquadramento:

a. "Certidão Simplificada" de micro empresa ou empresa de pequeno porte atualizada, expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, em até 60 dias que antecedem a data de abertura do certame; ou,

b. "Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual" extraído do *site* da Receita Federal.

3.1.3.1 A não comprovação, nesta fase, da condição de ME/EPP/MEI causará ao proponente os seguintes impedimentos, conforme o caso:

a. Invocar para si os benefícios que a legislação prevê para empresas sob este regime.

b. Participar das demais fases do certame, quando a licitação for exclusiva para ME/EPP/MEI, impossibilitando, em consequência, o aproveitamento dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", os quais ficarão, após rubricados pelos interessados, arquivados por trinta dias na repartição e, ao final deste prazo, caso não retirados, destruídos sem maiores formalidades.

c. Participar do(s) objeto(s) destinados a ME/EPP/MEI quando a licitação for parcialmente exclusiva para empresas constituídas neste formato/condição.





**3.1.4. Declaração de cumprimento de requisitos de habilitação e de inexistência de fatos impeditivos.**

**3.1.4.1 A ausência desta declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigido prevista inviabilizará a participação da proponente neste processo, impossibilitando, em consequência, o aproveitamento dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", os quais ficarão, após rubricados pelos interessados, arquivados por trinta dias na repartição e, ao final deste prazo, caso não retirados, destruídos sem maiores formalidades. Esta declaração dá cumprimento ao previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.**

3.2 É admitido somente um representante por proponente.

3.3 A ausência da documentação referida nos itens 3.1.1 e 3.1.2 ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas neste edital impossibilitará a participação da proponente neste certame, exclusivamente no tocante à formulação de lances orais e demais atos relacionados, inclusive interpelações e solicitações de prazos recursais.

3.4 Para que os licitantes não aleguem ignorância os documentos de credenciamento devem ser entregues em mãos, no início dos trabalhos e fora de qualquer envelope.

**4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**4.1. A proposta deverá ser apresentada em um arquivo em mídia (pendrive / CD) contendo o Nome, número do CNPJ, endereço e telefone da empresa proponente, proposta essa para a inclusão no sistema conforme arquivos em anexo a este edital, utilizando-se do programa disponível no portal de transparência do Município no endereço eletrônico <http://www.pmc.ds.pr.gov.br/pag.php?id=138&modulo=1&tipodoc=>.**

**4.1.1 Deverá ser, também, apresentada proposta impressa conforme disponibiliza o programa "esPROPOSTA" (em anexo ao edital) e devidamente assinada pelo representante legal, inserida em envelope fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:**

**4.1.2 a proposta que não apresente o arquivo mídia ou em desacordo com os termos 4.1 deste Edital com pena de desclassificação.**

**CNPJ/MF**

**ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2021**

4.2. Ser alimentada e impressa por processo eletrônico através do sistema "esPROPOSTA" (em anexo ao edital) em papel com identificação da empresa, em uma via, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datada, rubricada e assinada na última de suas folhas pelo representante legal da proponente.

4.3. Conter a razão social, endereço, CEP, telefone, CNPJ da licitante e o número deste Edital..

4.4. Consignar preço unitário do item e o totalizador de cada item, em moeda corrente nacional, escrito em algarismo. Em caso de divergência entre algum valor proposto será considerado o de menor importe, ou seja, o mais vantajoso para a administração. Serão consideradas somente duas casas após a vírgula, para efeito de classificação da proposta;

4.5. Os preços cotados deverão ser líquidos, devendo estar neles incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita entrega/execução do objeto desta licitação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4.6. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de valores ou alterações nas condições estipuladas, uma vez que houver a abertura da proposta. Será desclassificado o proponente que apresentar mais de uma proposta de valores para o mesmo objeto acondicionada no envelope "Proposta de Preços".

4.7. Não serão consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem valores ou vantagens baseadas em ofertas das demais licitantes, valores unitários simbólicos, irrisórios ou de cotação zero.

4.8. Será desclassificada a proposta em desacordo com os termos deste Edital ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente.





4.9. Declarar prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de entrega dos envelopes. As propostas que omitirem o prazo de validade serão consideradas como sendo válidas por 60 (sessenta) dias corridos.

4.10. A proposta poderá, facultativamente, conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da proponente. Para fins de eventual contratação a informação destes dados passará a ser obrigatória.

4.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## **5 – DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

5.1 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope opaco, fechado por cola ou lacre, contendo, no anverso, os seguintes dizeres:

### **RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**CNPJ/MF**

### **ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2021**

5.2. Para habilitação no certame a licitante deverá apresentar:

#### **5.2.1. Habilitação Jurídica**

a) ato constitutivo do proponente (dispensado se já apresentado junto aos documentos de credenciamento).

a.1) A ser comprovado através de Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual ou, Contrato Social e sua última alteração, ou Certidão atualizada da Junta Comercial, para as sociedades comerciais ou, Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou do Cartório de Títulos e Documentos para as sociedades civis e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício ou, se for o caso, decreto de autorização para funcionamento no país, no caso de empresas estrangeiras ou, certificado da condição de microempreendedor individual extraído do site da Receita Federal.

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado(CICAD para o Paraná ou documento equivalente para os demais estados) ou do Município(alvará de licença e localização), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades.

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

c.1) Do conteúdo do CNPJ das licitantes é que será avaliado se a atividade ali descrita(CNAE) é compatível com o objeto ora licitado.

#### **5.2.1.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

b) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

c) Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

d) Certificado de Regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

#### **5.2.1.2. Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de pedidos de falências, concordatas ou processo de recuperação judicial, passada pelo distribuidor judicial, da sede da empresa, expedida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data de apresentação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, 2020, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 meses da data de apresentação e devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado.





b.1) As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2021.

b.2) Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

**5.2.2. Qualificação Técnica** (apresentação obrigatória seja o proponente cadastrado ou não)

**a) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;**

**a.1) Se o documento for emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá a assinatura deste documento ser reconhecida em cartório.**

**b) Declaração de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geográficas e topográficas para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação devidamente assinada pelo representante legal da proponente, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;**

**c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição federal devidamente assinada pelo representante legal da proponente, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;**

**d) Declaração de inexistência de vínculo funcional daqueles que integram a estrutura jurídica do licitante para com a administração pública, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital.**

**e) Declaração CNAE, identificando qual CNAE representa a atividade de maior receita do proponente, conforme em anexo.**

**5.3 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada previamente por cartório competente ou por servidor na qualidade de membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão de imprensa oficial. Esta condição poderá ser dispensada para aqueles documentos que podem ter sua autenticidade verificada nos arquivos da municipalidade ou via on-line no respectivo site da internet ou para aqueles cuja emissão seja da própria municipalidade.**

**5.4 - Os interessados em fazer cadastro junto a municipalidade ou que deseje apresentar cópias de documentos para este certame deverá trazê-las consigo vez que a Administração não as produzirá.**

**5.5 - Em hipótese alguma será admitido a apresentação posterior de documento o qual deveria estar acondicionado em seu respectivo envelope por ocasião do protocolo. Nenhum documento apresentado poderá ser retificado ou modificado de qualquer forma após o protocolo dos envelopes.**

**5.6 - Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido ou em desacordo com este edital.**

**5.7 - Qualquer documento, que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.**

**5.8 - Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.**

**5.9 - Se todas as proponentes forem inabilitadas, o pregoeiro, a seu exclusivo critério, poderá fixar as proponentes o prazo de até cinco dias úteis para apresentação de nova documentação.**

**5.10 - Em caso de inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.**

**5.11 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura Aquisição, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**





a. Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

b. CNAE ([www.cnae.ibge.gov.br](http://www.cnae.ibge.gov.br));

c. SICAF;

d. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

e. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

5.11.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.11.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.12. Os licitantes enquadrados na condição conhecida como "MEPs", poderão invocar os benefícios que entenderem oportunos quanto a fase de habilitação e as consequências dela decorrentes, como já lhes garante a legislação aplicável em especial a Lei Complementar Federal 123, sendo oportuno citar aqui, para que não se alegue desconhecimento/ignorância um dos quesitos aplicáveis que esta Norma apresenta no bojo de seu art. 43:

**"Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

**1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

**§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação." (grifo nosso)**

## **6 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

6.1 Em prazo e local descritos no preâmbulo deste Edital, os interessados deverão protocolar seus envelopes e demais documentos que assim desejem junto ao setor municipal de protocolo no edifício do Centro Administrativo Adão Reis.

6.2 Nas condições previstas neste edital o Pregoeiro receberá do setor municipal de protocolo, os envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, correspondente as propostas e a habilitação exigida das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

6.3. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

## **7– DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

7.1. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados, levando-se em conta a modalidade adotada no certame.

7.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todas as concorrentes.





- 7.3. Será (ão) classificada (s) e proclamada (s) pelo Pregoeiro a licitante que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.
- 7.4. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço; no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados.
- 7.5. Para as licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 7.3 e 7.4, que estejam devidamente representadas e credenciadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 7.6. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, através de seus representantes devidamente credenciados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor;
- 7.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8. Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, quando será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.
- 7.8.1. Quando o valor original proposto tiver sido alterado por conta de lance oferecido, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de abertura da sessão do Pregão, nova Proposta de Preços, constando os valores unitários do item licitado de acordo com o valor global da adjudicação, a qual substituirá a proposta primitiva e fará parte integrante do contrato, necessidade que poderá ser dispensada pelo pregoeiro se este assim entender possível.
- 7.9. Serão desclassificadas as propostas que:
- 7.9.1. Não contiverem todos os dados e elementos exigidos para o envelope Proposta de Preços, sejam omissas relativamente a alguma parcela do item ou apresentem irregularidades ou defeitos que impeçam o julgamento objetivo;
- 7.9.2. Que ofertarem preços irrisórios, simbólicos, de cotação 0, manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado, inclusive pela omissão de custos tributários incidentes sobre a contratação.
- 7.10. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 7.12. Caso a licitante apresente seu certificado de cadastro com algum documento já vencido deverá apresentar o novo e em vigor juntamente com aquele, ou seja, com o certificado de cadastro.
- 7.13. Caso a licitante apresente irregularidade no cadastramento, ou apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.
- 7.14. Não serão aceitos protocolos nem recibos de pagamento em substituição a quaisquer documentos ou certidões.
- 7.15. Findo o exame da documentação e constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, momento em que o Pregoeiro, de maneira clara e incisiva, informará às demais licitantes ter chegado o momento da manifestação de intenção de interpor recurso e a síntese das suas razões.
- 7.16. Não havendo manifestação sobre a intenção de interpor recursos, à licitante vencedora será adjudicado, pelo Pregoeiro, o objeto desta licitação.
- 7.17. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto.





- 7.18. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para alcance de melhor preço.
- 7.19. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.
- 7.20. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos e que ao final, será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.
- 7.21. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.
- 7.22. Após a conclusão da sessão do Pregão, os envelopes de habilitação que não forem abertos ficarão à disposição do Pregoeiro durante 30 (trinta) dias, findo os quais poderão ser requisitados pelas empresas participantes, ou do contrário serão inutilizados sem maiores formalidades.
- 7.23. Após a declaração da vencedora da licitação, não havendo manifestação quanto à intenção de interposição de recurso, o Procedimento será submetido à Administração, para homologação e contratação.
- 7.24. O resultado do julgamento das propostas será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 7.25. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.25.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 7.26. No caso de empate em duas ou mais propostas, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.26.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 7.26.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.26.1 deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 7.25 e 7.25.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.26.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.25.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens 7.25 e 7.26 e seus subitens, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.28. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 7.29. O disposto item 7.26 e seus subitens somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio em ato público, com a participação de todas as licitantes, conforme dispõe o Art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8883/94.

## **8 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 8.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido até dois dias antes da data fixada para recebimento das propostas, no endereço discriminado preâmbulo deste edital.
- 8.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.3. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 8.4. Não será tomado conhecimento de impugnações enviadas via fax, e-mail ou de outra forma diversa de protocolo dos originais junto ao setor competente para tal desta municipalidade.





8.5. As impugnações deverão estar assinadas pelo representante legal da impugnante com o devido reconhecimento em cartório, caso seja feito através de procurador ou representante deverá se fazer acompanhar de documento que lhe outorgue poderes para tal.

#### **9 – DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O Departamento de Administração convocará a licitante vencedora para assinar o eventual Contrato, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

9.2. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito por esta Administração.

9.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do Contrato.

9.4. Se a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no item anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

#### **10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

A despesa será custeada, até 31/12/2022 com os recursos consignados aos departamentos da administração municipal, no orçamento para o exercício em curso, na descrição constante do Anexo I.

#### **11 – DA ALTERAÇÃO E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, se cabível ao objeto desta licitação.

11.2. Outros acréscimos ou supressões poderão exceder os limites estabelecidos no item anterior desde que permitidos pela Lei 8.666/93 e de comum acordo entre as partes contratantes.

#### **12 – DOS PRAZOS CONTRATUAIS**

O consequente Contrato, que se originará deste certame, terá prazo de execução/entrega e de vigência descrita no Anexo II - Minuta de Contrato, cujos prazos podem ser prorrogados desde que obedecidas às mesmas condições estipuladas no instrumento contratual, na forma da Lei 8.666/93.

#### **13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, na qual poderá juntar os memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.2.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

13.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à autoridade superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.





13.6. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão ser apresentados, para registro, na Seção de Protocolo no Edifício sede desta municipalidade, no endereço descrito no preâmbulo deste edital em horário normal de expediente.

13.7. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

13.8. As manifestações que por ventura os participantes do certame desejem fazer constar em ata deverão ater-se aos eventos ocorridos durante a seção, todavia de forma sucinta e motivada, sendo que caso o pregoeiro identifique que tais medidas sejam puramente de caráter protelatório poderá indeferir de imediato a abertura de prazo recursal, fundamentando suas razões. Comentários e manifestações alheias a esta condição deverão ser formalizados pelas demais vias administrativas e legais. Não serão aceitos e reconhecidos documentos recursais enviados via e-mail ou fax.

#### **14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Em existindo recurso, após a decisão dos mesmos e constatação da regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14.2. Inexistindo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, cabendo à autoridade competente a homologação do certame.

14.3. Após a homologação, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

#### **15 – DA GARANTIA DO CONTRATO**

As garantias se exigíveis para este certame e contrato serão tipificadas no minuta de contrato em anexo a este Processo.

#### **16 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO e REAJUSTES**

16.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.1.1. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverá ser encaminhado pela empresa solicitante através de um Ofício, devidamente justificado, juntamente com a comprovação Fiscal, bem como protocolar no setor de Recursos Humanos, para concessão do mesmo.

16.1.2. O prazo para a realização do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

16.1.3. A empresa deverá continuar fornecendo o produto, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor atual, sem prejuízos a administração, o valor será alterado após a data de publicação do novo Aditivo de Reajuste.

16.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

#### **17 – DAS PENALIDADES FACE O PROCESSO**

17.1 ADVERTÊNCIA: Aperfeiçoado via aviso por escrito, emitido quando a Licitante descumprir qualquer obrigação durante a fase processual até a fase de adjudicação, e será expedido pelo setor responsável pelas licitações do Órgão, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, especialmente nos seguintes casos:

a. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

b. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexecutável, irrisório ou equivalente a zero na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

c. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

d. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;





e. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

17.1.1. Todas as hipóteses tratadas no subitem 17.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial.

17.2 SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, e poderá ser aplicada caso a pena de advertência não se apresente suficiente para resolução da celeuma.

17.2.1 A suspensão poderá ser aplicada por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou 17.2.2 Poderá ser aplicada a suspensão, ainda, por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

## **18 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

18.1. O presente pregão poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação; devendo ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

18.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. Qualquer modificação deste Edital será divulgada pelo mesmo meio de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, fixando prazo para atendimento vedado a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originalmente da proposta.

19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na administração municipal.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

19.5. Fica eleito o foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, para dirimir qualquer controvérsia judicial decorrente da presente licitação sendo este também o foro de eleição para suprimento contratual.

19.6. Esclarecimentos relativos à presente licitação somente serão prestados quando requeridos formalmente ao Presidente da Comissão de Licitação ou Pregoeiro, à Av Araucária, nº 3120, CEP 85557000, decorrendo daí os tramites legais. Informações prestadas por elementos entidade autora do certame somente terão algum fundamento para os proponentes se houverem sido feitos de forma oficial e por escrito, exclusivamente através do Presidente da comissão de Licitações e/ou do Pregoeiro. Não serão recepcionados pedidos de esclarecimentos e/ou informações enviados via e-mail ou fax.

19.7. Fazem parte integrante deste Edital, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição o Anexo I – Termo de Referência e o Anexo II - Minuta de Contrato.

19.8. Os demais modelos anexos ao edital tem o propósito facilitador, porém sua eventual ausência neste edital não se traduz em falta de obrigatoriedade de apresentação dos mesmos, cabendo aos proponentes a responsabilidade de elaboração e apresentação.



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

026

Coronel Domingos Soares-PR, 11/05/2022.

---

**Jandir Bandiera**  
**Prefeito Municipal**

JANDIR BANDIERA  
PREFEITO MUNICIPAL





**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 APRESENTAÇÃO**

O presente documento apresenta a especificação, quantidade, local e prazo para entrega, condições de recebimento, e valor máximo estimado para os itens objeto do presente Pregão.

**2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO**

O objeto desta licitação é a colheita da oferta mais vantajosa para Aquisição de tubos e palanques de concreto, para fornecimento/execução de forma fracionada durante o período contratual observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

2.1. As quantidades foram estimadas com base no consumo médio para um período futuro de até 24 meses, podendo ser prorrogado por conveniência das partes contratuais.

2.2. Da descrição detalhada do objeto, suas quantidades e valores máximos:

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	6627	PALANQUE DE CONCRETO 2,20 MTS	500,00	UN	52,91	26.455,00
2	6628	PALANQUE DE CONCRETO 2,70 MTS	500,00	UN	102,01	51.005,00
3	2684	Tubo de concreto com c-f de 0,60 cm de diâmetro	2.000,00	UN	162,25	324.500,00
4	950	Tubo de concreto com c-f de 0,80 cm de diâmetro	400,00	UN	324,78	129.912,00
5	951	Tubo de concreto com c-f de 1 m de diâmetro	300,00	UN	473,60	142.080,00
6	953	Tubo de concreto de 0,20cm de diâmetro	350,00	UN	38,50	13.475,00
7	2683	Tubo de concreto de 0,40 cm de diâmetro	700,00	UN	67,15	47.005,00
TOTAL						734.432,00

**3. FISCALIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO**

3.1 O(s) objeto(s) deverá(ao) estar em conformidade com as normas vigentes.

3.1.1 - Todos os objetos entregues/executados serão recebidos e conferidos por servidor(es) da Administração Municipal, indicado como fiscal de contrato.

3.2 – Caberá a Contratada indicar um funcionário técnico para acompanhar solicitações e fornecimentos/execuções, bem como reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de eventuais falhas detectadas.

3.3 – A entrega/execução do objeto dar-se-á sob a forma fracionada, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao que realmente se aperfeiçoou do objeto, conforme atesto de recebimento/execução da secretaria/departamento municipal requisitante.

**4 FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 – O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

I - As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no [compraspmcds@gmail.com](mailto:compraspmcds@gmail.com) e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

028

de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

II - Apresentação das certidões negativas de débitos fiscais perante: FGTS, Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal e Tribunal Superior do Trabalho(débitos trabalhistas), todas anexas a nota fiscal, sob pena de suspensão do pagamento dos haveres até a apresentação dos aludidos documentos.

II.1 – O Município não será responsável pela consulta e/ou impressão das certidões de regularidade junto aos sites/órgãos citados neste tópico.

4.2 – Os pagamentos serão feitos exclusivamente via depósito on-line sendo que para tanto deverá ser informado pela contratada os dados bancários pertinentes em nome da empresa contratada, antes da celebração de contrato.

4.3 – As despesas decorrentes das contratações deste certame serão abarcadas pelas seguintes dotações orçamentária

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4580	08.001.26.782.0010.1015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4590	08.001.26.782.0010.1015	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5060	08.004.15.451.0010.2058	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5070	08.004.15.451.0010.2058	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

## 5 APERFEIÇOAMENTO DO OBJETO

5.1. Local: o objeto solicitado deverá ser entregue diretamente ao setor solicitante, no quadro urbano de Cel. Domingos Soares, à custa do contratado.

5.2. Prazo: o fornecimento total dar-se-á em até **24 Meses**.

5.2.1. A entrega deverá ser feita em até 5 Dias dias após emissão de requisição de compras, podendo ser solicitada de forma fracionada durante o período de execução do contrato, conforme necessidade dos Departamentos requisitantes.

5.3. Não serão dispensados quaisquer custos adicionais para transporte do objeto desse certame, visto que este ônus já está incluso no valor Máximo estipulado neste edital.

**RONEI DE MORAES BUENO**  
Departamento de Infraestrutura e Engenharia





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

029

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO - PREGÃO /2022**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pela Prefeita \_\_\_\_\_, de CPF nº \_\_\_\_\_ em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede a \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ neste ato devidamente representada por \_\_\_\_\_ de CPF \_\_\_\_\_.

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 35/2022, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente contrato é Aquisição de tubos e paliques de concreto, nas seguintes condições e especificidades:

1.2

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O preço ajustado para aquisição/execução do objeto da licitação e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R\$ \_\_\_\_\_, respeitados os valores individuais descritos na Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de **24(vinte e quatro) meses**, a contar de sua assinatura, e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação, por extrato do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES**

4.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

4.1.1. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverá ser encaminhado pela empresa solicitante através de um Ofício, devidamente justificado, juntamente com a comprovação Fiscal, bem como protocolar no setor de Recursos Humanos, para concessão do mesmo.

4.1.2. O prazo para a realização do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

4.1.3. A empresa deverá continuar fornecendo o produto, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor atual, sem prejuízos a administração, o valor será alterado após a data de publicação do novo Aditivo de Reajuste.

4.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

**CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento do valor devido para o fornecimento ou execução do objeto deste edital, será realizado até o décimo quinto dia do mês subsequente àquele em que se deu a entrega ou execução, após objeto(s) devidamente aceito(s). Os pagamentos serão efetuados através das seguintes dotações orçamentárias:

**Dotações**

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4580	08.001.26.782.0010.1015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4590	08.001.26.782.0010.1015	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

030

2022	5060	08.004.15.451.0010.2058	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5070	08.004.15.451.0010.2058	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

PARAGRAFO PRIMEIRO - Em recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA e exclusivamente através de depósito bancário diretamente na conta do favorecido sendo a mesma. Não serão efetuados pagamentos em cheques e/ou dinheiro.

PARAGRAFO TERCEIRO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada, emitente da fatura.

PARAGRAFO QUARTO - As Notas Fiscais deverão ser entregues na Prefeitura, no endereço já declinado no preâmbulo da presente, contendo a descrição processo licitatório bem como modalidade correspondente. As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail [licitapmcds@gmail.com](mailto:licitapmcds@gmail.com) e também no [compraspmcds@gmail.com](mailto:compraspmcds@gmail.com) e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade.

PARAGRAFO QUINTO - Notas fiscais, quando emitidas, devem ater-se ao departamento para o qual foi destinado objeto havendo 3 possibilidade a saber:

- Para o setor municipal de saúde: Fundo Municipal de Saúde de Cel. Domingos Soares, av Araucária, sn, CNPJ 08899631/0001-04, isento de inscrição estadual;
- Para o setor municipal de ação social: Fundo Municipal de Assistência Social de Cel Dom Soares, av Araucária, sn, CNPJ 14689536/0001-70, isento de inscrição estadual;
- Para os demais setores da administração: Município de Cel Domingos Soares, Av Araucária, 3120, CNPJ 01614415/0001-18, isento de inscrição estadual.

PARAGRAFO SEXTO - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

PARAGRAFO SÉTIMO - Somente serão efetuados os pagamentos das Notas Fiscais que estiverem acompanhadas das respectivas autorizações de compras emitidas pelo Departamento de Compras, as Notas Fiscais que não estiverem acompanhadas destas autorizações não serão recebidas, portanto somente o Departamento de Compras é autorizado a solicitar os produtos e o fornecedor não deverá entregar qualquer item que seja solicitado por terceiros ainda que vinculados a administração municipal.

PARÁGRAFO OITAVO - Pactuam as partes, em comum acordo, que nenhum pagamento, no âmbito deste contrato, deverá ser efetivado ao contratado caso este não comprove, junto a cada nota fiscal emitida em desfavor do contratante, sua condição de regularidade fiscal perante a Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, O FGTS e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidões negativas e/ou certidões positivas com efeitos de negativa. Esta pactuação das partes visa condicionar o contratado a manter durante o curso da prestação dos serviços ou da entrega de bens a condição de regularidade comprovada pelo mesmo por ocasião da participação na licitação.

- O contratado reconhece, desde já, que a eventual retenção de pagamentos pela não satisfação do pactuado neste parágrafo não será reconhecida como retenção indevida.
- O contratante se reserva, ainda, o direito de suspender a prestação de serviços ou o fornecimento de bens bem como não mais receber notas fiscais do contratado caso este deixe de cumprir o previsto neste parágrafo.

**CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS**

6.1 O prazo total de entrega/execução será de **24 Meses**, podendo ser prorrogado de conformidade com o disposto na Lei 8.666/93.

6.2 A entrega deverá ser feita em até 5 Dias dias após emissão de requisição de compras, podendo ser solicitada de forma fracionada durante o período de execução do contrato, conforme necessidade do Departamentos requisitantes.





PARAGRAFO PRIMEIRO - É vedado à empresa vencedora executar o objeto sem emissão de ordem de compra/fornecimento expedida pelo \_\_\_\_\_, sob pena de não reconhecimento das mesmas;

PARAGRAFO SEGUNDO - É vedada a empresa vencedora interromper a entrega e/ou execução do objeto por qualquer motivo, sem aviso prévio antecipado e de no mínimo 05(cinco) dias do referido ato, sob pena de não aceitação do mesmo e aplicação de sanções administrativas;

PARAGRAFO TERCEIRO - A empresa vencedora será única e exclusiva responsável pelo atendimento das legislações: fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, ambientais, equipamentos de proteção individual e seguros em geral;

PARAGRAFO QUARTO - A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho;

PARAGRAFO QUINTO - É vedada a empresa vencedora transferir ao outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

PARAGRAFO SEXTO - Todo objeto entregue e/ou executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

PARAGRAFO SÉTIMO - O objeto será solicitado à empresa vencedora, pelo(a) \_\_\_\_\_ desta municipalidade conforme solicitação interna do depto de origem.

PARAGRAFO OITAVO - A não entrega e/ou execução no prazo anteriormente estipulado será considerada como desistência, podendo a administração pública, indicar o próximo colocado nos itens que ganhou o primeiro, para a entrega e/ou execução, nas mesmas condições oferecidas pelo primeiro colocado, nos termos da legislação vigente;

PARAGRAFO NONO - O prazo de garantia dos produtos fornecidos deverá ser de, no mínimo, três meses para materiais de consumo e de um ano para materiais permanentes e/ou duráveis, contados da data de recebimento pelo Município.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Constituem direitos do CONTRATANTE receber e fazer cumprir o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todos os meios para que a contratada possa entregar e/ou executar o objeto dentro das normas estabelecidas;
- b) Proceder à conferência do objeto, certificando-se de que atende as especificações descritas neste contrato;
- c) Efetuar o pagamento ajustado;
- d) Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para configurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;
- e) Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com referência ao fornecimento e/ou execução do objeto.
- f) Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- g) Solicitar o objeto, através de Autorização de Fornecimento devidamente assinada.
- h) Exigir a apresentação de notas fiscais, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem: as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de outros compromissos que exijam tais comprovações.
- i) A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros, intermediários ou quaisquer outros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:





- a) Responsabilizar-se pela emissão de Nota Fiscal eletrônica, ficando ciente que o Departamento Compras não receberá a Nota que descumprir a legislação pertinente a matéria e o pagamento ficará pendente até a regularização da situação.
- c) A CONTRATADA atenderá o presente contrato, obrigando-se a efetuar a entrega e/ou execução do objeto atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, a segurança e o interesse público.
- d) Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do mesmo.

e) A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Será de responsabilidade do Contratado o pagamento de toda e qualquer situação decorrente da execução do objeto da licitação a que se refere o presente contrato, inclusive eventuais reclamatórias trabalhistas que venham a ser formuladas decorrentes dessa respectiva execução.

**CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA POR INADIMPLENCIA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, a CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

**PARAGRAFO PRIMEIRO - ADVERTÊNCIA:** É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, nos seguintes casos:

1.1.1. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

1.1.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

1.1.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

1.1.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

1.1.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

1.2.1. Quando a licitante se recusar a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada.

1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

**PARAGRAFO SEGUNDO - MULTA:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto





da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

1.1. Nos casos de atrasos:

1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

1.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

1.1.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2;

1.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

1.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a

oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando houver;

1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATADA em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 1.2.3 do Parágrafo primeiro e 1.1. do Parágrafo segundo.

**PARAGRAFO TERCEIRO - SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:

1.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.





1.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.1.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

1.1.3. Por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

1.1.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

1.1.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

1.1.3.3. Receber qualquer das multas previstas no parágrafo segundo e não efetuar o pagamento.

1.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

1.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

1.2.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

1.2.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

1.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial Do Município e registrada no Tribunal de Contas Estadual - TCE.

**PARAGRAFO QUARTO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo(a) Prefeito(a) Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**PARAGRAFO QUINTO - Disposições gerais**

As sanções previstas nos parágrafos terceiro e quarto poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.2. Do direito de defesa

1.2.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

1.2.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

1.2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

1.2.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar:

1.2.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

1.2.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

1.2.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

1.2.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.





1.2.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção nos locais competentes.

1.3. Do assentamento em registros

1.3.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Município as sanções aplicadas com fundamento nos itens Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão

ou na entidade.

1.4. Da sujeição a perdas e danos

1.4.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a CONTRATADA pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

#### PARÁGRAFO SEXTO – DA RESCISÃO

1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada.
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
- d) os demais mencionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA, indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.





III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE**

Uma vez firmado, o extrato do presente Contrato será publicado pela municipalidade em seu Diário Oficial Eletrônico, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, e em outras referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo nº 87 da Lei 8.666/93.
- b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES**

As condições estabelecidas no edital do Processo Licitatório e na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da direção do(s) departamento(s) requerente(s) da licitação que deu origem a este Termo.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

PARAGRAFO SEGUNDO - A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá ao Departamento de \_\_\_\_\_, através do Sr(a) \_\_\_\_\_ que determinará(ão) o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo gestor por este indicado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As fiscalizações/inspeções serão documentadas, através de Relatórios elaborados pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUCESSÃO E FORO**

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Palmas, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

037

Cel. Domingos Soares-PR \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)





Demais modelos auxiliares:

**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA "\_\_\_\_\_", com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, representada, neste ato, por seu administrador \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, nomeia e constitui seu representante \_\_\_\_\_, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG n.º \_\_\_\_\_, e do CPF n.º \_\_\_\_\_, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão n.º 35/2022 -PMCDs, instaurado pelo Município de Cel. Domingos Soares-PR, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

*(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente-com firma reconhecida se instrumento particular)*





**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

039

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver), número de CNPJ

**Edital de Licitação Pregão 35/2022\_**

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

*(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)*





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

040

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se  
tiver), número de CNPJ

**Edital de Licitação Pregão 35/2022**

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO**

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geograficas e topograficas para o cumprimento das obrigações da licitação vez que o objeto deverá ser entregue/executado no endereço e nas condições previstas no Anexo I do edital licitatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

*(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)*





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

041

Papel timbrado do emitente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver),  
número de CNPJ

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para fim de participação em Licitação, que a pessoa jurídica  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede a  
\_\_\_\_\_, é FORNECEDORA IDÔNEA, no fornecimento/execução  
atendendo sempre os prazos estipulados e a especificação dos itens  
adquiridos e/ou objetos executados, nos tendo fornecido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ o equipamento  
na quantia de \_\_\_\_ unidades e/ou prestado serviços entre as datas de  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Atestamos ainda, que os equipamentos foram entregues corretamente ou os serviços  
executados de acordo e em prazo estipulado, assim como a qualidade do executado/entregue  
pôde ser considerada satisfatória, suprimindo as necessidades e expectativas que tínhamos  
inicialmente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante da empresa (cliente) que forneceu o Atestado)  
(com firma reconhecida caso emitida por pessoa jurídica de direito privado)





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

042

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se  
tiver), número de CNPJ

**Edital de Licitação Pregão 35/2022**

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_  
portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para  
cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002,  
publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Presencial nº 35/2022  
da Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares - PR, DECLARA expressamente que cumpre  
plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Declaramos ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes  
impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do  
art. 32, §2º e art. 97 da Lei 8666/93, e suas alterações, e que estamos cientes da  
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022  
(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)

Obs. Esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, no ato de  
credenciamento.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

043

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver), número de CNPJ

**MODELO DECLARAÇÃO CNAE**

Ref.: PREGÃO Nº. 35/2022

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida a \_\_\_\_\_, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é \_\_\_\_\_ (código) - \_\_\_\_\_ (descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

044

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se  
tiver), número de CNPJ

**MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL**

Ref.: PREGÃO 35/2022

A pessoa jurídica (*inserir nome da proponente*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (*inserir o nome completo*), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (*inserir o número*) e do CPF sob o nº (*inserir o número*), **DECLARA**, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de **PREGÃO Nº \_\_\_\_/2022 -PMCDs**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.





**PARECER JURÍDICO Nº 280/2022**

**Processo Licitatório nº: 64/2022**

**Interessado: Departamento de Licitações e Compras**

**Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão Presencial, seus anexos e minuta de contrato.**

Recebe esta Procuradora, pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao processo licitatório nº 64/2022, que trata da abertura de licitação na modalidade de **pregão presencial n. 35/2022, por item**, visando a **aquisição de tubos e palanques de concreto**. Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja **Pregão Presencial**, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

**1. Do relatório:**

O processo teve início com a requisição formulada pela direção do departamento interessado, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão.

A requisição foi protocolada pelo setor de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Sugeriu a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade Pregão Presencial, por item, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

Consoante valor do objeto, a Sra Pregoeira definiu que a participação dos licitantes se dará de forma **ampla**, ou seja, **não se operará de forma exclusiva para Micro e Pequenas Empresas**, em razão dos valores, não se aplicando o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e inciso I do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009.

Foi elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão Presencial, bem como do respectivo contrato, para atendimento das necessidades do setor interessado, que ora são submetidas à apreciação Jurídica.

**2. Da análise da escolha da modalidade:**

Quanto à adoção da modalidade Pregão Presencial para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações.

A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nesta esteira, não se verifica nenhum óbice para a utilização da modalidade Pregão, para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração.





No entanto, constatamos tratar-se de licitação de alto valor monetário, conforme se verifica do Termo de Referência, de aproximadamente R\$734.455,66 (setecentos e trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

O Setor Contábil juntou parecer em que se manifesta pela previsão orçamentária para a aquisição do presente objeto, com a ressalva de que este fato não significa existência de recursos financeiros.

Salientamos que o Decreto nº 5.450/2005 foi a norma que regulamentou o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns. O Decreto atende aos preceitos da Lei nº 10.520/2002, que instituiu o pregão como modalidade de licitação. Está previsto no art. 4º do Decreto que nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica. O texto é complementado pelo disposto no § 1º: "o pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente".

Ainda, importante salientar, que a criação da nova modalidade pregão eletrônico trouxe notáveis melhorias para o processo licitatório, tornando-o muito mais dinâmico e contribuindo para uma economicidade e celeridade para a Administração. O aumento no número de participantes é outra vantagem dessa modalidade, uma vez que permite que empresas de diversos locais do País participem do certame, não havendo necessidade que se desloquem de suas sedes para comparecer pessoalmente. Com isso o pregão eletrônico não se reserva apenas a cidades próximas, como faz o pregão na forma presencial, essa característica no final do certame acarretará para a administração uma maior competitividade, tendo como resultado uma redução significativa de preços.

Nesse sentido e considerando os argumentos supracitados, esta Procuradoria sugere, a não utilização da modalidade pregão presencial, por entender ser mais adequada a via de pregão eletrônico visando atender os princípios da economicidade, celeridade e transparência.

Não menos importante, citamos que o Município se encontra em fase de transição da Lei 8666/93 para a Lei 14.133/2021, fato que corrobora para a utilização da modalidade Pregão Eletrônico pelo setor de licitação, visto que esta passará a ser a modalidade aplicável inclusive aos processos de dispensas.

Por fim, orientamos ainda à Pregoeira e sua equipe de apoio, para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos.

### **3. Da análise da minuta do edital:**

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

047

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo:
  - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
  - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
  - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
  - d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
  - e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;
- XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital apresentado, bem como da minuta contratual, não destoam dos ditames do art. 40 da Lei nº 8.666/93, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase, exceto no que se refere à modalidade do pregão, nos termos já citados no item 2 deste parecer.

#### 4. Conclusão

Por todo o exposto, observadas as ressalvas e opinativos aqui relatados, assim como as formalidades da Lei nº. 8.666/1993, nos cumpre **NÃO RECOMENDAR** a escolha da modalidade Pregão Presencial, ao tempo em que sugerimos a aquisição dos objetos através da via "Pregão Eletrônico".





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

048

Ressaltamos que este parecer é opinativo e não se constitui de parecer vinculativo para os atos decisórios do gestor municipal, passível de ser censurado por outro entendimento que, devidamente fundamentado, comprove melhor resguardo do interesse público.

Esclarece-se que este parecer está vinculado aos documentos, Normas e declarações apresentadas na presente solicitação.

Remeta-se o presente processo ao Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua ratificação ou não, na via escolhida pelo setor municipal de licitações, mediante acompanhamento permanente do controle interno.

É o parecer.

Coronel Domingos Soares/PR, 18 de maio de 2022.

  
Neyva Juliana Rocha de Carvalho  
Procuradora OAB/PR 99005  
Portaria 138/2019





**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS  
CNPJ 01614415/0001-18  
AV ARAUCÁRIA, 3120  
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

049

**MEMORANDO INTERNO**

Coronel Domingos Soares - Paraná, de 19 de Maio de 2022.

**Ilustríssimos Procuradores**


Cumprimentando-os cordialmente, valho-me do presente para, em atenção ao Parecer Jurídico nº 280/2022, emitido no âmbito do Processo Licitatório nº 64/2022, solicitar as seguintes informações:

- a) Até a Lei Federal nº 14.133/2021 entrar em vigor integralmente (01/04/2023), há algum dispositivo legal que vincule como regra a realização do Pregão na modalidade Eletrônica?
- b) Atualmente, possuímos no âmbito municipal regulamentação própria ou recepcionada disciplinando o Pregão na modalidade Eletrônica? Essa regulamentação é necessária?
- c) Tendo em vista que ainda estamos operando sob a vigência da Lei 8.666/1993, tal como que as Sessões Públicas são gravadas em áudio e vídeo, há ilegalidade em adotar o Pregão na modalidade Presencial?

Aproveito o exposto para reiterar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Jandir Bandiera**  
**Prefeito Municipal**

Recebi em  
19/05/2022  
às 16:23h  
  
Neyva Jandira Rocha da Gervasio  
Procuradora OAB/PR 99005  
Portaria 138/2019





## MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 297/2022

**Interessado:** Gabinete do Prefeito Municipal

**Assunto/Protocolo:** Satisfação de quesitos constantes de memorando sem número, firmado pelo Prefeito Municipal em 19 de maio de 2022 e recepcionado pela Procurador Municipal em 19/05/2022 às 16:23

Manifesta-se este Procurador sobre o contido no supracitado memorando de sua Excelência, o Prefeito Municipal, no que diz respeito a três questionamentos versando sobre a modalidade licitatória “pregão” em sua via “eletrônica”.

### 1. Do relatório:

O questionamento se apresenta no âmbito do processo licitatório nº 64/2022, que trata da abertura de licitação na modalidade de pregão presencial nº 35/2022, para aquisição de artefatos de concreto pré fabricado do tipo tubos e palanques de concreto, em disputa a ser realizada pelo menor valor por item, num total de 07(sete) itens distintos, cujo valor total máximo da aquisição foi fixada em R\$ 734.432,00(setecentos e trinta e quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais).

A avaliação das minutas de edital e termo contratual já foi exarada pela Procuradora Municipal as pgs. 45 a 48 do processo, onde tratou-se de apreciar os contornos jurídicos dos dois termos, tendo, ao final, não encontrado óbices neste aspecto em atenção ao contido no art. 40 da Lei 8666/93.

De outra via o item 4 de mencionado parecer tratou de “não recomendar” a adoção da via presencial para a aquisição em tela a fim de que fosse adotada a forma de disputa eletrônica para o certame.

### 2. Da contextualização do tema:

Neste diapasão, pelo manuseio do Instituto da Licitação, o Poder Público promove a seleção da melhor proposta oferecida pelos particulares, para celebração de um contrato. Dentro da modalidade licitatória constante no edital da Administração Pública, a proposta selecionada deverá atender aos requisitos do instrumento convocatório, a qual deverá atender melhor o interesse público.

Cumprido ao procurador, a observância dos Princípios da publicidade, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório. O Procurador observará a incidência destes princípios nas modalidades licitatórias de concorrência, tomada de preços, concurso, leilão e pregão.

O Município de Coronel Domingos Soares utilizou a modalidade de pregão ainda no ano de 2005, já adotando, à época, a via eletrônica para a aplicação de recursos





# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 01.614.415/0001-18  
Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



051

originários da União, consoante previa, à época, o Decreto Federal 5450/2005. No curso do tempo com o advento de melhorias nos sistemas de comunicação e de transmissão de dados cada vez mais se implementou contratações através de pregão em sua via eletrônica, tendo este Município realizado os seguintes números, recentemente:

Ano	Nº pregões	Nº presencial	Nº eletrônico
2021	102	66	35
2022	35	05	30

Percebe-se nitida a salutar evolução dos números dos processos de pregão eletrônico realizados no Município, evoluindo de 34% do todo em 2021 para 85% neste corrente ano de 2022. Obviamente que não se pode almejar a totalidade dos pregões em sua via eletrônica mesmo quando da utilização da nova lei de licitações 14133/21, visto que certos itens, dadas as peculiaridades, ainda ensejarão uma vantagem para a administração pública se contratados pela via presencial.

Obviamente, que a definição desta ou daquela modalidade licitatória ou da ferramenta tecnológica que será adotada para gerir a disputa no processo não cabe ao Procurador Municipal e sim a equipe técnica da administração consoante definições inseridas na fase interna da licitação aliado as motivações, fundamentos e propósitos que ensejam a demanda. Os chamados atos de gestão serão aperfeiçoados pelas escolhas dos gestores das pastas administrativas bem como pela autoridade superior, consoante as peculiaridades de cada situação que, por vezes, não são do alcance dos aspectos jurídicos do tema.

Assim, o Parecer 280/2022 ocupou-se de “recomendar” a adoção da via eletrônica de seleção no âmbito do pregão 35/22, seguindo a praxe já adotada por esta municipalidade para contratação de bens e serviços comuns, que é o caso, aliado ao fato de que não se observou, em nenhum ponto do processo, qualquer menção a eventual vantagem para a administração municipal a adoção da disputa em formato presencial em detrimento da eletrônica.

A disputa de pregão pela forma eletrônica já foi alvo de manifestação pelo TCE PR, no âmbito do pré-julgado 27/2019, tendo sido este particular abordado, também, em seu “Manual de Licitações”, editado em 2021, no questionamento 62, observemos:

O Prejulgado nº 27/2019-TCE-PR orienta para a utilização do pregão eletrônico?  
Deve-se utilizar a ferramenta Comprasnet do Governo Federal?  
Sim. O Prejulgado nº 27/2019-TCE-PR35 orienta para a utilização do pregão eletrônico e, de forma mais ampla, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda a utilização do Comprasnet pelos municípios do Estado.

Cabe, também, ressaltamos que os entendimentos dos diversos setores técnicos da administração, ressalvados os casos de pareceres vinculativos, são passíveis de serem censurados por outros entendimentos que, devidamente fundamentados, comprovem um melhor resguardo do interesse e dos princípios da administração pública.

Dentro do contexto histórico o pregão em sua modalidade inicial surgiu com o advento da Lei Federal 9472/97, a chamada Lei Geral das Telecomunicações-LGT, que criou a Agência Nacional de Telecomunicações, onde o legislador da época lhe conferiu um regime





próprio de contratações, muito antes da edição da Lei 10520 que só viria a ocorrer no ano de 2002. Com o sucesso da modalidade, em 2000, o pregão foi estendido para outras agências via Lei Federal 9986. Algumas medidas provisórias e decretos depois, foi aprovada a Lei 10.520, em 2002, que segue em vigor até 31/03/2023.

Desta Norma (10520) cabe destacarmos o contido em seu terceiro artigo que diz respeito a fase preparatória dos certames, senão vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

(...)

Como dito alhures, a responsabilidade pela justificação da necessidade de contratação, definição do objeto do certame, exigências de habilitação, critérios de aceitação das propostas, sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento, são de competência da autoridade, sendo desta também a competência por definir pregoeiro e equipe de apoio que atuarão no momento da recepção das propostas e da disputa de preços.

De conformidade com o estabelecido na Lei nº 10520, de 2002, para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão. No que se refere a expressão “poderá”, se trata de uma faculdade a utilização da modalidade de licitação pregão, não importando que o objeto a ser licitado seja um bem ou serviço comum.

Ao se iniciar um certame que objetive aquisição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital, nada obsta que o administrador público opte pela modalidade de licitação pregão, ou qualquer outra da Lei nº 8.666/1993.

Todavia, impende salientar que as normas jurídicas devem ser interpretadas de acordo com as regras de hermenêutica, não se limitando somente ao significado gramatical dos vocábulos empregados, mas visar sua finalidade, que é a interpretação teleológica, o que oferece novos valores e dimensões à interpretação conclusiva.

Urge salientar que o pregão teve a sua introdução em nosso ordenamento com a finalidade de tornar célere, primeiramente, alguns procedimentos licitatórios, o que evoluiu





agora para a modalidade pregão eletrônico, buscando dar agilidade nos procedimentos licitatórios em consonância com a possibilidade de disputa de preços por meio de lances virtuais com a ampliação da participação e a consequente redução de preços.

Assim, era viável se galgar tais objetivos, mas não concreto no momento da implantação da modalidade pregão, por isso o legislador da época, por cautela, se utilizou da expressão “poderá ser adotada a modalidade pregão”.

O pregão, face ao que já se conhecia da Lei nº 8.666/93, foi um sucesso e o seu uso se tornou frequente por parte do administrador público, resultando que a interpretação teleológica e sistemática do caput do artigo 1º da Lei 10520 o tornou modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns.

### **3. Dos quesitos de questionamento:**

Superado e esclarecido o contexto, necessário o atendimento dos questionamentos exarados no Memorando do Gabinete do Executivo, fls. 49 do processo, que passamos a pautar, responder e alicerçar.

**Quesito a): Até a Lei Federal nº 14.133/2021 entrar em vigor integralmente (01/04/2023), há algum dispositivo legal que vincule como regra a realização do Pregão na modalidade eletrônica?**

a.1 Sim. No que diz respeito a aplicação de recursos decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse celebrados com a União e com o Estado do Paraná;

a.2 A utilização da modalidade “pregão” em sua via eletrônica, quando da aplicação de recursos próprios, no âmbito desta municipalidade, não decorre de imposição legal local.

a.3 Entretanto, cabe ser observado o Prejulgado nº 27/2019-TCE-PR que orienta para a utilização do pregão eletrônico e, de forma mais ampla, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda a utilização do Comprasnet pelos municípios do Estado

**Quesito b): Atualmente, possuímos no âmbito municipal regulamentação própria ou recepcionada disciplinando o pregão na modalidade Eletrônica? Essa regulamentação é necessária?**

b.1 O Município de Coronel Domingos Soares não tem em seu arcabouço jurídico Norma (lei ou decreto) que trate de disciplinar a utilização do pregão, presencial ou eletrônico, no âmbito de sua administração direta;

b.2 A inexistência de ato disciplinador não obsta a utilização de modalidade licitatória “pregão”, quer seja pela via presencial, quer seja utilizando-se de ferramenta eletrônica, seguindo, por analogia, o que já foi disciplinado pela União e pelo Estado do Paraná, sem contradizer o que regula as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02.

**Quesito c): Tendo em vista que ainda estamos operando sob a vigência da Lei 8.666/1993, tal como que as Sessões Públicas são gravadas em áudio e vídeo, há ilegalidade em adotar o Pregão na modalidade Presencial?**





# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 01.614.415/0001-18  
Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



054


c.1 Haverá ilegalidade na instauração de processos licitatórios na modalidade pregão, via presencial, quando houver aplicação de recursos da União ou do Estado do Paraná decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, consoante Decreto 10024/2019 da União que superou o Decreto 5450/2005 aliado ao que disciplinou inicialmente o Estado do Paraná via Decreto 4880/2001 e mais adiante pela Lei Estadual 15117/06 que coexiste com a 15608/07, tendo estendido a abrangência para os demais entes do Estado nos mesmos moldes da União.

c.2 Não se apresenta ilegalidade na adoção da via presencial para a disputa de pregões quando custeados por recursos essencialmente do Município e observadas as disposições do Prejulgado nº 27/2019-TCE-PR.

## 4. Conclusão

Diante do breve exposto, entendemos por satisfeitos os questionamentos exarados pelo Gestor Municipal, ao que aproveitamos para clarear e reiterar o já contido no Parecer Jurídico 280/2022.

Coronel Domingos Soares/PR, 23 de maio de 2022.

  
Rogério Everaldo Schmidt  
Procurador - OAB-PR 59952  
Partida 169/2019



Quinta-Feira, 26 de Maio de 2022

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES****Extrato de Edital de Licitação – Pregão 35/2022 – Presencial.**

Objeto: Aquisição de tubos e palanques de concreto. Fornecimento: 24 Meses.  
Propostas e habilitação: protocolo até as 9h do dia 15/06/2022 no setor de protocolo da municipalidade e credenciamento de representantes/início da etapa de lances a partir das 09:00 do dia 15/06/2022 no Centro Administrativo Adão Reis. Edital e anexos no site <http://www.pmcps.pr.gov.br/> ou direto na Av Araucária, 3120, divisão de licitações. Rafaela Schereiner – Pregoeira.

040145921



# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

## ESTADO DO PARANÁ

056

Departamento de Infraestrutura e Engenharia

### MEMORANDO 680/2022

De: Departamento de Infraestrutura e Engenharia  
Para: Departamento de licitação  
DATA: 31 de maio de 2022

Assunto: Resposta

Cumprimentando Vossa Senhoria, venho por meio deste responder sobre a pergunta do significado C-F, esta descrita a baixo.

#### ESPECIFICAÇÕES DA DUVIDA

ITEM	DESCRIÇÃO
3	TUBO DE CONCRETO COM FERRO, DE 0,60 CENTIMITROS DE DIÂMETRO
4	TUBO DE CONCRETO COM FERRO, DE 0,80 CENTIMITROS DE DIÂMETRO
5	TUBO DE CONCRETO COM FERRO, DE 1 MT DE DIÂMETRO

Atenciosamente,

  
Jorge Brescovites Sobrinho – Assessor  
Departamento de Infraestrutura e Engenharia






**ESCLARECIMENTO**  
**Processo 64/2022 – Pregão Presencial 35/2022**

Considerando o pedido de esclarecimento, referente o significado do termo **C-F**, na descrição dos itens 3, 4, e 5 do presente certame, apresentamos a seguir a definição:

ITEM	DESCRIÇÃO
3	Tubo de Concreto <b>COM FERRO</b> , de 0,60 cm de diâmetro
4	Tubo de Concreto <b>COM FERRO</b> , de 0,80 cm de diâmetro
5	Tubo de Concreto <b>COM FERRO</b> , de 1 mt de diâmetro

Centro Administrativo Adão Reis, em 01 de junho de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Rafaela Schereiner**  
Pregoeira - Portaria 059/2021

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### ESCLARECIMENTO

Processo 64/2022 – Pregão Presencial 35/2022

Considerando o pedido de esclarecimento, referente o significado do termo C-F, na descrição dos itens 3, 4, e 5 do presente certame, apresentamos a seguir a definição:

ITEM	DESCRIÇÃO
3	Tubo de Concreto COM FERRO, de 0,60 m de diâmetro
4	Tubo de Concreto COM FERRO, de 0,66 m de diâmetro
5	Tubo de Concreto COM FERRO, de 1 m de diâmetro

Centro Administrativo Adão Reis, em 01 de junho de 2022.  
Rafaela Schereiner - Pregoeira – Portaria 059/2021

064/2022





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

059

**Memorando interno 055/2022**

Coronel Domingos Soares, 06 de junho de 2022

De: Pregoeira Municipal  
Para: Assessoria de Engenharia

- c. Considerando que esta Pregoeira foi requerida pela empresa Tubo Forte Derivados de Cimento, CNPJ nº 79.847.687/0001-55, em petição de pedido de esclarecimento do edital Pregão 35/2022, construído para Aquisição de tubos e palanques de concreto, cuja demanda solicita que seja averiguada as especificações;
- d. Considerando que a data de abertura e seleção das propostas está agendada para 15/06/2022 tendo esta Pregoeira o prazo de 24 horas para manifestar-se sobre o pedido que poderá desencadear, dentre outros atos, a suspensão do certame ou até mesmo a sua reprogramação o que afetaria o fluxo de contratação para a Aquisição de tubos e palanques de concreto;

**Nos cumpre:**

- 2. Requerer, em caráter de urgência/urgentíssima(entendido como 24 horas), seja construída manifestação expressa, após a análise, com todas as justificadoras legais, cujos argumentos e documentos servirão de base para manifestação desta Pregoeira em resposta a impugnação citada.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.

  
**Rafaela Schereiner**  
Pregoeira  
Portaria nº 059/2021



**Excelentíssimo (a) Senhor (a) Pregoeiro (a) do Município de Coronel Domingos Soares - PR**

Referente ao Pregão Presencial nº. 35/2022

**DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 79.847.687/0001-55, com sede na Avenida Tupi, 6300, bairro São Roque, Cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, CEP 85507-155, representada neste ato por seu Administrador Senhor Eloy Roberto Lattmann, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº. 2.079.368-6 e do CPF nº. 371.565.439-20, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência solicitar esclarecimento, quanto as especificações dos itens do presente Edital.

**Esta municipalidade objetiva a realização de licitação para Aquisição de tubos e palanques de concreto.**

Com o objetivo de podermos participar deste certame e também para que essa municipalidade não seja prejudicada com aquisições futuras que possam realizar, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

Na Norma **NBR 8890/2020** (última norma revisada PARA TUBOS EM CONCRETO) em sua **tabela A.4 – Compressão diametral e tubos simples e tabela A.5- Compressão diametral de tubos armados e ou armado com reforço secundário de fibras, (tabelas anexas a este)**, existem 02 (dois) tipos de tubos de concreto, com encaixe **Macho/Fêmea e Ponta e Bolsa**, e dentro destes dois tipos tem os tubos nas classificações abaixo:

PA (Pluvial Armado) Classes PA1 a PA4

PS (Pluvial Simples) Classes PS-1 a PS-2

Dentro dos tipos PA e PS, existem as classificações quanto as suas resistências nominais, sendo que os tubos PS- Pluvial Simples **prevê no Máximo diâmetro de 60 cm sem Armação**, podendo ser PS1 ou PS2, acima disso, conforme a norma, deverão ser PA (Pluvial Armado, classes PA1 a PA4,





a ser determinada por esta municipalidade) e ainda tubos com diâmetros até 40 cm de diâmetro deverão ter seu encaixe do tipo PB – Ponta e Bolsa, acima disso de acordo com a norma deverão ser encaixe do tipo MF – Macho e fêmea.

Nestes termos e conforme já exposto acima, de acordo com a norma ABNT – NBR 8890/2020 (última revisada), **prevê no máximo tubos de 60 cm de diâmetro Sem Armação**, podendo ser PS1 ou PS2, acima disso, conforme a norma, deverão ser PA (Pluvial Armado, classes PA1 a PA4) e ainda conforme a norma tubos com **diâmetro de 40 cm deverão ter encaixe do tipo MF – Macho e fêmea.**

Dessa forma solicitamos esclarecimentos quanto ao tipo de encaixe dos tubos, bem como suas classificações e ainda **possíveis alterações das especificações dos itens**, para que assim esta municipalidade não possa ser prejudicada com aquisições de produtos **fora das normas regulamentadoras** para o objeto em questão.

Pato Branco 06 de maio de 2022.

ELOY ROBERTO  
LATTMANN:37156  
543920

Assinado de forma digital por  
ELOY ROBERTO  
LATTMANN:37156543920  
Dados: 2022.06.06 10:24:03  
-03'00'

DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA  
CNPJ Nº. 79.847.687/0001-55 INSC. ESTADUAL 316.00151-35  
ELOY ROBERTO LATTMANN  
CPF Nº. 371.565.439-20 RG Nº. 2.079.368-6

Tabela A.5 - Compressão diametral de tubos de concreto armado, reforçados com fibras ou armados com reforço secundário de fibras (continua)

DN	Águas pluviais								Esgoto sanitário							
	Força mínima isenta de fissura				Força mínima de ruptura <sup>b</sup>				Força mínima isenta de fissura				Força mínima de ruptura <sup>b</sup>			
	kN/m				kN/m				kN/m				kN/m			
Classes <sup>a</sup>	PA1	PA2	PA3	PA4	PA1	PA2	PA3	PA4	EA2	EA3	EA4	EA2	EA3	EA4		
300	12	18	27	30	18	27	41	54	18	27	36	27	41	54		
400	16	24	36	48	24	36	54	72	24	36	48	36	54	72		
500	20	30	45	60	30	45	68	90	30	45	60	45	68	90		
600	24	36	54	72	36	54	81	108	36	54	72	54	81	108		
700	28	42	63	84	42	63	95	126	42	63	84	63	95	126		
800	32	48	72	96	48	72	108	144	48	72	96	72	108	144		
900	36	54	81	108	54	81	122	162	54	81	108	81	122	162		
1 000 <sup>a</sup>	40	60	90	120	60	90	135	180	60	90	120	90	135	180		
1 100	44	66	99	132	66	99	149	198	66	99	132	99	149	198		
1 200	48	72	108	144	72	108	162	216	72	108	144	108	162	216		

Arquivo de impressão gerado em 27/03/2020 13:50:40 de

16

© ABNT 2020 - Todos os direitos reservados

Arquivo de impressão gerado em 27/03/2020 13:50:45 de uso exclusivo de TIPOFORTE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

[03.093.048.0001-80]

ABNT NBR 8890:2020

Tabela A.5 (conclusão)

DN	Água pluvial												Esgoto sanitário							
	Força mínima isenta de fissura						Força mínima de ruptura b						Força mínima isenta de fissura				Força mínima de ruptura b			
	kN/m						kN/m						kN/m				kN/m			
Classificação	PA1	PA2	PA3	PA4	PA1	PA2	PA3	PA4	EA2	EA3	EA4	EA2	EA3	EA4	EA2	EA3	EA4			
1 500	60	90	135	180	90	135	203	270	90	135	180	135	203	270						
1 750	70	105	158	210	105	158	237	315	105	158	210	158	237	315						
2 000	80	120	180	240	120	180	270	360	120	180	240	180	270	360						
Força diametral isenta de fissura/ruptura																				
kN/m																				
Qd	40	60	90	120	60	90	135	180	90	120	160	120	160	200						

a Para classes superiores a PA4 e EA4 devem ser utilizadas geometrias constantes de seção retangular de acordo com a ABNT NBR 15396.

b Para tubos armados, reforçados com fibra e armados com reforço secundário de fibra, a força de ruptura mínima deve corresponder a 1,5 da força mínima isenta de fissura.

c Tubos reforçados exclusivamente com fibras de aço podem ser fabricados com diâmetro nominal até 1 000 mm. Os tubos com diâmetro nominal maior que 1 000 mm devem ser armados ou armados com reforço secundário em fibra de aço.

Força mínima isenta de fissura: a) ou superior a a relação entre a força isenta de fissura e o diâmetro.

[03.093.048.0001-80]

CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA



Tabela A.4 – Compressão diametral de tubos simples

DN	Água pluvial		Esgoto sanitário
	Força mínima de ruptura kN/m		Força mínima de ruptura kN/m
Classe	PS1	PS2	ES
200	16	24	36
300	16	24	36
400 <sup>a</sup>	16	24	36
500	20	30	45
600 <sup>b</sup>	24	36	54
Força diametral de ruptura kN/m			
Qd	40	60	90

<sup>a</sup> Para tubos simples com diâmetro igual ou menor que 400 mm, a força mínima de ruptura é a correspondente a este valor.

<sup>b</sup> Tubos com diâmetro nominal acima de 600 mm devem ser armados, reforçados com fibras de aço ou armados com reforço secundário de fibras de aço.

---

**Tubo de concreto de seção circular para água  
pluvial e esgoto sanitário — Requisitos e métodos  
de ensaios**

*Concrete pipe for drainage and sewer systems — Requirements and test  
methods*

ICS 91.100.30

ISBN 978-85-07-08506-5

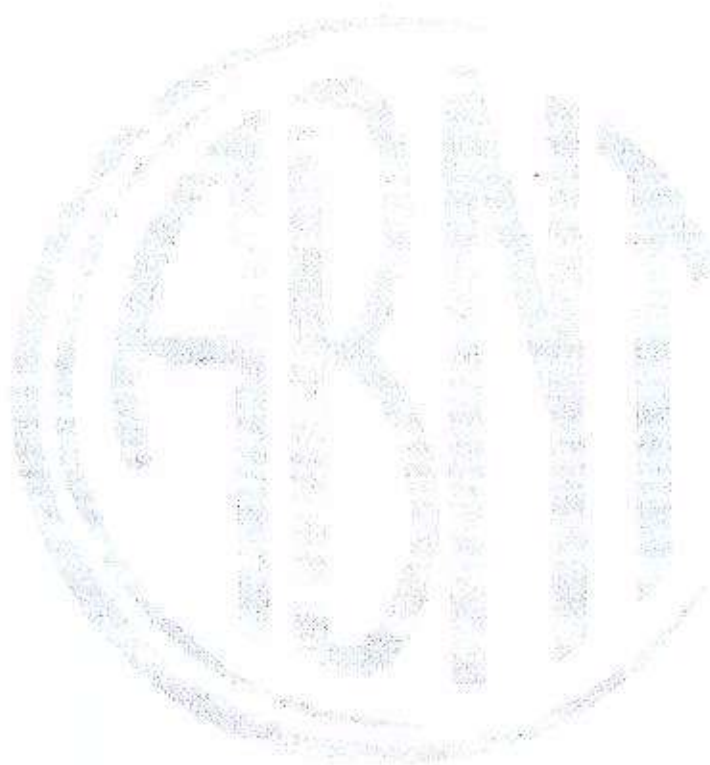


ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA  
DE NORMAS  
TÉCNICAS

---

Número de referência  
ABNT NBR 8890:2020  
35 páginas





© ABNT 2020

Todos os direitos reservados. A menos que especificado de outro modo, nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou utilizada por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e microfilme, sem permissão por escrito da ABNT.

ABNT

Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar  
20031-901 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: + 55 21 3974-2300  
Fax: + 55 21 3974-2346  
[abnt@abnt.org.br](mailto:abnt@abnt.org.br)  
[www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)

## Sumário

Página

Prefácio .....	vi
1 Escopo .....	1
2 Referências normativas .....	1
3 Termos e definições .....	2
4 Requisitos gerais .....	5
4.1 Materiais .....	5
4.1.1 Concreto .....	5
4.1.2 Reforço estrutural com armadura .....	6
4.1.3 Reforço estrutural com fibras de aço .....	6
4.2 Tubo .....	6
4.2.1 Cura, manuseio, identificação e estocagem .....	6
4.2.2 Juntas .....	7
5 Requisitos específicos .....	7
5.1 Generalidades .....	7
5.2 Tubo .....	7
5.2.1 Acabamento .....	7
5.2.2 Dimensões e tolerâncias .....	8
5.2.3 Compressão diametral em tubos .....	8
5.2.4 Permeabilidade e estanqueidade da junta .....	8
5.2.5 Absorção de água .....	9
5.3 Anéis de borracha para vedação .....	9
6 Inspeção .....	9
6.1 Generalidades .....	9
6.2 Critérios .....	9
6.3 Formação de lotes e amostras de tubos e de anéis de borracha .....	9
6.4 Inspeção visual e dimensional .....	10
6.5 Ensaios .....	10
7 Aceitação e rejeição .....	11
7.1 Tubos .....	11
Anexo A (normativo) Dimensões e resistências dos tubos de concreto para água pluvial e esgoto sanitário .....	12
A.1 Encaixe macho e fêmea ou ponta e bolsa de tubos .....	12
A.2 Dimensões dos tubos destinados ao transporte de água pluvial .....	12
A.3 Dimensões dos tubos destinados ao transporte de esgotos sanitários e tubos com junta elástica para água pluvial .....	14
A.4 Resistência à compressão diametral dos tubos de concreto para água pluvial e esgoto sanitário .....	15
Anexo B (normativo) Ensaio de compressão diametral de tubos de concreto simples, armados e armados com reforço secundário de fibras, para água pluvial e esgoto sanitário .....	18
B.1 Princípio .....	18



B.2	Descrição e aparelhagem .....	18
B.3	Execução do ensaio .....	19
B.4	Resultados .....	19
<b>Anexo C (normativo) Ensaio de permeabilidade e estanqueidade da junta dos tubos de concreto destinados a esgoto sanitário e água pluvial, providos de junta elástica .....</b>		<b>23</b>
C.1	Princípio .....	23
C.2	Aparelhagem .....	23
C.3	Procedimento de ensaio .....	24
C.4	Obtenção dos resultados .....	25
<b>Anexo D (normativo) Ensaio de absorção de água .....</b>		<b>25</b>
D.1	Princípio .....	25
D.2	Aparelhagem .....	25
D.3	Procedimento de ensaio .....	25
D.4	Resultados .....	25
<b>Anexo E (normativo) Ensaio de permeabilidade dos tubos de concreto para água pluvial providos de junta rígida .....</b>		<b>27</b>
E.1	Princípio .....	27
E.2	Aparelhagem .....	27
E.3	Procedimento de ensaio .....	27
E.4	Obtenção dos resultados .....	27
<b>Anexo F (normativo) Ensaio de compressão diametral de tubos de concreto, reforçado com fibras de aço, para água pluvial e esgoto sanitário .....</b>		<b>28</b>
F.1	Princípio .....	28
F.2	Aparelhagem .....	29
F.3	Execução do ensaio .....	29
F.4	Resultados .....	29
<b>Anexo G (informativo) Recomendações para aquisição, cura, armazenagem, manuseio, transporte e recebimento dos tubos de concreto .....</b>		<b>31</b>
G.1	Aquisição dos tubos de concreto .....	31
G.2	Cura .....	32
G.2.1	Generalidades .....	32
G.2.2	Cura por proteção superficial (cura inicial) .....	32
G.2.3	Cura com água .....	32
G.2.4	Cura com saturação do ar .....	32
G.2.5	Cura a vapor .....	33
G.2.6	Cura química .....	33
G.3	Manuseio e armazenagem dos tubos de concreto após a moldagem (período de cura) .....	33
G.4	Manuseio dos tubos de concreto para o pátio de estocagem (após período de cura) .....	33
G.5	Armazenamento e estocagem dos tubos de concreto (fábrica) .....	34
G.6	Transporte dos tubos de concreto .....	34
G.7	Descarga dos tubos de concreto na obra .....	35



## Prefácio

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Foro Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas pelas partes interessadas no tema objeto da normalização.

Os Documentos Técnicos ABNT são elaborados conforme as regras da ABNT Diretiva 2.

A ABNT chama a atenção para que, apesar de ter sido solicitada manifestação sobre eventuais direitos de patentes durante a Consulta Nacional, estes podem ocorrer e devem ser comunicados à ABNT a qualquer momento (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

Os Documentos Técnicos ABNT, assim como as Normas Internacionais (ISO e IEC), são voluntários e não incluem requisitos contratuais, legais ou estatutários. Os Documentos Técnicos ABNT não substituem Leis, Decretos ou Regulamentos, aos quais os usuários devem atender, tendo precedência sobre qualquer Documento Técnico ABNT.

Ressalta-se que os Documentos Técnicos ABNT podem ser objeto de citação em Regulamentos Técnicos. Nestes casos, os órgãos responsáveis pelos Regulamentos Técnicos podem determinar as datas para exigência dos requisitos de quaisquer Documentos Técnicos ABNT.

A ABNT NBR 8890 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Cimento, Concreto e Agregados (ABNT/CB-018), pela Comissão de Estudo de Tubos e Aduelas de Concreto (CE-018:600.006). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 10, de 17.10.2018 a 17.12.2018. O Projeto de Emenda 1 circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 02, de 11.02.2020 a 11.03.2020.

A ABNT NBR 8890:2020 equivale ao conjunto ABNT NBR 8890:2018 e Emenda 1, de 19.03.2020, que cancela e substitui a ABNT NBR 8890:2018.

O Escopo em inglês da ABNT NBR 8890 é o seguinte:

## Scope

*This Standard specifies the requirements for manufacturing and acceptance of the concrete pipes unreinforced, reinforced, reinforced with steel fibers and reinforced with steel fibers secondary enhance and their components for pluvial drainage, sewer and industrial effluent.*

*This Standard also establishes the material characteristics, parameter dosing of the concrete, finishing characteristics, curing method, dimensions and tolerances, types of joints, storage instructions, traceability, product handling and criteria for inspection, tests and acceptance of the concrete pipes.*

*This Standard does not apply to pipe jacking, which is specified in ABNT NBR 15319.*

*For the purposes of this Standard, the same requirements apply to pre-cast pipes and prefabricated concrete pipes.*



# Tubo de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário — Requisitos e métodos de ensaios

## 1 Escopo

Esta Norma especifica os requisitos para fabricação e aceitação de tubos de concreto de seção circular simples, armados, reforçados com fibras de aço e armados com reforço secundário de fibras, e respectivos acessórios destinados à condução de água pluvial, esgoto sanitário e efluente industrial.

Esta Norma estabelece ainda as características dos materiais, parâmetros de dosagem, características do acabamento, método de cura, dimensões e tolerâncias, tipos de junta, instruções para estocagem, identificação e manuseio do produto final, bem como os critérios para inspeção, ensaios e parâmetros para aceitação de lotes de fornecimento de tubos.

Esta Norma não se aplica aos tubos destinados à cravação (*pipe jacking*), que são especificados na ABNT NBR 15319.

Para os efeitos desta Norma, aplicam-se aos mesmos requisitos aos tubos pré-moldados e aos tubos pré-fabricados de concreto.

## 2 Referências normativas

Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação deste documento. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (incluindo emendas).

ABNT NBR 6118, *Projeto de estruturas de concreto — Procedimento*

ABNT NBR 7211, *Agregados para concreto — Especificação*

ABNT NBR 7480, *Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado — Especificação*

ABNT NBR 7481, *Tela de aço soldada — Armadura para concreto*

ABNT NBR 10908, *Aditivos para argamassa e concreto — Ensaios de caracterização*

ABNT NBR 11768, *Aditivos químicos para concreto de cimento Portland — Requisitos*

ABNT NBR 12655, *Concreto de cimento Portland — Preparo, controle, recebimento e aceitação*

ABNT NBR 15319, *Tubos de concreto, de seção circular, para cravação — Requisitos e métodos de ensaio*

ABNT NBR 15530, *Fibras de aço para concreto — Especificação*

ABNT NBR 15396, *Aduelas (galerias celulares) de concreto armado pré-moldadas — Requisitos e métodos de ensaios*

ABNT NBR 15577-1, *Agregados — Reatividade álcali-agregado — Parte 1: Guia para avaliação da reatividade potencial e medidas preventivas para uso de agregados em concreto*

ABNT NBR 15900-1, *Água para amassamento do concreto – Parte 1: Requisitos*

ABNT NBR 16687, *Elementos de vedação de elastômero termoplástico para tubos, conexões, equipamentos, componentes e acessórios para esgotos, drenagem e águas pluviais – Requisitos*

ABNT NBR 16697, *Cimento Portland – Requisitos*

### 3 Termos e definições

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os seguintes termos e definições.

#### 3.1

##### **absorção de água**

propriedade do concreto e seus componentes de incorporar e reter água em seus poros e vazios internos

#### 3.2

##### **acessórios**

produtos que, juntamente com o tubo, complementam o sistema de condução de líquidos

EXEMPLO      Anel de borracha para vedação.

#### 3.3

##### **amostra**

tubos ou acessórios pertencentes a um mesmo lote, objetos de inspeção

#### 3.4

##### **anel de borracha para vedação**

acessório circular de borracha flexível, integrado ao tubo ou aplicável no momento da instalação do tubo em seu local de serviço

#### 3.5

##### **classe**

designação dada aos tubos de concreto de acordo com os resultados correspondentes às forças isentas de fissura e ruptura

#### 3.6

##### **cobrimento mínimo**

espessura da camada de concreto desde a superfície (interna ou externa) da parede do tubo até a face mais externa da barra de armadura mais próxima da superfície em qualquer ponto do tubo

#### 3.7

##### **compressão diametral**

força vertical exercida por ação e reação simultânea e uniforme sobre duas geratrizes externas diametralmente opostas ao tubo sem restrições

#### 3.8

##### **comprimento útil**

distância entre dois pontos extremos de uma geratriz qualquer da superfície cilíndrica interna do tubo



**3.9****controle de produção**

conjunto de procedimentos realizados pelo produtor, durante a produção, visando o atendimento dos requisitos estabelecidos para os tubos

**3.10****controle de recebimento**

conjunto de procedimentos realizados pelo comprador, durante a produção ou nos lotes adquiridos, para fins de aceitação ou rejeição dos tubos

**3.11****diâmetro interno****DI**

valor da distância entre dois pontos quaisquer diametralmente opostos, da superfície interna, de uma seção transversal do tubo

**3.12****diâmetro interno médio**

valor da média de quatro diâmetros internos, medidos em quatro direções de mesma seção transversal, defasados entre si em 45°

**3.13****diâmetro nominal****DN**

número que serve para classificar o tubo quanto à sua dimensão e que corresponde aproximadamente ao seu diâmetro interno

**3.14****efluente agressivo**

efluente que contém substâncias ou que está em temperatura capaz de diminuir a durabilidade do tubo ou seus acessórios

**3.15****espessura de parede**

medida da distância entre dois pontos determinados pela interseção de uma geratriz interna e outra externa da parede do tubo, com uma linha diametral pertencente a qualquer seção transversal

**3.16****folga**

diferença entre o diâmetro interno mínimo da bolsa do tubo e o diâmetro externo da ponta do tubo

**3.17****força de ruptura no ensaio de compressão diametral**

força máxima apresentada pelo aparelho de medida, cujo valor deixa de sofrer acréscimo, mesmo com o prosseguimento do ensaio

**3.18****força mínima isenta de fissura**

força apresentada pelo aparelho de medida, cuja aplicação sobre o tubo não gera nenhum tipo de fissura

**3.19****gota aderente**

gota d'água que não se desprende do tubo durante a realização do ensaio de permeabilidade

**3.20****inspeção**

ato de verificar a qualidade dos tubos e seus acessórios mediante critérios visuais e ensaios

**3.21****junta elástica**

união entre tubos que permite uma deflexão

**3.22****junta rígida**

união entre tubos que não permite deflexão

**3.23****lote**

conjunto de tubos de mesmo diâmetro nominal e classe ou conjunto de acessórios de mesmo tipo, mesmos materiais e processo produtivo, pertencentes a uma mesma partida e disponíveis simultaneamente para inspeção

**3.24****partida**

conjunto de tubos de mesmo diâmetro nominal e classe ou conjunto de acessórios de mesmo tipo, mesmos materiais, produzidos nas mesmas condições, em um prazo máximo de 15 dias corridos

**3.25****permeabilidade**

propriedade do material de permitir a passagem de água por seus poros, caracterizando o vazamento da água de um lado para o outro da barreira constituída pelo material

**3.26****reforço estrutural**

barras soldadas ou amarradas com arame recozido e/ou tela de aço soldada e/ou fibra de aço incorporada ao concreto na moldagem do tubo

**3.27****tubo**

peça pré-moldada ou pré-fabricada de concreto, de seção circular uniforme em toda a sua superfície longitudinal interna, exceto na região do encaixe (bolsa ou fêmea)

**3.28****tubo de concreto armado**

tubo de seção circular, reforçado estruturalmente com barras ou telas de aço soldadas

**3.29****tubo de concreto armado com reforço secundário de fibras****RSF**

tubo de seção circular, armado com barras ou telas de aço soldadas e com reforço secundário de fibras de aço

**3.30****tubo de concreto com fibras de aço****RF**

tubo de seção circular, reforçado estruturalmente com fibras de aço



**3.31****tubo de concreto simples**

tubo de seção circular, sem reforço estrutural

**3.32****vida útil de projeto**

tempo estimado em anos, previsto em projeto, para uso do tubo e seus acessórios

**4 Requisitos gerais****4.1 Materiais****4.1.1 Concreto**

A escolha dos materiais para a preparação do concreto destinado à fabricação dos tubos deve considerar a agressividade do meio interno e externo onde serão instalados os tubos, conforme especificação da ABNT NBR 6118.

**4.1.1.1 Traço do concreto**

A relação água/cimento, expressa em litros de água por quilograma de cimento, deve ser no máximo de 0,50 para tubos destinados a água pluvial e no máximo de 0,45 para tubos destinados a esgoto sanitário, com consumos de cimento de acordo com a ABNT NBR 12655.

**4.1.1.2 Cimento**

Na produção do tubo para água pluvial pode ser utilizado qualquer tipo de cimento Portland, de acordo com a ABNT NBR 16697. No caso de comprovada agressividade do meio externo ao concreto, deve ser feita uma avaliação conforme as ABNT NBR 6118 e ABNT NBR 12655, para definição dos parâmetros de preparação do concreto e seleção do cimento. Na produção do tubo para esgoto sanitário, efluente industrial ou drenagem pluvial, nos casos em que seja comprovada a contaminação por esgoto, deve ser usado cimento resistente a sulfatos, conforme ABNT NBR 16697.

Deve ser rejeitado, independentemente de ensaios de laboratório, todo e qualquer cimento que indicar sinais de hidratação, ou que esteja acondicionado em sacos que se apresentem manchados, úmidos ou avariados.

**4.1.1.3 Agregados**

Os agregados devem atender aos requisitos da ABNT NBR 7211, sendo sua dimensão máxima característica limitada ao menor valor entre um terço da espessura da parede do tubo e o cobrimento mínimo da armadura. No caso de tubos reforçados exclusivamente com fibras de aço, os agregados devem ter sua dimensão máxima característica limitada a um terço da espessura de parede do tubo. Os agregados devem ser estocados de forma a evitar contaminação e mistura de diferentes materiais e atender aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 15577-1 com relação ao seu potencial de reatividade com álcalis do concreto. Deve-se proceder às medidas preventivas específicas para cada caso.

#### 4.1.1.4 Água

A água deve ser límpida, isenta de teores prejudiciais de sais, óleos, ácidos, álcalis e substâncias orgânicas, e não alterar a reologia do concreto, atendendo aos requisitos da ABNT NBR 15900-1.

#### 4.1.1.5 Aditivos

Os aditivos utilizados no concreto devem atender ao disposto na ABNT NBR 11768 e o teor de íon cloreto no concreto não pode ser maior que 0,15 %, determinado conforme a ABNT NBR 10908. Os aditivos devem ser armazenados em local abrigado de intempéries, umidade e calor, respeitando-se seu prazo de validade.

### 4.1.2 Reforço estrutural com armadura

A armadura principal do tubo deve ser posicionada de forma a garantir o atendimento aos requisitos mínimos de cobrimentos conforme 4.1.2.3. As barras transversais da armadura (barras ou telas) não podem afastar-se entre si ou das extremidades do tubo mais de 150 mm, sendo que na bolsa este afastamento não pode ser maior que 50 mm e na ponta 70 mm, tendo pelo menos duas espiras em sua extremidade. As emendas de barras podem ser feitas por transpasse ou solda, de forma a garantir a continuidade da capacidade estrutural do conjunto, conforme a ABNT NBR 6118.

#### 4.1.2.1 Aço

O aço deve atender aos requisitos da ABNT NBR 7480, conforme processo de montagem da armadura.

#### 4.1.2.2 Tela de aço soldada

A tela de aço soldada deve atender aos requisitos da ABNT NBR 7481.

#### 4.1.2.3 Cobrimento mínimo da armadura

Deve ser garantido o posicionamento geométrico das armaduras de maneira uniforme, respeitando o cobrimento interno, que deve ser no mínimo de 20 mm, e o cobrimento externo, que deve ser no mínimo de 15 mm, para os tubos de diâmetro nominal até 600 mm. Para os tubos com diâmetros nominais maiores que 600 mm, o cobrimento interno das armaduras deve ser no mínimo de 30 mm e o cobrimento externo no mínimo de 20 mm.

### 4.1.3 Reforço estrutural com fibras de aço

As fibras de aço devem atender aos requisitos estabelecidos para a Classe A-I da ABNT NBR 15530.

## 4.2 Tubo

O tubo deve apresentar arestas bem definidas e ser feito por processo industrial adequado às características do produto final quanto à resistência mecânica, permeabilidade, estanqueidade, absorção, dimensões e acabamento.

### 4.2.1 Cura, manuseio, identificação e estocagem

4.2.1.1 Após a moldagem, os tubos devem ser curados por método e tempo adequados, de modo a evitar a ocorrência de fissuras e garantir sua capacidade resistente. O Anexo G apresenta recomendações básicas para esse procedimento.



**4.2.1.2** O manuseio dos tubos deve ser feito por procedimentos que não alterem suas características aprovadas na inspeção, em respeito ao projeto.

**4.2.1.3** Todos os tubos devem trazer, em caracteres legíveis, gravados em baixo-relevo no concreto ainda fresco, o nome ou marca do fabricante, o diâmetro nominal, a classe a que pertencem ou a resistência do tubo, a data de fabricação e um número para rastreamento de todas as suas características de fabricação.

**4.2.1.4** No caso de tubos reforçados exclusivamente com fibras de aço, eles devem ser identificados com a sigla "RF" gravada em caracteres legíveis em baixo-relevo no concreto ainda fresco e, no caso de armados com reforço secundário de fibra, devem ser identificados com a sigla "RSF".

**4.2.1.5** Os tubos devem ser estocados na fábrica ou na obra de acordo com as instruções do fabricante e protegidos de contaminação. O Anexo G apresenta recomendações básicas para esse procedimento.

## **4.2.2 Juntas**

As juntas dos tubos para aplicação em esgoto sanitário devem ser do tipo elástica. Para os tubos destinados a água pluvial, as juntas podem ser rígidas ou elásticas.

# **5 Requisitos específicos**

## **5.1 Generalidades**

As amostras de um lote de tubos ou acessórios, formadas conforme 6.3, devem atender aos requisitos de 5.2 e 5.3, respeitadas suas especificidades.

## **5.2 Tubo**

### **5.2.1 Acabamento**

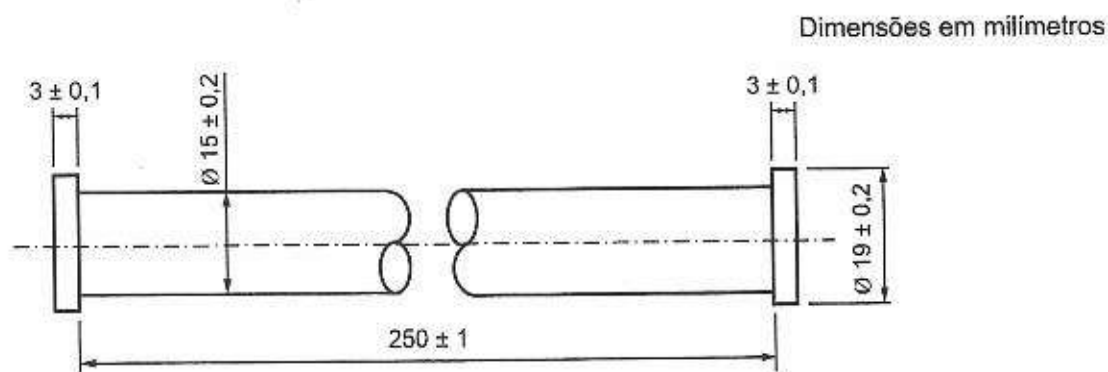
**5.2.1.1** As superfícies internas e externas dos tubos devem ser regulares, homogêneas e uniformes, compatíveis com o processo de fabricação, não podendo apresentar defeitos visíveis a olho nu ou detectáveis por meio de percussão, e que sejam prejudiciais à qualidade do tubo quanto à resistência, permeabilidade, durabilidade e rugosidade. Fibras salientes na superfície interna e na ponta do tubo provido de junta elástica não são admitidas. Fibras aparentes na superfície externa do tubo não caracterizam problema.

**5.2.1.2** Não são permitidos retoques com nata de cimento ou com outros materiais, visando esconder defeitos. Após o fim de pega do concreto e mediante aprovação do comprador, podem ser executados reparos de defeitos de dimensões inferiores ao estabelecido em 5.2.1.3, bem como fissuras superficiais, com materiais e procedimentos adequados e fiscalizados pelo comprador. Não podem ser retiradas as fibras salientes na superfície dos tubos com o concreto fresco.

**5.2.1.3** Não podem ser aceitos tubos com defeitos como bolhas ou furos superficiais com diâmetro superior a 10 mm e profundidade superior a 5 mm e fissuras com abertura maior que 0,15 mm.

**5.2.1.4** O acabamento da superfície interna do tubo deve ser avaliado com o gabarito da Figura 1, que deve ser rolado sobre esta superfície em movimentos circulares com o eixo paralelo ao eixo do tubo. Devem ser aprovados os tubos cuja parede não é tocada pela parte central do gabarito.





**Figura 1 – Gabarito para medida de alinhamento da superfície interna dos tubos**

## 5.2.2 Dimensões e tolerâncias

**5.2.2.1** O Anexo A fornece as dimensões e resistências dos tubos objeto desta Norma. As dimensões dos tubos estão apresentadas nas Tabelas A.1, A.2 e A.3.

**5.2.2.2** Os tubos devem ter eixo retilíneo e perpendicular aos planos das extremidades. A superfície interna deve ser cilíndrica e as seções transversais devem ter a forma de coroa circular.

**5.2.2.3** O diâmetro interno médio não pode diferir mais de 1 % do diâmetro nominal.

**5.2.2.4** Para a espessura de parede não são admitidas diferenças para menos de 5 % da espessura declarada ou 5 mm, adotando-se sempre o menor valor.

**5.2.2.5** O comprimento útil não pode diferir da dimensão declarada em mais de 20 mm para menos, nem mais de 50 mm para mais.

## 5.2.3 Compressão diametral em tubos

### 5.2.3.1 Força mínima isenta de fissura

A força mínima isenta de fissuras deve ser determinada conforme ensaio estabelecido no Anexo B, no caso de tubos de concreto armados e armados com reforço secundário de fibras, ou conforme o Anexo F, no caso de tubos de concreto reforçados exclusivamente com fibras de aço. As forças mínimas isentas de fissura, para cada diâmetro nominal e classe, devem obedecer aos requisitos estabelecidos na Tabela A.5.

### 5.2.3.2 Força mínima de ruptura

Deve ser determinada conforme ensaio estabelecido no Anexo B no caso de tubos de concreto simples, armados e armados com reforço secundário de fibras, ou conforme o Anexo F no caso de tubos de concreto reforçados exclusivamente com fibras de aço. As forças de ruptura, para cada diâmetro nominal e classe, devem ser no mínimo as apresentadas nas Tabelas A.4 e A.5.

## 5.2.4 Permeabilidade e estanqueidade da junta

**5.2.4.1** Tubos com junta elástica para esgoto sanitário devem ter suas permeabilidade e estanqueidade determinadas conforme ensaio descrito no Anexo C, não podendo apresentar vazamento, quando submetidos à pressão de 0,1 MPa durante 30 min. Manchas de umidade, bem como gotas aderentes, não podem ser consideradas como vazamentos.



**5.2.4.2** Tubos com junta elástica para água pluvial devem ter suas permeabilidade e estanqueidade da junta determinadas conforme ensaio descrito no Anexo C, não podendo apresentar vazamento, quando submetido à pressão de 0,05 MPa durante 15 min. Manchas de umidade, bem como gotas aderentes, não podem ser consideradas vazamentos.

**5.2.4.3** Tubos com junta rígida para água pluvial devem ter sua permeabilidade determinada conforme ensaio descrito no Anexo E, utilizando-se apenas um tubo, não podendo apresentar vazamento, quando submetidos à pressão de 0,05 MPa durante 15 min. A determinação da permeabilidade em tubos com junta rígida para água pluvial é facultativa.

### **5.2.5 Absorção de água**

Os tubos devem ter sua absorção determinada conforme ensaio descrito no Anexo D, sendo a absorção máxima de água, em relação à sua massa seca, limitada a 6 % para esgoto sanitário e 8 % para água pluvial.

## **5.3 Anéis de borracha para vedação**

Os anéis de borracha para vedação são aplicáveis obrigatoriamente aos tubos destinados a redes de esgotos sanitários, efluentes industriais e a redes destinadas à água pluvial, quando especificado o uso de junta elástica, e devem estar de acordo com a ABNT NBR 16687.

## **6 Inspeção**

### **6.1 Generalidades**

Cabe ao comprador verificar, a qualquer momento, por meio de inspeção, o atendimento aos requisitos das Seções 4 e 5.

### **6.2 Critérios**

**6.2.1** A verificação do atendimento aos requisitos da Seção 4, relativos ao processo produtivo, deve ser estabelecida em comum acordo entre o produtor e o comprador.

**6.2.2** O fabricante deve fazer o controle tecnológico do concreto e demais materiais utilizados na produção dos tubos, disponibilizando-o para o comprador na inspeção, juntamente com os relatórios de ensaios dos anéis. Caso necessário, o comprador pode fazer o acompanhamento da produção para verificação do atendimento aos requisitos desta Norma.

### **6.3 Formação de lotes e amostras de tubos e de anéis de borracha**

**6.3.1** Os tubos, de mesmo diâmetro e classe, e acessórios de cada fornecimento devem ser agrupados em lotes de 100 peças, limitados a um período máximo de produção de 15 dias, com numeração sequencial. O tamanho de cada amostra deve ser determinado de acordo com os requisitos a serem verificados por inspeção ou ensaio, em 6.3.2 a 6.3.4.

**6.3.2** Para lotes de 1 tubo a 50 tubos, a amostra deve ser determinada conforme previsto em 6.5, exceto para o ensaio de compressão diametral e absorção de água, em que a amostra deve ser constituída por metade do previsto em 6.5-b) e 6.5-c).

**6.3.3** Para lotes de 51 tubos a 100 tubos, manter a amostragem estabelecida em 6.5.



6.3.4 Para anéis de borracha, formar lotes de 100 unidades do mesmo tipo e diâmetro, devendo a amostra ser constituída conforme 6.5-d).

#### 6.4 Inspeção visual e dimensional

O comprador deve realizar inspeção visual em 100 % do lote e verificar o atendimento aos requisitos de 4.2.1.3, 4.2.1.4 e 5.2.1.1 a 5.2.1.3, cumprindo esclarecer que:

- a) os tubos que não contiverem as identificações prescritas conforme 4.2.1.3 e 4.2.1.4 devem ser rejeitados;
- b) os tubos a serem submetidos ao ensaio de compressão diametral devem ser avaliados dimensionalmente, conforme 5.2.2;
- c) a verificação do atendimento a 5.2.1.4 deve ser feita em 5 % do lote.

#### 6.5 Ensaaios

Os ensaios a serem realizados para efeito de aceitação dos tubos e seus acessórios devem cumprir os seguintes requisitos:

- a) os ensaios de compressão diametral devem ser realizados com a utilização de prensas hidráulicas equipadas com célula de carga ou dispositivos eletrônicos que permitam a construção do gráfico das forças de compressão diametral em função do tempo, para verificação com exatidão dos valores das forças-limite de não abertura de fissura e das forças de ruptura;
- b) para os tubos de junta elástica, a amostra de tubos deve ser constituída por quatro peças por lote, sendo dois tubos submetidos ao ensaio de compressão diametral, conforme os Anexos B ou F (conforme o tipo de tubo), e dois tubos ao ensaio de permeabilidade e estanqueidade, conforme o Anexo C. Posteriormente ao ensaio de compressão diametral, devem ser retiradas duas amostras indeformáveis por tubo submetido à ruptura, com o auxílio de máquina extratora rotativa, sendo uma da região da ponta e uma da região da bolsa, no caso de tubos de ponta e bolsa, ou das extremidades opostas, no caso de tubos macho e fêmea, para a realização do ensaio de absorção de água, conforme o Anexo D;
- c) para os tubos de junta rígida, a amostra deve ser constituída de duas peças por lote, sendo os dois tubos submetidos ao ensaio de compressão diametral, conforme o Anexo B ou o Anexo F (conforme o tipo de tubo). Posteriormente ao ensaio de compressão diametral, devem ser retiradas duas amostras indeformáveis por tubo submetido à ruptura, com o auxílio de máquina extratora rotativa, sendo uma da região da ponta e uma da região da bolsa, no caso de tubos de encaixe ponta e bolsa, ou das extremidades opostas, no caso de tubos macho e fêmea, para realização do ensaio de absorção de água, conforme o Anexo D. Caso o comprador exija o ensaio previsto em 5.2.4.3, deve ser retirado mais um tubo do lote apresentado, para a realização do ensaio de permeabilidade, conforme o Anexo E;
- d) o cobrimento da armadura deve ser verificado nas amostras retiradas para ensaio de compressão diametral, ou verificado com o paquímetro, de maneira a atender ao estabelecido em 4.1.2.3.



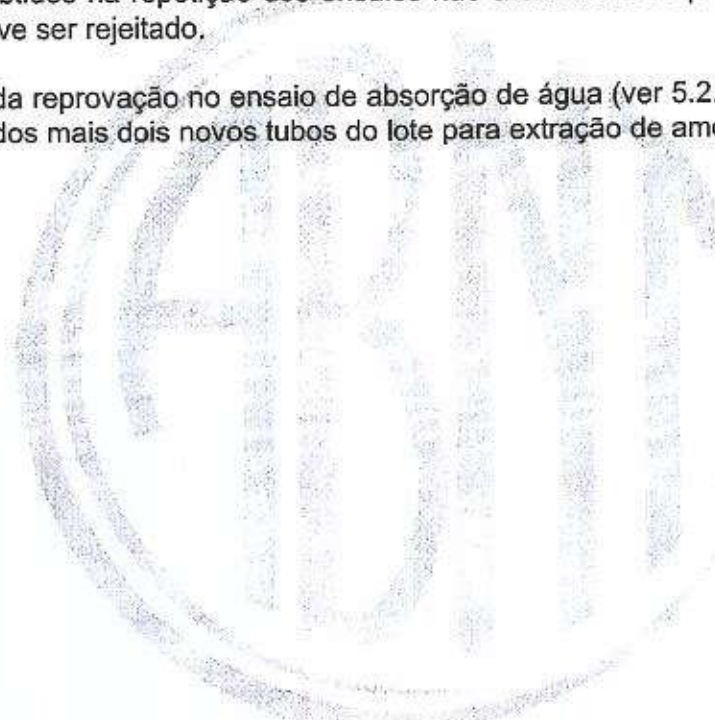
## 7 Aceitação e rejeição

### 7.1 Tubos

7.1.1 Devem ser rejeitados os tubos que não atendam aos requisitos previstos em 6.4. Se houver rejeição na avaliação visual maior ou igual a 30 %, todo o lote deve ser rejeitado.

7.1.2 Atendido o disposto em 7.1.1, deve ser aceito o lote de tubos cujas amostras apresentarem nos ensaios valores dentro dos limites estabelecidos em 5.2.3 a 5.2.5. Caso qualquer tubo da amostra não atenda aos requisitos estabelecidos em 5.2.3 e 5.2.4, o ensaio deve ser repetido com uma amostra com o tamanho igual ao dobro da anterior. Caso qualquer tubo da amostra não atenda aos requisitos estabelecidos em 5.2.5, o ensaio deve ser repetido com uma amostra de igual tamanho. Caso um dos resultados obtidos na repetição dos ensaios não atenda aos requisitos estabelecidos em 5.2.3 a 5.2.5, o lote deve ser rejeitado.

7.1.3 No caso da reprovação no ensaio de absorção de água (ver 5.2.5), para repetição do ensaio, devem ser retirados mais dois novos tubos do lote para extração de amostras.



## Anexo A (normativo)

### Dimensões e resistências dos tubos de concreto para água pluvial e esgoto sanitário

#### A.1 Encaixe macho e fêmea ou ponta e bolsa de tubos

Os encaixes dos tubos previstos nesta Norma devem seguir os modelos apresentados na Figura A.1.

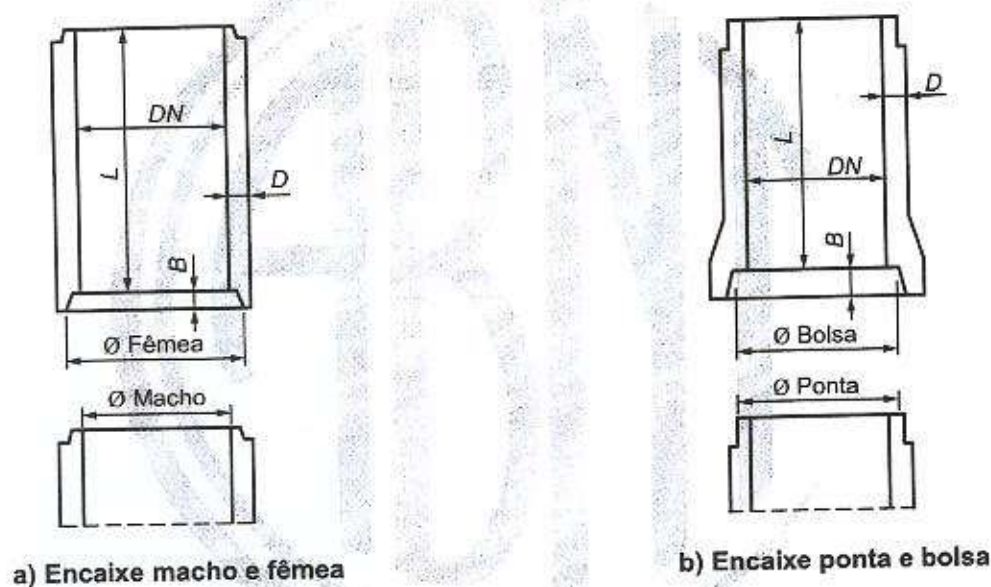


Figura A.1 – Semicorte longitudinal típico de tubos com encaixe macho e fêmea e ponta e bolsa

#### A.2 Dimensões dos tubos destinados ao transporte de água pluvial

Os tubos destinados ao transporte de água pluvial devem apresentar dimensões de acordo com a Tabela A.1, no caso dos tubos de encaixe ponta e de bolsa, ou com a Tabela A.2, no caso dos tubos macho e fêmea.



Tabela A.1 – Dimensões dos tubos para água pluvial com encaixe ponta e bolsa

Dimensões em milímetros

Diâmetro nominal	Comprimento útil mínimo do tubo	Comprimento mínimo da bolsa	Folga máxima do encaixe	Espessura mínima de parede					
DN	L	B	C <sup>a</sup>	D					
				PS1	PS2	PA1	PA2	PA3	PA4
200	1 000	50	30	30	30	–	–	–	–
300	1 000	60	30	30	30	45	45	45	45
400	1 000	65	30	40	40	45	45	45	45
500	1 000	70	40	50	50	50	50	50	60
600	1 000	75	40	55	55	60	60	60	70
700	1 000	80	40	–	–	66	66	75	80
800	1 000	80	40	–	–	72	72	80	95
900	1 000	80	40	–	–	75	75	90	100
1 000	1 000	80	40	–	–	80	80	100	115
1 100	1 000	80	50	–	–	90	90	112	125
1 200	1 000	90	50	–	–	96	96	125	140
1 300	1 000	90	50	–	–	105	105	130	155
1 500	1 000	90	60	–	–	120	120	155	160
1 750	1 000	100	60	–	–	140	140	165	175
2 000	1 000	100	60	–	–	160	160	170	180

<sup>a</sup> C é a diferença entre o diâmetro interno mínimo da bolsa e o diâmetro externo da ponta do tubo.

NOTA O atendimento às dimensões estabelecidas nesta Tabela não elimina a necessidade de verificação dos requisitos de resistência à compressão diametral e os demais requisitos estabelecidos nesta Norma.

Tabela A.2 – Dimensões dos tubos para água pluvial com encaixe macho e fêmea

Dimensões em milímetros

Diâmetro nominal	Comprimento útil mínimo do tubo	Comprimento mínimo da fêmea	Folga máxima do encaixe	Espessura mínima de parede					
				D					
DN	L	B	C <sup>a</sup>	PS1	PS2	PA1	PA2	PA3	PA4
500	950	20	40	50	50	50	50	50	60
600	950	20	40	55	55	60	60	60	70
700	950	35	40	–	–	66	66	75	80
800	950	35	40	–	–	72	72	80	95
900	950	35	40	–	–	75	75	90	100
1 000	950	35	40	–	–	80	80	100	115
1 100	950	35	50	–	–	90	90	112	125
1 200	950	35	50	–	–	96	96	125	140
1 300	950	35	50	–	–	105	105	130	155
1 500	950	35	60	–	–	120	120	155	160
1 750	950	35	60	–	–	140	140	165	175
2 000	950	35	60	–	–	160	160	170	180

<sup>a</sup> C é a diferença entre o diâmetro interno mínimo da fêmea e o diâmetro externo do macho do tubo.

NOTA 1 O atendimento às dimensões estabelecidas nesta Tabela não elimina a necessidade de verificação dos requisitos de resistência à compressão diametral e os demais requisitos estabelecidos nesta Norma.

NOTA 2 Tubos com sistema de encaixe macho e fêmea só podem ser fabricados com diâmetro nominal a partir de 500 mm.

### A.3 Dimensões dos tubos destinados ao transporte de esgotos sanitários e tubos com junta elástica para água pluvial

Os tubos destinados ao transporte de esgotos sanitários e tubos com junta elástica para água pluvial devem apresentar dimensões de acordo com a Tabela A.3.



**Tabela A.3 – Dimensões dos tubos destinados a esgoto sanitário e água pluvial com junta elástica**

Dimensões em milímetros

Diâmetro nominal	Comprimento útil mínimo do tubo	Comprimento mínimo da bolsa	Espessura mínima de parede			
			D			
DN	L	B	ES	EA2	EA3	EA4
200	2 000	50	45	—	—	—
300	2 000	60	50	50	50	50
400	2 000	65	50	50	50	50
500	2 000	70	55	55	60	60
600	2 000	75	65	65	70	70
700	2 000	80	—	70	75	80
800	2 000	80	—	80	80	95
900	2 000	80	—	85	90	100
1 000	2 000	80	—	90	100	115
1 100	2 000	80	—	100	112	125
1 200	2 000	90	—	100	125	140
1 300	2 000	90	—	115	130	155
1 500	2 000	90	—	120	155	160
1 750	2 000	100	—	150	165	175
2 000	2 000	100	—	160	170	180

NOTA O atendimento das dimensões estabelecidas nesta Tabela não elimina a necessidade de verificação dos requisitos de resistência à compressão diametral e os demais requisitos estabelecidos nesta Norma.

#### A.4 Resistência à compressão diametral dos tubos de concreto para água pluvial e esgoto sanitário

Os tubos de concreto podem ser dimensionados estruturalmente para os mais diversos tipos de sobrecargas permanentes e acidentais, tais como aterros com diversos tipos de materiais, sobrecargas rodoviárias, ferroviárias, aeroviárias, metroviárias e demais sobrecargas específicas para cada situação de utilização prevista em projeto e cabe ao projetista determinar sua correspondente classe de resistência mecânica, classificando o tubo segundo as classes previstas nesta Norma.

Os tubos de concreto devem obedecer às classes de resistência estabelecidas nas Tabelas A.4 e A.5, conforme sejam simples, armados, reforçados com fibras ou armados com reforço secundário de fibras.

Quando o dimensionamento resultar em tubos simples, de classe superior às indicadas nesta Norma (PS1 ou ES), deve-se especificar tubos armados que atendam à classe de resistência mecânica necessária.



Quando o dimensionamento resultar em tubos armados, reforçados com fibras de aço ou armados com reforço secundário de fibras de classe superior às indicadas nesta Norma (PA4 ou EA4), aplica-se a ABNT NBR 15396, que estabelece os requisitos para aduelas (galerias celulares) pré-fabricadas de concreto.

NOTA O Anexo G traz recomendações para a determinação da classe de resistência do tubo de concreto em função de sua aplicação.

**Tabela A.4 – Compressão diametral de tubos simples**

DN	Água pluvial		Esgoto sanitário
	Força mínima de ruptura kN/m		Força mínima de ruptura kN/m
Classe	PS1	PS2	ES
200	16	24	36
300	16	24	36
400 <sup>a</sup>	16	24	36
500	20	30	45
600 <sup>b</sup>	24	36	54
Força diametral de ruptura kN/m			
Qd	40	60	90

<sup>a</sup> Para tubos simples com diâmetro igual ou menor que 400 mm, a força mínima de ruptura é a correspondente a este valor.

<sup>b</sup> Tubos com diâmetro nominal acima de 600 mm devem ser armados, reforçados com fibras de aço ou armados com reforço secundário de fibras de aço.

**Tabela A.5 – Compressão diametral de tubos de concreto armado, reforçados com fibras ou armados com reforço secundário de fibras (continua)**

DN	Água pluvial								Esgoto sanitário					
	Força mínima isenta de fissura kN/m				Força mínima de ruptura <sup>b</sup> kN/m				Força mínima isenta de fissura kN/m			Força mínima de ruptura <sup>b</sup> kN/m		
	PA1	PA2	PA3	PA4	PA1	PA2	PA3	PA4	EA2	EA3	EA4	EA2	EA3	EA4
Classe <sup>a</sup>														
300	12	18	27	36	18	27	41	54	18	27	36	27	41	54
400	16	24	36	48	24	36	54	72	24	36	48	36	54	72
500	20	30	45	60	30	45	68	90	30	45	60	45	68	90
600	24	36	54	72	36	54	81	108	36	54	72	54	81	108
700	28	42	63	84	42	63	95	126	42	63	84	63	95	126
800	32	48	72	96	48	72	108	144	48	72	96	72	108	144
900	36	54	81	108	54	81	122	162	54	81	108	81	122	162
1 000 <sup>c</sup>	40	60	90	120	60	90	135	180	60	90	120	90	135	180
1 100	44	66	99	132	66	99	149	198	66	99	132	99	149	198
1 200	48	72	108	144	72	108	162	216	72	108	144	108	162	216



Tabela A.5 (conclusão)

DN	Água pluvial								Esgoto sanitário					
	Força mínima isenta de fissura				Força mínima de ruptura <sup>b</sup>				Força mínima isenta de fissura			Força mínima de ruptura <sup>b</sup>		
	kN/m				kN/m				kN/m			kN/m		
Classe <sup>a</sup>	PA1	PA2	PA3	PA4	PA1	PA2	PA3	PA4	EA2	EA3	EA4	EA2	EA3	EA4
1 500	60	90	135	180	90	135	203	270	90	135	180	135	203	270
1 750	70	105	158	210	105	158	237	315	105	158	210	158	237	315
2 000	80	120	180	240	120	180	270	360	120	180	240	180	270	360
Força diametral isenta de fissura/ruptura														
kN/m														
Qd	40	60	90	120	60	90	135	180	60	90	120	90	135	180
<sup>a</sup> Para classes superiores a PA4 e EA4 devem ser utilizadas galerias celulares de seção retangular de acordo com a ABNT NBR 15396. <sup>b</sup> Para tubos armados, reforçados com fibra e armados com reforço secundário de fibras, a força de ruptura mínima deve corresponder a 1,5 da força mínima isenta de fissura. <sup>c</sup> Tubos reforçados exclusivamente com fibras de aço podem ser fabricados com diâmetro nominal até 1 000 mm. Os tubos com diâmetro nominal maior que 1 000 mm devem ser armados ou armados com reforço secundário em fibras de aço. Força diametral isenta de fissura ou ruptura é a relação entre a força isenta de fissura ou ruptura e o diâmetro nominal do tubo.														

## **Anexo B** **(normativo)**

### **Ensaio de compressão diametral de tubos de concreto simples, armados e armados com reforço secundário de fibras, para água pluvial e esgoto sanitário**

#### **B.1 Princípio**

Este ensaio determina os valores efetivos da força mínima isenta de fissura (ver 3.18 e 5.2.3.1) e de ruptura (ver 3.17 e 5.2.3.2) do tubo submetido ao ensaio de compressão diametral.

Este ensaio se aplica aos tubos de concreto simples, armados ou armados com reforço secundário de fibras de aço.

#### **B.2 Descrição e aparelhagem**

A prensa hidráulica com a qual se executa o ensaio pode ser projetada e construída desde que atenda aos seguintes requisitos:

- a) seja provida de dispositivo que assegure a distribuição uniforme dos esforços ao longo de todo o corpo do tubo, descontados o ressalto da bolsa e o rebaixo da ponta (ver Figura B.2). No caso de prensa com dois ou mais pistões, esta deve possuir um sistema articulado entre os pistões e o cutelo, para distribuição uniforme da força;
- b) permita a elevação de forças de modo contínuo, sem golpes, com velocidade constante e não inferior a 5 kN/min nem superior a 30 kN/min por metro linear de tubo;
- c) seja munida de dispositivo eletrônico ou de célula de carga que permita a leitura direta da força com erro menor do que 2 % em valor absoluto, para forças iguais ou superiores a 60 kN, para a velocidade de aplicação da força indicada nesta Norma. Para isso é aconselhável que a escolha da escala se faça de modo que o valor da força mínima na especificação esteja compreendido entre um décimo e nove décimos da força máxima registrada na escala;
- d) tenha o dispositivo de medida de força com um mínimo de inércia, de atritos e de jogos, de modo que estes fatores não influam sensivelmente nas indicações da máquina, quando o ensaio for conduzido à velocidade prevista nesta Norma;
- e) a aferição dos equipamentos deve ser apresentada, não sendo aceitas aferições realizadas pelo laboratório do próprio fornecedor, quando for o caso;
- f) célula de força com capacidade mínima equivalente a 1,4 vez a força máxima prevista para o ensaio;
- g) a aferição dos equipamentos deve ser realizada por laboratório acreditado na Rede Brasileira de Calibração (RBC);
- h) a prensa hidráulica deve estar equipada com célula de carga ou dispositivo eletrônico que permita a construção do gráfico das forças de compressão diametral em função do tempo, para verificação com exatidão dos valores das forças-limite de não abertura de fissura e das forças de ruptura.



### B.3 Execução do ensaio

O ensaio deve ser executado conforme a seguir:

- a) medir o comprimento útil ( $L$ ) do tubo em três geratrizes defasadas entre si em um ângulo de  $120^\circ$ , sendo o valor do comprimento útil a média das três medidas;
- b) colocar o tubo deitado sobre apoios planos e horizontais, dispostos paralela e simetricamente em relação ao seu eixo. Esses apoios consistem em vigotas de madeira de seção retangular, de comprimento total maior ou igual ao comprimento útil do tubo, devidamente fixados ao apoio inferior da máquina e afastados um do outro por uma distância igual a um décimo do diâmetro nominal do tubo, expresso em milímetros, conforme Figuras B.2 (tubo de encaixe ponta e bolsa) e B.3 (tubo macho e fêmea);
- c) colocar ao longo da geratriz superior do tubo uma vigota de madeira, de comprimento tal que abranja o comprimento útil do tubo em ensaio e de altura maior do que a diferença entre os diâmetros externos do tubo e da bolsa, como indicado nas Figuras B.2 (tubo ponta e bolsa) e B.3 (tubo macho e fêmea);
- d) evitar a localização de esforços em possíveis irregularidades da superfície do tubo; pode-se intercalar entre o tubo e cada cutelo uma tira de borracha com cerca de 5 mm de espessura ou uma camada de areia;
- e) dispor o conjunto de modo que o ponto de aplicação da força coincida com o meio do comprimento útil do tubo, de maneira a garantir a distribuição uniforme da força ao longo do seu comprimento;
- f) em tubos simples, aplicar a força a uma taxa não inferior a 5 kN/min nem superior a 30 kN/min. A força deve ser elevada até a ruptura do tubo, conforme definida na Tabela A.4, e seguindo o procedimento apresentado na Figura B.4;
- g) em tubos armados ou armados com reforço secundário de fibras, aplicar a força com taxa de variação constante e não inferior a 5 kN/min nem superior a 30 kN/min, por metro linear de tubo, até atingir o valor estabelecido para a força mínima isenta de fissura (Tabela A.5), conforme a Figura B.5;
- h) caso não seja observada qualquer abertura de fissura, dar prosseguimento ao carregamento do tubo a partir desta força até que o tubo chegue à sua força máxima definida como força de ruptura (Figura B.5). Como requisito, o tubo deve apresentar uma força mínima de ruptura conforme o estabelecido na Tabela A.5.

### B.4 Resultados

As forças mínimas isentas de fissura e de ruptura são obtidas dividindo-se os valores dos esforços totais correspondentes pelo comprimento útil do tubo, expressas em quilonewtons por metro. O relatório deve consignar os valores da força mínima isenta de fissura e ruptura de cada tubo, obtidos no ensaio.

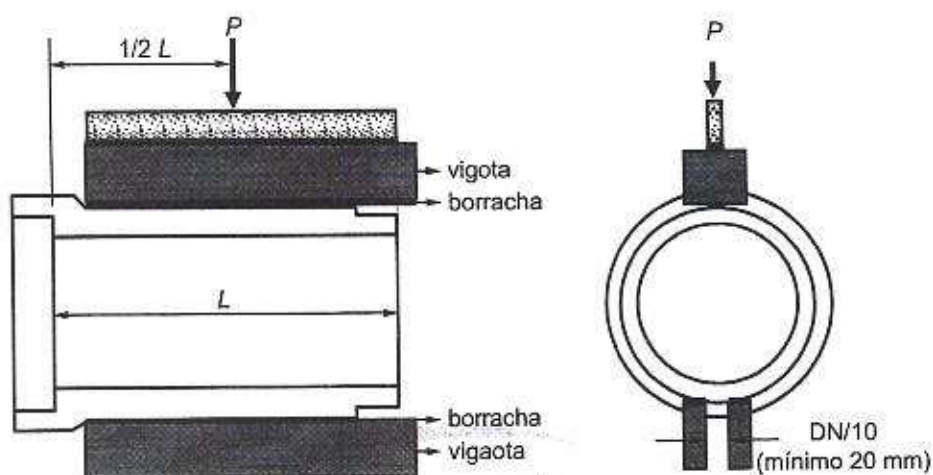


Figura B.1 – Esquema do ensaio para tubo de encaixe ponta e bolsa

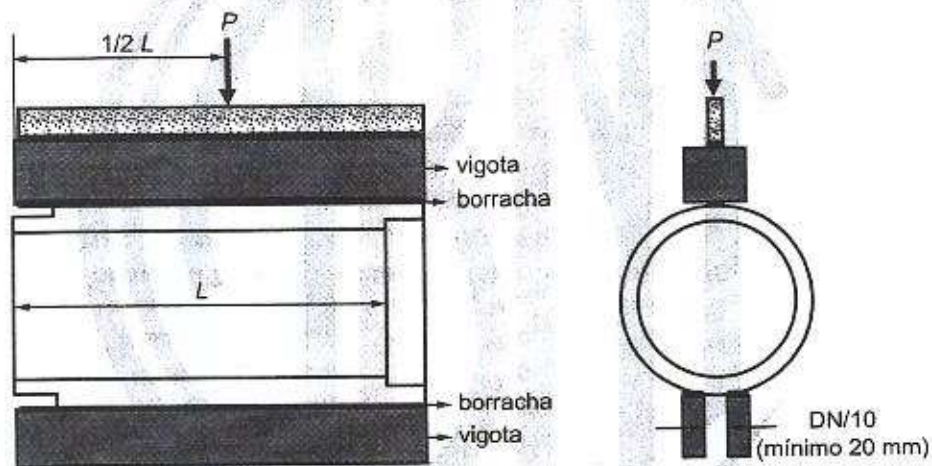
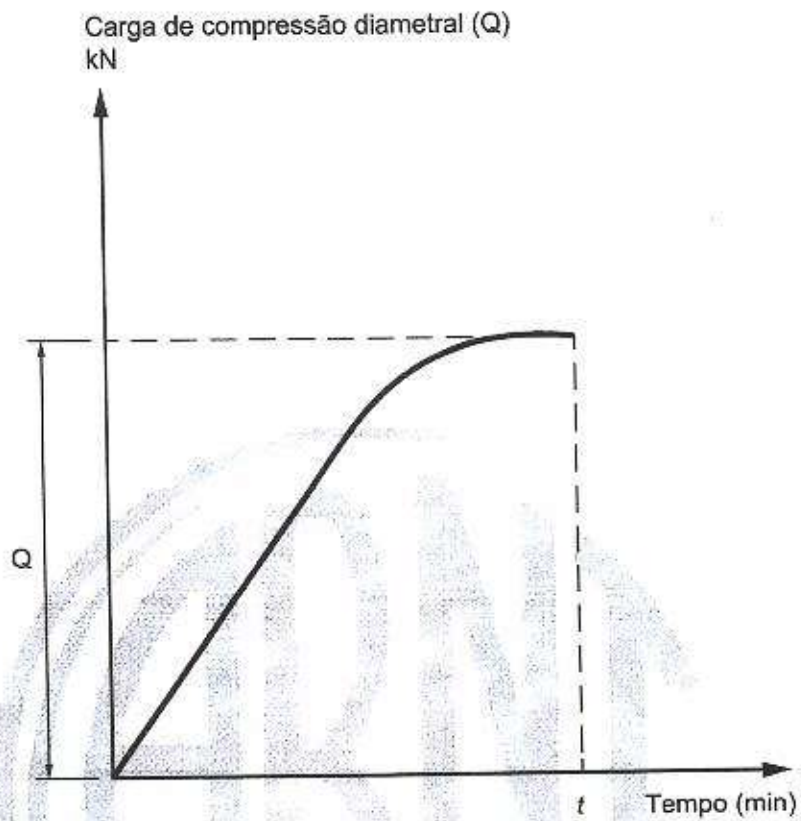


Figura B.2 – Esquema do ensaio para tubo macho e fêmea

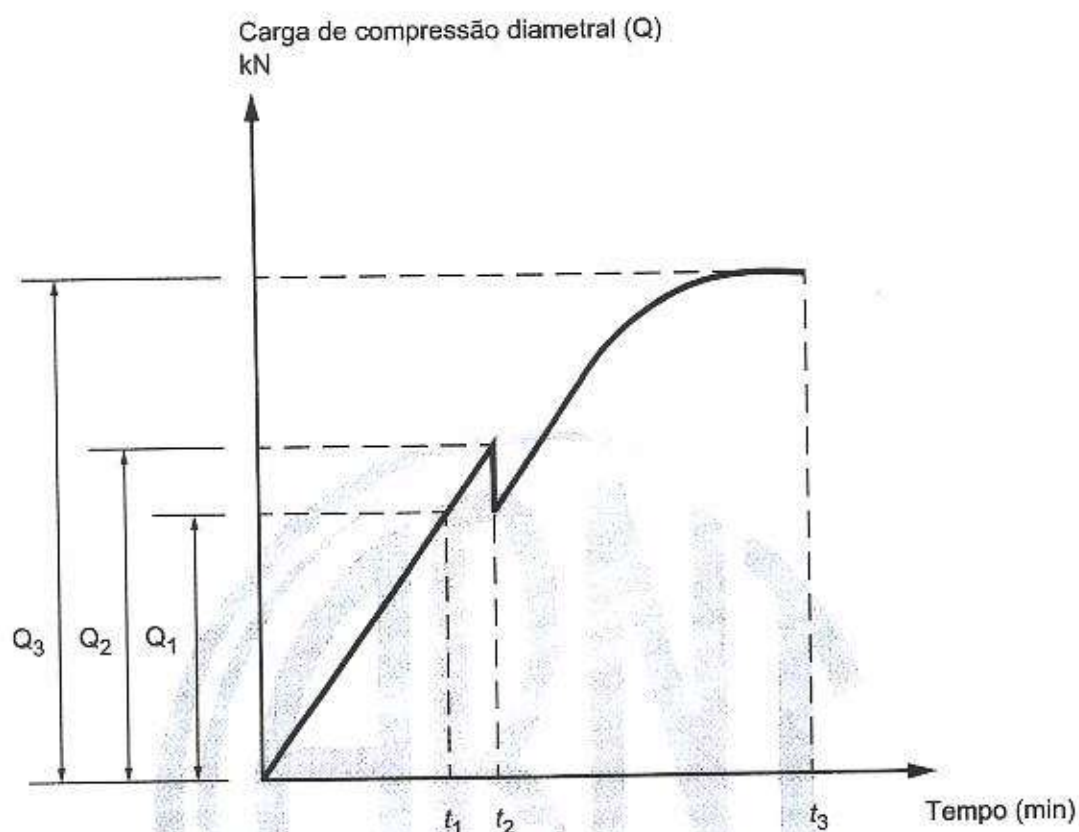




**Legenda**

- Q carga de ruptura deste tubo, expressa em quilonewtons (kN)  
t tempo decorrido do ensaio até atingir a ruptura do tubo, expresso em minutos (min)

**Figura B.3 – Gráfico de ensaio de compressão diametral para tubos simples**



#### Legenda

- $Q_1$  força mínima isenta de fissuras, expressa em quilonewtons (kN)
- $Q_2$  força de fissura, expressa em quilonewtons (kN), de acordo com a seguinte condição:  $Q_2 > Q_1$
- $Q_3$  força de ruptura, expressa em quilonewtons (kN)
- $t_1$  tempo decorrido do ensaio até se atingir a força mínima isenta de fissura, expresso em minutos (min)
- $t_2$  tempo decorrido do ensaio até atingir a força de fissura do tubo, expresso em minutos (min)
- $t_3$  tempo decorrido do ensaio até atingir a ruptura do tubo, expresso em minutos (min)

**Figura B.4 – Gráfico de ensaio de compressão diametral para tubos de concreto armado e armado com reforço secundário de fibras**



## **Anexo C** **(normativo)**

### **Ensaio de permeabilidade e estanqueidade da junta dos tubos de concreto destinados a esgoto sanitário e água pluvial, providos de junta elástica**

#### **C.1 Princípio**

Este ensaio determina a permeabilidade dos tubos e da estanqueidade elástica entre os tubos quanto à passagem de água nas condições do ensaio.

#### **C.2 Aparelhagem**

O equipamento com o qual se executa o ensaio deve ser dotado de dispositivos que atendam aos seguintes requisitos:

- a) permitir elevação gradual e sem golpes da pressão da água no interior dos tubos, com taxa de variação constante de no máximo 20 kPa/s;
- b) possuir manômetro periodicamente aferido para medição da pressão interna mínima especificada com resolução de  $\pm 4 \%$ ;
- c) permitir o acoplamento de dois tubos e respectivo anel de borracha, caracterizando a junta elástica da tubulação;
- d) permitir encher de água os dois tubos acoplados;
- e) permitir a saída do ar neles contido, antes do ensaio;
- f) permitir o fechamento das extremidades livres do conjunto por meio de um esforço mínimo de pressão necessário, na direção do eixo dos tubos;
- g) a aferição dos equipamentos deve ser apresentada, não sendo aceitas aferições realizadas pelo laboratório do próprio fornecedor, quando for o caso;
- h) a aferição dos equipamentos deve ser realizada por laboratório acreditado na Rede Brasileira de Calibração (RBC).

#### **C.3 Procedimento de ensaio**

Dois tubos e o respectivo anel de vedação, constituintes da amostra representativa do lote sob inspeção, são acoplados entre si e colocados no equipamento de ensaio, com os eixos coaxiais passando pelo centro dos pratos articulados, de modo que seja garantida a estanqueidade nos extremos; o conjunto deve estar submetido a um ângulo de deflexão de acordo com a Tabela C.1. Proceder ao enchimento dos tubos com água, permitindo a saída de todo o ar antes contido no seu interior. Fechar os registros de entrada de água e saída de ar e elevar gradualmente a pressão da água até 0,1 MPa, mantendo-a nesta pressão por 30 min, para tubos destinados a esgoto sanitário. Para tubos destinados a água pluvial, deve ser elevada a pressão da água até 0,05 MPa, mantendo-se esta pressão por 15 min.

Tabela C.1 – Tabela do ângulo de deflexão

Diâmetro nominal mm	Ângulo de deflexão °	Valor da flecha correspondente ao ângulo de deflexão em função do comprimento útil do tubo		
		Tubo com 1,00 m de comprimento útil mm	Tubo com 2,00 m de comprimento útil mm	Tubo com 2,50 m de comprimento útil mm
300	1° 40'	29	58	72,5
400	1° 40'	29	58	72,5
500	1° 00'	17	34	42,5
600	1° 00'	17	34	42,5
700	0° 50'	14	29	35
800	0° 50'	14	29	35
900	0° 45'	13	26	32,5
1 000	0° 45'	13	26	32,5
1 100	0° 30'	09	18	22,5
1 200	0° 30'	09	18	22,5
1 300	0° 30'	09	18	22,5
1 500	0° 30'	09	18	22,5
1 750	0° 30'	09	18	22,5
2 000	0° 30'	09	18	22,5

#### C.4 Obtenção dos resultados

Verificar atentamente durante o ensaio a eventual ocorrência de vazamentos na junta ou nas paredes dos tubos, registrando o fato e o tempo em que isto ocorreu. Não havendo vazamentos no período previsto, este fato deve ser registrado e o ensaio concluído. Gotas aderentes e manchas de umidade não são consideradas vazamentos.



## **Anexo D** **(normativo)**

### **Ensaio de absorção de água**

#### **D.1 Princípio**

Este ensaio determina o índice de absorção de água em tubos de concreto destinados a esgoto sanitário e água pluvial.

#### **D.2 Aparelhagem**

A aferição dos equipamentos deve ser apresentada, não sendo aceitas aferições realizadas pelo laboratório do próprio fornecedor, quando for o caso.

A aferição dos equipamentos deve ser realizada por laboratório acreditado na Rede Brasileira de Calibração (RBC).

#### **D.3 Procedimento de ensaio**

Dos tubos constituintes da amostra, submetidos ao ensaio de compressão diametral do lote em aprovação, retiram-se dois corpos de prova indeformáveis por tubo, por meio de máquina extratora rotativa com broca que resulte em área de 100 cm<sup>2</sup> a 150 cm<sup>2</sup>, medida na parte correspondente à superfície interna do tubo, que se apresentem íntegros, sem soltar pedaços ou partes pulverulentas.

Nos tubos armados e nos tubos armados com reforço secundário de fibras, os corpos de prova devem ser removidos, tomando-se o cuidado de cortar as armaduras, separando os pedaços sem danificar o concreto.

Os corpos de prova devem ser isentos de fissuras visíveis.

Os corpos de prova devem ser secos em estufa com temperatura mantida no intervalo de  $(105 \pm 5)$  °C, pelo período mínimo de 8 h, até que duas pesagens consecutivas, com intervalo não inferior a 2 h, indiquem variação de perda de massa inferior a 0,1 % da sua massa original.

Os corpos de prova já secos devem ser colocados em recipientes apropriados, imersos em água potável em ebulição (100 °C) e mantidos em água em fervura por 5 h. Deixar os corpos de prova esfriarem junto com a água em seus respectivos recipientes até a temperatura ambiente. Retirá-los da água, secá-los superficialmente por meio de toalha, pano úmido ou papel absorvente e pesá-los imediatamente.

#### **D.4 Resultados**

O índice de absorção de água é dado pela equação a seguir:

$$A = \frac{M_1 - M_0}{M_0} 100$$

onde

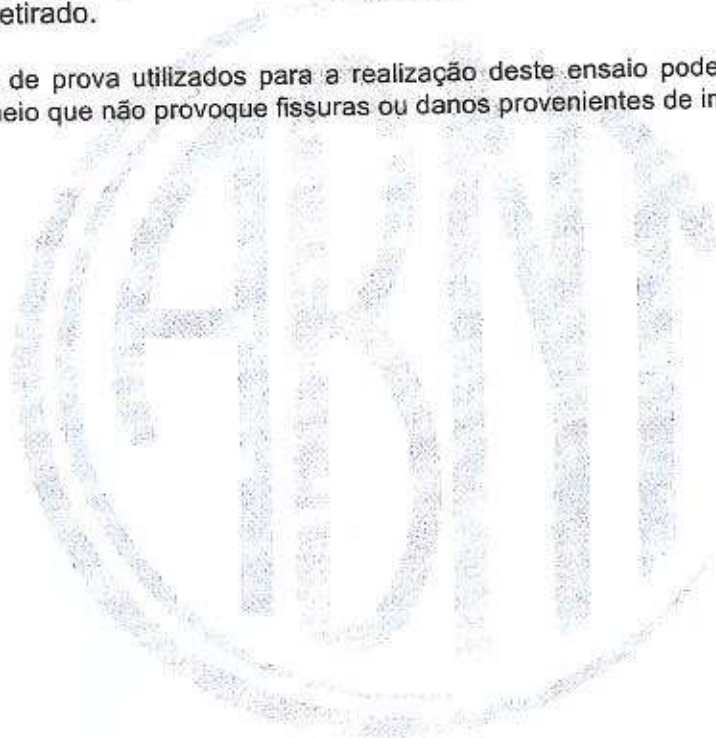
$A$  é o índice de absorção de água, expresso em porcentagem (%);

$M_0$  é a massa do corpo de prova seco, expressa em gramas (g);

$M_1$  é a massa do corpo de prova após ensaio saturado, expresso em gramas (g).

O relatório do ensaio deve apresentar o resultado de cada corpo de prova identificado com relação ao tubo do qual foi retirado.

NOTA Os corpos de prova utilizados para a realização deste ensaio podem ser obtidos pelo uso de extratoras ou outro meio que não provoque fissuras ou danos provenientes de impacto.





## **Anexo E** **(normativo)**

### **Ensaio de permeabilidade dos tubos de concreto para água pluvial providos de junta rígida**

#### **E.1 Princípio**

Este ensaio determina a permeabilidade dos tubos quanto à passagem de água nas condições do ensaio.

#### **E.2 Aparelhagem**

O equipamento com o qual se executa o ensaio deve ser dotado de dispositivos que atendam aos seguintes requisitos:

- a) permitir elevação gradual e sem golpes da pressão da água no interior dos tubos, com taxa de variação constante de no máximo 20 kPa/s;
- b) possuir manômetro periodicamente aferido para a medição da pressão interna mínima especificada com resolução de  $\pm 4\%$ ;
- c) permitir encher de água o tubo;
- d) permitir a saída do ar nele contido, antes do ensaio;
- e) permitir o fechamento das extremidades livres do conjunto por meio de um esforço mínimo de pressão necessário, na direção do eixo dos tubos;
- f) a aferição dos equipamentos deve ser apresentada, não sendo aceitas aferições realizadas pelo laboratório do próprio fornecedor, quando for o caso;
- g) a aferição dos equipamentos deve ser realizada por laboratório acreditado na Rede Brasileira de Calibração (RBC).

#### **E.3 Procedimento de ensaio**

O tubo constituinte da amostra representativa do lote sob inspeção é colocado no equipamento de ensaio, com o eixo coaxial passando pelo centro dos pratos articulados, de modo que seja garantida a estanqueidade nos extremos. Proceder ao enchimento do tubo com água, permitindo a saída de todo o ar antes contido no seu interior. Fechar os registros de entrada de água e saída de ar e elevar gradualmente a pressão da água até 0,05 MPa, mantendo-a nesta pressão por 15 min.

#### **E.4 Obtenção dos resultados**

Verificar atentamente, durante o ensaio, a eventual ocorrência de vazamento na parede do tubo, registrando o fato e o tempo em que isto ocorreu. Não havendo vazamentos no período previsto, este fato deve ser registrado e o ensaio concluído. Gotas aderentes e manchas de umidade não são consideradas vazamentos.

## **Anexo F** **(normativo)**

### **Ensaio de compressão diametral de tubos de concreto, reforçado com fibras de aço, para água pluvial e esgoto sanitário**

#### **F.1 Princípio**

Este ensaio tem por objetivo verificar o atendimento à força mínima isenta de fissura (3.18 e 5.2.3.1) e determinar valor efetivo da força de ruptura (3.17 e 5.2.3.2) do tubo submetido ao ensaio, conforme descrito em F.2 e F.3.

Este ensaio se aplica aos tubos reforçados exclusivamente com fibras de aço, com diâmetro nominal interno de até 1 000 mm, conforme o escopo desta Norma.

#### **F.2 Aparelhagem**

A máquina com a qual se executa o ensaio pode ser de qualquer tipo, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- a) seja provida de dispositivo que assegure a distribuição uniforme dos esforços ao longo de todo o corpo do tubo, descontados o ressalto da bolsa e o rebaixo da ponta (ver Figura F.2). No caso de prensa com dois ou mais pistões, esta deve possuir um sistema articulado entre os pistões e o cutelo, para distribuição uniforme da força;
- b) permita a elevação da força de modo contínuo, sem golpes, com velocidade constante e não inferior a 5 kN/min nem superior a 35 kN/min por metro linear de tubo;
- c) seja munida de dispositivo que permita a leitura direta da força com erro menor do que 2 % em valor absoluto, para forças iguais ou superiores a 60 kN, para a velocidade de aplicação da força indicada nesta Norma. Para isso é aconselhável que a escolha da escala se faça de modo que o valor da força mínima na especificação esteja compreendido entre um décimo e nove décimos da força máxima registrada na escala;
- d) tenha o dispositivo de medida de força com um mínimo de inércia, de atritos e de jogos, de modo que estes fatores não influenciem sensivelmente nas indicações da máquina, quando o ensaio for conduzido à velocidade prevista nesta Norma;
- e) a aferição dos equipamentos deve ser apresentada, não sendo aceitas aferições realizadas pelo laboratório do próprio fornecedor, quando for o caso;
- f) célula de força com capacidade mínima equivalente a 1,4 vez a força máxima prevista para o ensaio;
- g) a aferição dos equipamentos deve ser realizada por laboratório acreditado na Rede Brasileira de Calibração (RBC).



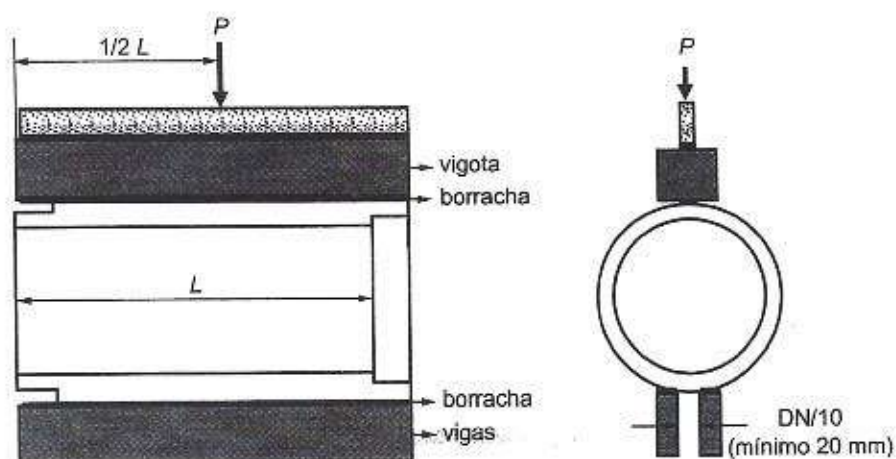
### F.3 Execução do ensaio

O ensaio deve ser executado conforme a seguir:

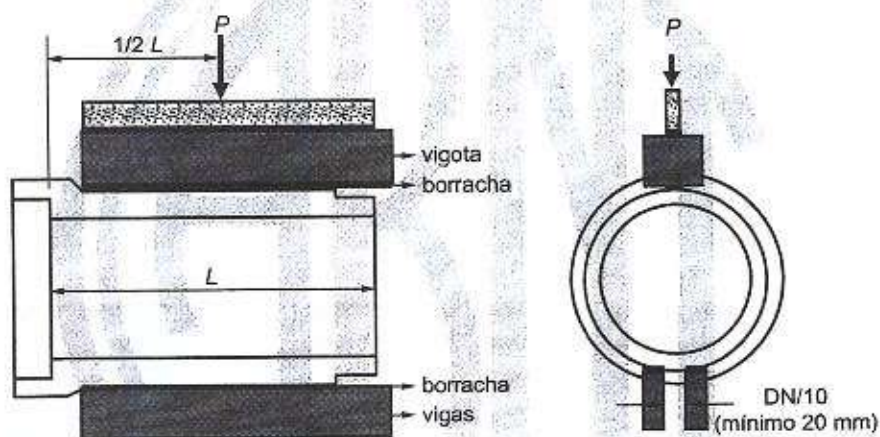
- a) medir o comprimento útil ( $L$ ) do tubo em três geratrizes defasadas entre si em um ângulo de  $120^\circ$ , sendo o valor do comprimento útil a média das três determinações;
- b) colocar o tubo deitado sobre apoios planos e horizontais, dispostos paralela e simetricamente em relação ao seu eixo. Esses apoios consistem em sarrafos retos de madeira, de comprimento total maior ou igual ao comprimento útil do tubo, devidamente fixados ao apoio inferior da máquina e afastados um do outro por uma distância igual a um décimo do diâmetro nominal do tubo, expresso em milímetros, conforme Figuras F.1 e F.2;
- c) colocar ao longo da geratriz superior do tubo uma vigota de madeira de seção retangular, de comprimento tal que abranja o comprimento útil do tubo em ensaio e de altura maior do que a diferença entre os diâmetros externos do tubo e da bolsa, como indicado nas Figuras F.1 e F.2;
- d) evitar a localização de esforços em possíveis irregularidades da superfície do tubo; pode-se intercalar entre o tubo e cada cutelo uma tira de borracha com cerca de 5 mm de espessura ou uma camada de areia;
- e) dispor o conjunto de modo que o ponto de aplicação da força coincida com o meio do comprimento útil do tubo, de maneira a garantir a distribuição uniforme da força ao longo do seu comprimento;
- f) aplicar a força com taxa de variação constante e não inferior a 5 kN/min nem superior a 35 kN/min, por metro linear de tubo, até atingir o valor especificado para a força mínima isenta de fissura (Tabela A.5), mantendo-a estabilizada por 1 min. Ao final de 1 min, o tubo não pode apresentar qualquer tipo de fissura, mediante avaliação gráfica e/ou visual (ver Figura F.3);
- g) não sendo observado qualquer tipo de fissura, dar prosseguimento ao carregamento do tubo a partir desta força até que o tubo chegue à sua força máxima definida como força de ruptura. Como requisito, o tubo deve apresentar uma força mínima de ruptura conforme estabelecido nas Tabelas A.4 ou A.5 (ver Figura F.3);
- h) remover integralmente a força aplicada ao tubo quando esta cair a 95 % da força máxima atingida durante o ensaio (ver Figura F.3);
- i) recarregar o tubo até a força mínima isenta de fissura estabelecida na Tabela A.5. Como requisito, o tubo deve suportar esta força por no mínimo 1 min (ver Figura F.3);
- j) ao final de 1 min prosseguir com o carregamento até atingir o seu valor máximo. Este valor deve superar a força mínima isenta de fissura em no mínimo 5 % (ver Figura F.3).

### F.4 Resultados

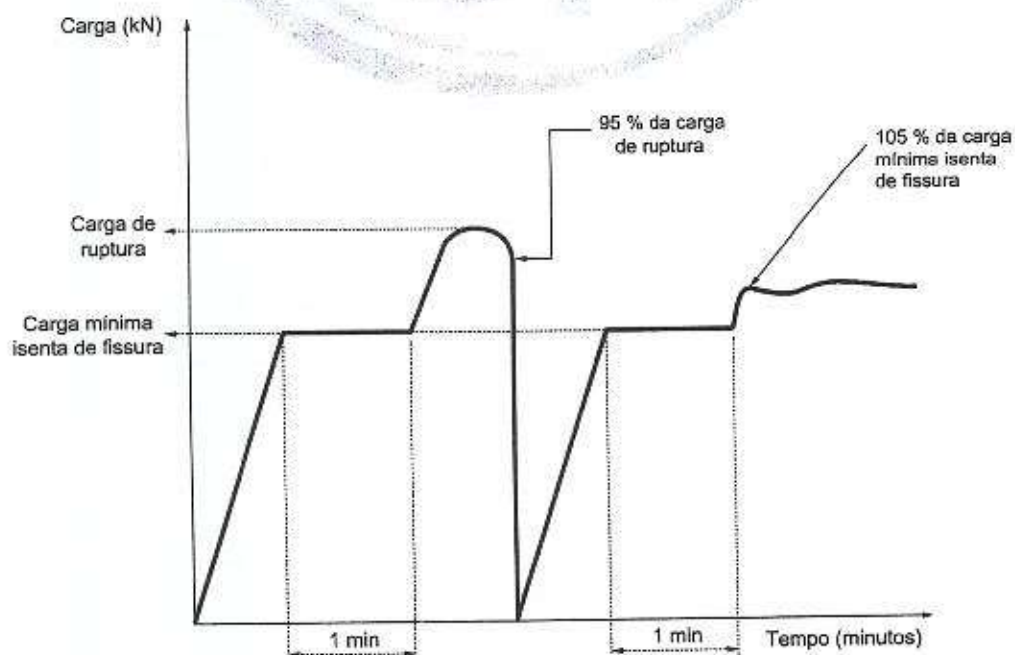
Os valores das forças mínimas isentas de fissura e da força de ruptura devem ser obtidos dividindo-se os valores dos esforços totais correspondentes pelo comprimento útil do tubo, expressos em quilonewtons por metro (kN/m). O relatório do ensaio deve consignar os valores da força de ruptura de cada tubo, obtida no ensaio, e a verificação da condição do tubo quanto ao atendimento da força mínima isenta de fissura e de sua capacidade de mantê-la por 1 min durante o recarregamento.



**Figura F.1 – Esquema do ensaio para tubo macho e fêmea**



**Figura F.2 – Esquema do ensaio para tubo de encaixe ponta e bolsa**



**Figura F.3 – Esquema do plano de carregamento do ensaio de tubos reforçados com fibra de aço**



## **Anexo G**

### **(informativo)**

### **Recomendações para aquisição, cura, armazenagem, manuseio, transporte e recebimento dos tubos de concreto**

Até a entrega na obra, os tubos de concreto passam por algumas etapas importantes, como processo de cura, manuseio, armazenagem, transporte e instalação, as quais requerem cuidados específicos, pois a estanqueidade, a durabilidade e a resistência dos tubos estão também ligadas à sua integridade.

Este Anexo contém algumas indicações importantes quanto à aquisição e cuidados para as fases de cura, armazenagem, manuseio, transporte e recebimento das peças.

#### **G.1 Aquisição dos tubos de concreto**

Recomenda-se que a aquisição dos tubos de concreto seja baseada nas especificações de projeto e que a verificação do atendimento aos requisitos desta Norma seja realizada preferencialmente antes do transporte dos tubos ao local de aplicação.

No momento da aquisição, é importante que o comprador forneça ao fabricante a classe de resistência mecânica do tubo ou os seguintes critérios, especificações e informações para a definição dos tubos a serem fornecidos:

- a) nome e local da obra;
- b) utilização prevista (água pluvial ou esgoto sanitário ou outro);
- c) diâmetro nominal interno (DN);
- d) tipo de junta (rígida no caso de água pluvial e elástica no caso de água pluvial ou esgoto sanitário, podendo ser integrada ou como acessório);
- e) tipo de encaixe (ponta e bolsa ou macho e fêmea);
- f) desenhos de locação em planta e perfil;
- g) grau de agressividade do meio interno e externo da peça;
- h) método executivo (base de assentamento, equipamento de compactação do aterro, outros);
- i) carga móvel ou acidental;
- j) cargas especiais;
- k) outras exigências consideradas importantes pelo comprador.

Em contrapartida, é de responsabilidade do fabricante de tubos:

- seguir o projeto especificado de acordo com a classe de resistência mecânica solicitada;

- fornecer ao comprador instruções para manuseio, transporte e estocagem das peças;
- disponibilizar os resultados dos ensaios, conforme esta Norma;
- fornecer os tubos para a obra em condições de utilização.

**NOTA** Fica a critério de entendimento entre comprador e fabricante o estabelecimento dos custos decorrentes da realização de todos os ensaios previstos nesta Norma e de seu acompanhamento.

## **G.2 Cura**

### **G.2.1 Generalidades**

A cura adequada do concreto é de fundamental importância no desenvolvimento de sua resistência mecânica e respectiva durabilidade.

O processo de cura tem o objetivo de manter um adequado teor de umidade a uma temperatura favorável no interior da massa de concreto, durante o processo de hidratação dos materiais aglomerantes, de modo a propiciar o adequado desenvolvimento de suas propriedades.

Os processos de cura que podem ser empregados pelo fabricante do tubo estão descritos em G.2.2 a G.2.6.

Nos tubos armados o processo de cura é de fundamental importância na prevenção do aparecimento de fissuras.

### **G.2.2 Cura por proteção superficial (cura inicial)**

A cura deve ser iniciada imediatamente após a concretagem do tubo, podendo ser realizada com o auxílio de coberturas (lonas plásticas) colocadas sobre o tubo recém-concretado, evitando a incidência do vento, retardando a evaporação da água de hidratação e retendo o calor gerado pela reação química do início de cura pela hidratação do cimento.

### **G.2.3 Cura com água**

É de fácil execução e apresenta grande eficiência, devendo ser aplicada de maneira contínua com a utilização de tubos ou mangueiras perfuradas, aspersores, chuveiros etc.

### **G.2.4 Cura com saturação do ar**

É uma variação da cura com água, que por meio de dispositivos mecânicos (nebulizador) provoca formação de neblina, mantendo o ar saturado. Sua aplicação é recomendada nas primeiras horas após a concretagem dos tubos.

### **G.2.5 Cura a vapor**

A cura térmica é recomendada nas situações de necessidade da aceleração do ganho de resistência mecânica do concreto, com processo devidamente controlado, com início imediato após a concretagem do tubo. Deve-se considerar as seguintes fases:

- tempo de espera entre o fim da concretagem e o início da aplicação do vapor (calor);



- velocidade máxima da elevação da temperatura;
- temperatura máxima;
- tempo de aplicação do calor;
- esfriamento.

De modo geral, os tubos são cobertos por lonas plásticas, onde é aplicado o vapor e as temperaturas da câmara de vapor e do tubo de concreto devem ser convenientemente controladas. Deve-se estabelecer a curva de temperatura em função do tempo mais conveniente para cada processo de fabricação dos tubos.

### **G.2.6 Cura química**

A cura química é o processo de cobrimento do tubo com produto químico, aplicado após a desforma da peça, capaz de formar película plástica (barreira física), constituída de substâncias químicas resinosas em soluções aquosas, ou parafinadas, que impede a saída da água do interior da massa de concreto.

A cura química pode ser usada em substituição à cura com água ou à cura térmica (vapor).

A duração da cura do concreto deve levar em consideração o tipo de cimento empregado, as resistências mínimas necessárias para manuseio e movimentação dos tubos e suas características geométricas.

### **G.3 Manuseio e armazenagem dos tubos de concreto após a moldagem (período de cura)**

Após a moldagem, os tubos são levados até a área de cura. Na área de cura, é recomendável que os tubos sejam estocados na posição vertical sobre um piso nivelado, para evitar deformações e ovalizações, permanecendo por um período compatível ao processo de cura e que ofereça resistência ao transporte ou aos esforços de estocagem.

Nesse período os tubos não podem ser empilhados.

**NOTA** Recomenda-se todo o cuidado para proteger os tubos de choques ou cargas não previstas, que afetem suas características estruturais e dimensionais, bem como a utilização de pontes rolantes ou equipamento com sistema de amortecimento de impactos.

### **G.4 Manuseio dos tubos de concreto para o pátio de estocagem (após período de cura)**

Equipamentos com amortecimento de impacto compatível com a resistência mecânica alcançada pelos tubos e com acessórios apropriados que não danifiquem as extremidades (ponta e bolsa, ou macho e fêmea), como cabos de aço ou cintas apropriadas, ganchos e outros equipamentos, permitem movimentar os tubos de concreto até o pátio de estocagem de forma apropriada. No caso da utilização de cabos de aço ou cintas, é sempre recomendável que o içamento seja feito pela parte externa do tubo.

### **G.5 Armazenamento e estocagem dos tubos de concreto (fábrica)**

Recomenda-se que os tubos sejam estocados em terrenos nivelados preferencialmente na posição vertical. Quando houver a necessidade da estocagem na posição horizontal, por motivos de



segurança, é importante que os tubos tenham atingido características de resistência para tal, o que ocorre geralmente após no mínimo três dias de sua fabricação. Também quando estocados na posição horizontal, recomenda-se que os tubos sejam apoiados em terrenos nivelados sobre materiais que não os danifiquem e posicionados em pontos isolados próximos da ponta e da bolsa, conforme Figura G.1.

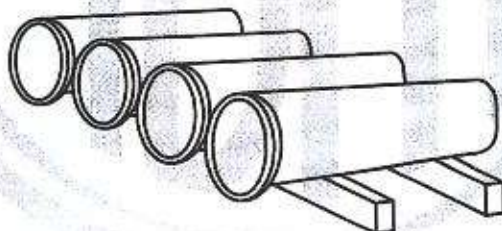
Uma maneira adequada de estocagem na posição horizontal é dispor os tubos em pilhas, calcando as camadas de tubos na pilha, como mostra a Figura G.1, de forma que o peso dos tubos seja distribuído uniformemente, evitando-se cargas concentradas.

Para evitar um empilhamento excessivo, recomenda-se limitar a altura máxima das pilhas em função do diâmetro do tubo, conforme apresentado na Tabela G.1.

**Tabela G.1 – Empilhamento máximo recomendado dos tubos de concreto**

Diâmetro nominal mm	Número máximo de pilhas
200 a 400	4
500 a 600	3
700 a 1 000	2
> 1 000	1

NOTA Os tubos de concreto não podem ser empilhados ou receber qualquer tipo de carregamento até que atinjam características de resistências mecânica para tal.



**Figura G.1 – Apoio dos tubos de encaixe ponta e bolsa quando estocados na horizontal**

## G.6 Transporte dos tubos de concreto

É recomendável que os tubos de concreto sejam transportados para a obra após ter sido comprovado o atendimento aos requisitos pelos ensaios descritos nesta Norma.

Para o içamento do tubo até o veículo de transporte, utilizar equipamentos apropriados de forma a garantir a integridade do tubo. No caso da utilização de cabos de aço ou cintas, recomenda-se realizar o içamento pela parte externa do tubo.

Sempre que possível, os tubos de concreto devem ser transportados na posição vertical. Havendo a necessidade do transporte na posição horizontal (segurança e/ou logística), recomenda-se que sejam calcados por madeiras ou materiais à base de borracha, evitando-se choques e danos em suas características estruturais e dimensionais.



## G.7 Descarga dos tubos de concreto na obra

Antes da descarga dos tubos na obra, recomenda-se verificar o seguinte:

- a) se o lote a ser entregue foi previamente inspecionado na fábrica e aprovado dentro das especificações desta Norma;
- b) se os tubos são os especificados no pedido.

Recomenda-se não aceitar os tubos que apresentem defeitos, conforme estabelecido nesta Norma, que podem ser repostos, não sendo somados ao pedido entregue.

Recomenda-se o uso de equipamentos apropriados (cabo de aço, fita, tesouras, ganchos e outros) para descarga dos tubos na obra, evitando-se danos mecânicos e dimensionais por choques e impactos. Sempre que possível, o armazenamento na obra deve ser na posição vertical, mas, havendo a necessidade de o armazenamento ser na posição horizontal e atentar para as recomendações constantes em G.5.

No caso da utilização de cabos de aço ou cintas, realizar o içamento pela parte externa do tubo, evitando:

- a) choque entre os tubos e o terreno;
- b) a presença de trabalhadores ao redor do tubo transportado;
- c) apoio em terrenos irregulares;
- d) apoio em pontos isolados;
- e) arrastar ou rolar os tubos.

Recomenda-se a descarga na obra de maneira que facilite a instalação dos tubos de concreto, ou seja, o mais próximo do local de serviço, mas que possibilite a movimentação dos veículos para descarga e instalação.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>79.847.687/0001-55</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>22/09/1966</b>
NOME EMPRESARIAL <b>DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda</b> <b>47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>AV TUPI</b>	NÚMERO <b>6300</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>85.507-155</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO ROQUE</b>	MUNICÍPIO <b>PATO BRANCO</b>
		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(46) 3025-1386</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/06/2022** às **15:26:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MEMORANDO nº 55/2.022 – ENG**

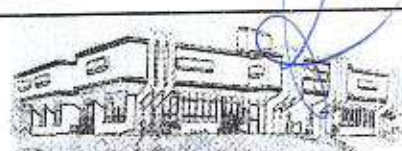
Em atenção ao Edital para o **Processo Licitatório nº 64/2022 Pregão Presencial nº 35/2022**, de **Aquisição de tubos e palanques de concreto**, sirvo – me do presente para esclarecer o que segue, conforme solicitação pela empresa Derivados de Cimento TUBO FORTE Ltda:

- No Edital é citado os itens:

<b>Lote: 1 - Lote 001</b>					
<b>Código do produto/serviço</b>	<b>Nome do produto/serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>Preço máximo</b>	<b>Preço máximo total</b>
6627	PALANQUE DE CONCRETO 2,20 MTS	500,00	UN	52,91	26.455,00
6628	PALANQUE DE CONCRETO 2,70 MTS	500,00	UN	102,01	51.005,00
2684	Tubo de concreto com c-f de 0,60 cm de diâmetro	2.000,00	UN	162,25	324.500,00
950	Tubo de concreto com c-f de 0,80 cm de diâmetro	400,00	UN	324,78	129.912,00
951	Tubo de concreto com c-f de 1 m de diâmetro	300,00	UN	473,60	142.080,00
953	Tubo de concreto de 0,20cm de diâmetro	350,00	UN	38,50	13.475,00
2683	Tubo de concreto de 0,40 cm de diâmetro	700,00	UN	67,15	47.005,00
<b>TOTAL</b>					<b>734.432,00</b>

**LEIA-SE TÉCNICAMENTE:**

<b>Lote: 1 - Lote 001</b>					
<b>Código do produto/serviço</b>	<b>Nome do produto/serviço</b>	<b>Quant.</b>	<b>Und</b>	<b>Preço máximo</b>	<b>Preço máximo total</b>
6627	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,20 m. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM	500,00	UN	52,91	26.455,00
6628	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,70 M. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM	500,00	UN	102,01	51.005,00
2684	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM (60CM).	2.000,00	UN	162,25	324.500,00



**Avenida Araucária nº 3.120 - Fone /Fax (46) 3254-1166****CEP- 85.557-000****E-mail [engenhariappmcds@hotmail.com](mailto:engenhariappmcds@hotmail.com)**

950	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM).	400,00	UN	324,78	129.912,00
951	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM).	300,00	UN	473,60	142.080,00
<b>EXCLUIR ITEM DEVIDO A NÃO UTILIZAÇÃO</b>					
2683	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM)	700,00	UN	67,15	47.005,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 720.957,00</b>

Todos os tubos deverão ter encaixe Macho fêmea – Tipo MF, ser de 1,00 de comprimento e com junta rígida, para dar continuidade na rede de drenagem pluvial já existente no Município.

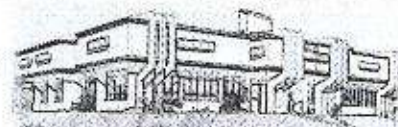
As superfícies internas e externas dos tubos devem ser regulares e homogêneas, não devendo apresentar defeitos visíveis a olho nu. Atentar as especificações quanto as normas 6118, 7211 e 7480 e ainda 8890/2007 e demais atualizações.

Sem mais para o momento, desde já antecipo agradecimentos.

Coronel Domingos Soares, 06 de junho de 2022.

  
**KEURY FABRIS MARCON**  
Assessora de Engenharia

Ao Setor de Licitações







**RESPOSTA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

Coronel Domingos Soares, 13 de junho de 2022

Em atenção ao pedido de esclarecimento enviado por e-mail pela pessoa jurídica Derivados de Cimento Tubo Forte CNPJ. 79.847.687/0001-55, nos manifestamos nos seguintes termos:

- a. Após o registro administrativo, a demanda do licitante foi encaminhada à Assessoria de Engenharia da municipalidade para análise dos quesitos suscitados e emissão de manifestação técnica que ocorreu via Memorando 55/2022, originário daquela assessoria, tudo anexo aos Autos;
- b. Em decorrência da demanda e da apreciação técnica local se apresentou a necessidade de um realinhamento das especificidades dos itens e a pertinência efetiva dos mesmos para o serviço público;

Desta feita estamos editando Adendo ao Pregão Presencial 35/2022, com o intuito de sanar as celeumas do certame com a consequente republicação do feito, decorrendo daí os prazos legais para a disputa, cujo detalhamento será inserido no portal de transparência do Município nos mesmos moldes dos demais documentos deste processo.

No mais, ciência aos interessados pelas vias de praxe e arquivo do pleito.

Atenciosamente,

**Rafaela Schereiner**  
**Pregoeira - Portaria 059/2021**



PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

108

ADENDO 01  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 035/2022  
Processo n. 064/2022

1. Considerando demanda de esclarecimento emanada em tempo hábil por licitante, superada com a edição do Memorando 55/2022 editado pela Assessoria Municipal de Engenharia, aliado a reavaliação da demanda interna com vistas ao melhor desempenho do processo e do serviço público, o detalhamento dos itens constantes do Anexo I do edital passam a vigorar com as seguintes redações:

Lote: 1 - Lote 001

Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quant.	Und	Preço máximo	Preço máximo total
6627	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,20 m. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM	500,00	UN	52,91	26.455,00
6628	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,70 M. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM	500,00	UN	102,01	51.005,00
951	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM).	300,00	UN	473,60	142.080,00
2684	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM (60CM).	2.000,00	UN	162,25	324.500,00
950	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM).	400,00	UN	324,78	129.912,00
2683	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM)	700,00	UN	67,15	47.005,00
Total					720.957,00

2. Fica alterado o anexo de Proposta Esproposta, sendo que a nova versão já está disponível para ser baixada no site do Município [www.pmc.ds.pr.gov.br](http://www.pmc.ds.pr.gov.br).





3. O presente adendo será, além de publicado no DIOEMS, disponibilizado no setor de licitações bem como no site do Município [www.pmc.ds.pr.gov.br](http://www.pmc.ds.pr.gov.br), na aba "portal de transparência"/"licitações" e a agenda de eventos do certame, constante do preâmbulo do edital original, resta fixada na seguinte disposição:

**"Agenda de eventos:**

- Protocolo de envelopes até as **09:00 horas** (horário local) do dia **30/06/2022** no setor de protocolo geral, no Centro Administrativo Adão Reis.
- Abertura dos envelopes e etapa de lances a partir das **09:00 horas** (horário local) do dia **30/06/2022** no setor de licitações do Centro Administrativo Adão Reis.

Centro Administrativo Adão Reis, em 13 de junho de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Rafaela Schereiner**  
**Pregoeira**

RAFAELA SCHEREINER  
PREGOEIRA 059/2021

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES****ADENDO 01**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 035/2022 - Processo n. 064/2022

1. Considerando demanda de esclarecimento emanada em tempo hábil por licitante, superada com a edição do Memorando 55/2022 editado pela Assessoria Municipal de Engenharia, aliado a reavaliação da demanda interna com vistas ao melhor desempenho do processo e do serviço público, o detalhamento dos itens constantes do Anexo I do edital passam a vigorar com as seguintes redações:

Lote: 1-Lote 001					
Código do produto/serviço	Nome de produto/serviço	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
6627	PARANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALTURA DE 2,20 m, ARMADO COM FERROVERGALHÃO CA50-6,3 MM	300,00	UN	52,91	26.465,00
6628	PARANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALTURA DE 2,70 m, ARMADO COM FERROVERGALHÃO CA50-6,3 MM	500,00	UN	102,01	51.005,00
951	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM)	300,00	UN	473,89	142.080,00
2684	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 600 MM (60CM)	2.000,00	UN	162,25	324.500,00
950	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM)	400,00	UN	324,78	129.912,00
2683	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM)	700,00	UN	67,15	47.005,00
Total					720.857,00

2. Fica alterado o anexo da Proposta Esproposta, sendo que a nova versão já está disponível para ser baixada no site do Município [www.pmcps.pr.gov.br](http://www.pmcps.pr.gov.br).

3. O presente adendo será, além de publicado no DIOEMS, disponibilizado no setor de licitações bem como no site do Município [www.pmcps.pr.gov.br](http://www.pmcps.pr.gov.br), na aba "portal de transparência"/"licitações" e a agenda de eventos do certame, constante do preâmbulo do edital original, resta fixada na seguinte disposição:

"Agenda de eventos:

- Protocolo de envelopes até as 09:00 horas (horário local) do dia 30/06/2022 no setor de protocolo geral, no Centro Administrativo Adão Reis.

- Abertura dos envelopes e etapa de lances a partir das 09:00 horas (horário local) do dia 30/06/2022 no setor de licitações do Centro Administrativo Adão Reis.

Centro Administrativo Adão Reis, em 13 de junho de 2022.

Rafaela Schreiner - Pregoeira

Cópia 1147



**DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA – E P P**  
**VIGÉSIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO**  
**CNPJ – 79.847.687/0001-55 - NIRE 4120099324-4**

01

**ELOY ROBERTO LATTMANN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 07/05/1960 em Pato Branco Pr. empresário, residente e domiciliado na rua Osvaldo Aranha, 889 Apartamento 701, bairro Brasília, CEP 85504-025 Pato Branco Paraná, portadora da Cédula de Identidade n. 2.079.368-6, expedida pela S.S.P. do PR. em 25/09/2206 e CPF 371.565.439-20; **JULIO CESAR HEBERLE LATTMANN** brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 24/12/1967 em Pato Branco Pr. empresário, residente e domiciliado na rua Itabira, 703 Bairro Jardim das Américas, CEP 85502-000 Pato Branco Paraná, portadora da Cédula de Identidade n. 3.818.651-5, expedida pela S.S.P. do PR. em 31/07/2006 e CPF 574.971.259-15, **POLLYANE MARIA LATTMANN**, brasileira, divorciada, nascida em 30/10/1964 em Pato Branco Pr. Empresária, residente e domiciliada na Rua Itabira, 703 Bairro Jardim das Américas, CEP 85502-000, Pato Branco Pr. Portadora da Cédula de Identidade, nº 3363873-6-R, expedida pela S.S.P. do Paraná em 13/04/2019 e CPF 603.281.009-78, únicos sócios componentes da Sociedade empresária Limitada: **DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA. E P P.** Com sede e foro na Avenida Tupi, 6300, Bairro São Roque, CEP 85507-155. Pato Branco Pr. com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Pr. sob nº 4120099324-4 em 23/02/1965, e última alteração arquivada sob numero 20217146791 em 21/10/2021, com CNPJ n ° 79.847.687/0001-55, resolvem alterar seu contrato primitivo e demais alterações posteriores, mediante as cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** Fica alterado o nome empresarial para: **DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA.**

**CLAUSULA SEGUNDA:** O porte da empresa que era EPP, passa a ser: **DEMAIS.**

**CLAUSULA TERCIRA:** A atividade da empresa passa a ser: **Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção – Comércio varejista de materiais de construção e Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado.**

**CLÁUSULA QUARTA -** À vista da modificação ora ajustada e as alterações instituídas pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002(novo Código Civil Brasileiro), **CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL**, com a seguinte redação:

**DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**  
**CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ 79.847.687/0001-55 - NIRE 4120099324-4**

**ELOY ROBERTO LATTMANN**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 07/05/1960 em Pato Branco Pr. empresário, residente e domiciliado na rua Osvaldo Aranha, 889 Apartamento 701, bairro Brasília,



**DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**  
**VIGÉSIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO**  
**CNPJ – 79.847.687/0001-55 - NIRE 4120099324-4**

02

CEP 85504-025 Pato Branco Paraná, portadora da Cédula de Identidade n. 2.079.368-6, expedida pela S.S.P. do PR. em 25/09/2206 e CPF 371.565.439-20; **JULIO CESAR HEBERLE LATTMANN** brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 24/12/1967 em Pato Branco Pr. empresário, residente e domiciliado na rua Itabira, 703 Bairro Jardim das Américas, CEP 85502-000 Pato Branco Paraná, portadora da Cédula de Identidade n. 3.818.651-5, expedida pela S.S.P. do PR. em 31/07/2006 e CPF 574.971.259-15, e **POLLYANE MARIA LATTMANN**, brasileira, divorciada, nascida em 30/10/1964 em Pato Branco Pr. Empresária, residente e domiciliada na Rua Itabira, 703 Bairro jardim Das Américas, CEP 85502-000 Pato Branco Paraná., portadora da Cédula de Identidade n. 3363873-6-R Expedida pela S.S.P. do Paraná em 13/04/2019 e CPF 603.281.009-78, únicos sócios componentes da Sociedade empresária Limitada: **DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**. Com sede e foro na Avenida Tupi, 6300, Bairro São Roque, CEP 85507-155. Pato Branco Pr. com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Pr. sob nº 4120099324-4 em 23/02/1965, e última alteração arquivada sob numero 20217146791 em 21/10/2021 com CNPJ nº 79.847.687/0001-55, resolvem alterar seu contrato primitivo e demais alterações posteriores, mediante as cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** – À sociedade girará sob o nome empresarial de **DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**. Com sede e foro na Av. Tupi, 6300, Bairro São Roque, CEP 85507-155, Pato Branco Pr.

**CLAUSULA SEGUNDA** – O Capital Social subscrito e integralizado de R\$ 145.200,00(Cento e quarenta e cinco mil e duzentos reais), dividido em 145.200 (cento e quarenta e cinco mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente no país assim subscritas:

NOME	QUOTAS	VALOR	%
ELOY ROBERTO LATTMANN	48.400	48.400,00	33,33%
JULIO CESAR HEBERLE LATTMANN	48.400	48.400,00	33,34%
POLLYANE MARIA LATTMANN	48.400	48.400,00	33,33%
<b>SOMA</b>	<b>145.200</b>	<b>145.200,00</b>	<b>100%</b>

**CLAUSULA TERCEIRA** - ATIVIDADE ECONÔMICA: **Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção – Comércio varejista de materiais de construção e Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado.**

**CLAUSULA QUARTA** – A sociedade iniciou suas atividades em 23/02/1965 e o prazo de duração da sociedade será de tempo indeterminado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.



**DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**  
**VIGÉSIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO**  
**CNPJ - 79.847.687/0001-55 - NIRE 4120099324-4**

03

**CLAUSULA QUINTA** - As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem expresse consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço de direito de preferência para sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Paragrafo Primeiro: Entre os sócios é livre a transferência de quotas, sendo-lhes assegurado o direito de preferência nas transferências onerosas, a que título seja, de quotas da companhia e/ou direito às mesmas inerentes quando os pretendentes forem terceiros. O direito deverá ser exercido no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que foram cientificados da oferta com indicação do preço, da forma de pagamento, contendo obrigatoriamente parcelamento em prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, e dos nomes e endereços dos terceiros. Decorrido os 60 (sessenta) dias, as quotas que não forem adquiridas pelos sócios, poderão ser transferidas aos pretendentes indicados, desde que os atos sejam formalizados regularmente perante a companhia em até 05 (cinco) dias, após os quais decairá a liberação, sendo que o processo de oferta somente poderá ser renovado 30 (trinta) dias após a decadência. Se exercido, por todos os acionistas o direito em relação à totalidade das ações ofertadas, estas serão rateadas entre os interessados proporcionalmente à participação que possuírem na data da transação.

**CLAUSULA SEXTA** - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

**CLAUSULA SETIMA** - A administração da sociedade ficará a cargo do sócio **JULIO CESAR HEBERLE LATTMANN** e **ELOY ROBERTO LATTMANN**, ao qual cabe a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, em conjunto ou individualmente, em juízo ou fora dele, com os poderes de gerenciar os negócios sociais, vedado no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**PARÁGRAFO ÚNICO**- Fica facultado aos administradores, nomear procuradores para um período indeterminado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados. **USO DO NOME EMPRESARIAL**- individualmente.

**CLAUSULA OITAVA** - Os sócios terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLAUSULA NONA** - Ao término do exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado





**DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**  
**VIGÉSIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO**  
**CNPJ – 79.847.687/0001-55 - NIRE 4120099324-4**

04

econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLAUSULA DECIMA** - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócios (s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**PARÁGRAFO ÚNICO**- O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio(a).

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e decisão será a maioria simples do Capital Social.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme artigo. 1.011/2002 do Código Civil.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA** - A reunião dos sócios será convocada pelos administradores e/ou sócio(a), com 10 (DEZ) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA** - A Sócia POLLYANE MARIA LATTMANN, autoriza os sócios JULIO CESAR HEBERLE LATTMANN e ELOY ROBERTO LATTMANN, a assinarem todo e qualquer documento da empresa como: Escrituras e Registros de compra e venda de bens móveis e imóveis, sem a necessidade de minha anuência.



**DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA**  
**VIGÉSIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO**  
**CNPJ – 79.847.687/0001-55 - NIRE 4120099324-4**

115

05

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA** - Fica eleito o foro de Pato Branco - Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato

E, por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente instrumento em via única.

Pato Branco - Pr. 03 de março 2022

ELOY ROBERTO LATTMANN

JULIO CESAR HEBERLE LATTMANN

POLLYANE MARIA LATTMANN





**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME  
**ELOY ROBERTO LATTMANN**

FILIAÇÃO

**ELOY LATTMANN**

**AMILDA HEBERLE LATTMANN**

DATA NASCIMENTO 07/05/1960 NATURALIDADE PATO BRANCO/PR  
ÓRGÃO EXPEDIDOR IPR

*[Signature]*  
ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

CPF 371.585.439-20

REGISTRO GERAL 2.079.368-6

REGISTRO CIVIL

COMARCA-PATO BRANCO/PR, DA SEDE  
C.CAS-4385, LIRRO-128, FOLHA-42

DATA DE EXPEDIÇÃO 15/07/2021

117

POLEGAR DIREITO



*[Signature]*  
BANCHE VINCENZI DA COSTA NICHELOTTI  
ASSINATURA DO DIRETOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

2502101367



19. 548. 068-1

19. 548. 068-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL  
DOMINGOS SOARES - PR

CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 20/09/22

NOME LEGÍVEL





## Edital de Licitação Pregão 35/2022


A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR




### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO

DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA, inscrito no CNPJ nº 79.847.687/0001-55, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. Eloy Roberto Lattmann portador (a) da Carteira de Identidade nº 2.079.368-6 e do CPF nº 371.565.439-20, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Presencial nº 35/2022 da Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares - PR, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Declaramos ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 32, §2º e art. 97 da Lei 8666/93, e suas alterações, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pato Branco 30 de junho de 2022.

  
DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA  
CNPJ Nº. 79.847.687/0001-55 INSC. ESTADUAL 316.00151-35  
ELOY ROBERTO LATTMANN  
CPF Nº. 371.565.439-20 RG Nº. 2.079.368-6

**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**

CNPJ 03.395.004/0001-04

Avenida Araucária, S/N, Centro

Fone/Fax: (46) 3254-1184

Coronel Domingos Soares

Paraná

**PROCESSO N.º 64/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2022****PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, com sede na Avenida Araucaria, s/n, centro, Cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.395.004/0001-04, representada, neste ato, por seu sócio-gerente Sr. CLAUDIO SICKA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o **Sr. JUVENTINO BARBOSA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG n.º 1.394.195/PR, e do CPF n.º 221.741.769-04, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no **Pregão n.º 35/2022-PMCDS**, instaurado pelo Município de Cel. Domingos Soares-PR, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Coronel Domingos Soares-PR, 30 de Junho de 2022



CLAUDIO SICKA - CPF 841.622.109-00

Artefatos de Cimento Gabriela Ltda / Socio-Adm

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, CNPJ 03.395.004/0001-04, Avenida Araucaria, S/N, Centro, CEP 85.557-000, Coronel Domingos Soares-PR / Fone/Fax: (46) 3254-1184.

**RECONHECIMENTO  
DE FIRMA NO VERSO**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
ARTERIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1728859972

PROIBIDO PLASTIFICAR 1728859972

Nome: **JUVENTINO BARBOSA OLIVEIRA**

DOC. IDENTIDADE / C.R.G. EMISSOR / UF  
1394195-5 SESP PR

CNPJ 221.741.769-04 DATA NASCIMENTO 02/03/1955

FILIAÇÃO  
ALFREDO SIMÕES DE OLIVEIRA  
CAGI DORNELES BARBOSA DE OLIVEIRA

PERMISSÃO RCL CAT. HAB. C

Nº REGISTRO 02916067706 VALIDADE 28/09/2023 Dº HABILITAÇÃO 02/07/1975

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL CORONEL DOMINGOS SOARES, PR DATA EMISSÃO 28/09/2018

ASSINATURA DO FISCAL

52700813478  
PR914830044

PARANÁ

120

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL  
DOMINGOS SOARES - PR

CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 30/06/22

NOME LEGÍVEL

4

13

**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**  
**CNPJ/MF Nº 03.395.004/0001-04**  
**NIRE 412.0419150-9**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL**

folha 1 de 4

1) **CLAUDIO SICKA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, comerciante, inscrito no CPF/MF sob nº 841.622.109-00, portador da carteira de identidade RG nº 6.102.094-2/ SESP-PR, residente e domiciliado na Avenida Araucária, s/n, Lote 2239, Centro, Coronel Domingos Soares - PR, CEP 85557-000 e

2) **LUIZ ALFREDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF/MF sob nº 036.101.429-52, portador da carteira de identidade RG nº 7.727.933-4/ SESP-PR, residente e domiciliado na Avenida Araucária, s/n, Centro, Coronel Domingos Soares - PR, CEP 85557-000,

Tem Constituída entre si, uma sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**, com sede na Avenida das Araucárias, s/n, Lote 2239, Centro, Coronel Domingos Soares - PR, CEP 85557-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 412.0419150-9 em 16/09/1999, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.395.004/0001-04, resolvem alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ENDERÇO:** Que o endereço da Sociedade que era na Avenida das Araucárias, s/n Lote 2239, Centro, Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP 85.557-000, fica neste ato alterado para Rua Elias Ciqueira Fonseca, n.º 1826 Centro, Cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP 85.557-000.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL:** A Atividade da empresa que era de Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes, fica neste ato alterado para, FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO FABRICACAO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA COSOLIDAÇÃO DO CONTRATO:** À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**  
**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**  
**CNPJ/MF Nº 03.395.004/0001-04**  
**NIRE 412.0419150-9**



**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**  
**CNPJ/MF Nº 03.395.004/0001-04**  
**NIRE 412.0419150-9**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL**

122

folha 2 de 4

1) **CLAUDIO SICKA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, comerciante, inscrito no CPF/MF sob nº 841.622.109-00, portador da carteira de identidade RG nº 6.102.094-2/ SESP-PR, residente e domiciliado na Avenida Araucária, s/n, Lote 2239, Centro, Coronel Domingos Soares - PR, CEP 85557-000 e

2) **LUIZ ALFREDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF/MF sob nº 036.101.429-52, portador da carteira de identidade RG nº 7.727.933-4/ SESP-PR, residente e domiciliado na Avenida Araucária, s/n, Centro, Coronel Domingos Soares - PR, CEP 85557-000,

Tem Constituída entre si, uma sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**, com sede na Avenida das Araucárias, s/n, Lote 2239, Centro, Coronel Domingos Soares - PR, CEP 85557-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 412.0419150-9 em 16/09/1999, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.395.004/0001-04, regida pelos artigos 1052 a 1087 da Lei 10406/2002, e pelas demais exposições legais aplicáveis a espécie e pelas cláusulas seguintes;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO:** A sociedade gira sob o nome empresarial de **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA** e tem sede e domicílio na Rua Elias Ciqueira Fonseca, nº 1826, Centro, Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP 85.557-000.

**CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE:** A sociedade iniciou suas atividades em 01/10/1999 em seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL:** A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO FABRICACAO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES.

**CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL:** O capital social é de R\$ 13.000,00 (Treze Mil Reais), divididos em 13000 (Treze Mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1.00 (Um



**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**  
**CNPJ/MF Nº 03.395.004/0001-04**  
**NIRE 412.0419150-9**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL**

123

folha 3 de 4

Real) cada uma, subscrita e já integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

SOCIO	(%)	QUOTAS	VALOR R\$
CLAUDIO SICKA	99	12870	12870,00
LUIZ ALFREDO DE OLIVEIRA	1	130	130,00
TOTAL	100	13000	13.000,00

**CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

**CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

**CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL:** A administração da sociedade cabe a CLAUDIO SICKA, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1.º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2.º - Faculta-se aos administradores, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.





**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**  
**CNPJ/MF Nº 03.395.004/0001-04**  
**NIRE 412.0419150-9**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL**

124

folha 4 de 4

**CLÁUSULA NONA - RETIRADA PRÓ-LABORE:** Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO:** Fica eleito o foro de Palmas - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Instrumento.

Coronel Domingos Soares - PR, 22 de Junho de 2022.

---

CLAUDIO SICKA

---

LUIZ ALFREDO DE OLIVEIRA



125

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03610142952	LUIZ ALFREDO DE OLIVEIRA
84162210900	CLAUDIO SICKA



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/06/2022 09:13 SOB N° 20224089200.  
PROTOCOLO: 224089200 DE 22/06/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12208104735. CNPJ DA SEDE: 03395004000104.  
NIRE: 41204191509. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 21/06/2022.  
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

SEBASTIAO MOTA  
SECRETÁRIO-GERAL

[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.





Governo do Estado do Paraná  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Junta Comercial do Estado do Paraná



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados  
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			Protocolo: PRC2211312010		
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41204191509	CNPJ 03.395.004/0001-04	Data de Ato Constitutivo 16/09/1999	Início de Atividade 01/10/1999		
Endereço Completo Rua ELIAS CIQUEIRA FONSECA, Nº 1826, CENTRO - Coronel Domingos Soares/PR - CEP 85557-000					
Objeto Social FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES					
Capital Social R\$ 13.000,00 (treze mil reais) Capital Integralizado R\$ 13.000,00 (treze mil reais)		Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado		
Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
Nome CLAUDIO SICKA	CPF/CNPJ 841.622.109-00	R\$ 12.870,00	Sócio	S	Indeterminado
Nome LUIZ ALFREDO DE OLIVEIRA	CPF/CNPJ 036.101.429-52	R\$ 130,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador		CPF	Término do mandato		
Nome CLAUDIO SICKA		841.622.109-00	Indeterminado		
Último Arquivamento Data 24/06/2022	Número 20224089200	Ato/eventos 002 / 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		Situação ATIVA Status SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 28/06/2022, às 15:02:57 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código OFZ5OFGT.



PRC2211912010

SEBASTIÃO MOTA  
Secretário Geral

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA  
CNPJ 03.395.004/0001-04

Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro  
Fone/Fax: (46) 3254-1184

Coronel Domingos Soares

Paraná

127

**PROCESSO N.º 64/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2022**

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cel Dom Soares-Pr

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**, com sede na rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, Cidade de Coronel Domingos Soares-PR, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.395.004/0001-04, por intermédio de seu representante legal a Sr **CLAUDIO SICKA**, Casado, Empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 6.102.094-2 SESP-PR, e do CPF n.º 841.622.109-00, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Presencial nº 35/2022 da Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares - Pr, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Declaramos ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 32, §2º e art. 97 da Lei 8666/93, e suas alterações, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Coronel Domingos Soares-PR, 27 de Junho de 2022.

  
**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**

Claudio Sicka / Socio-Administrador

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, CNPJ 03.395.004/0001-04, Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, CEP 85.557-000, Coronel Domingos Soares-PR / Fone/Fax: (46) 3254-1184.





Pregão Presencial 35/2022

## PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 79.847.687/0001-55 Fornecedor : DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA  
Endereço : AVENIDA TUPI 6300 - SÃO ROQUE - Pato Branco/PR - CEP 85507-155  
Inscrição Estadual: 3160015135  
Representante: ELOY ROBERTO LATTMANN  
Endereço representante: AVENIDA TUPI 6300 - SÃO ROQUE - Pato Branco/PR - CEP 85507-155  
E-mail representante: derivados@derivadospb.com.br  
Banco: 1 - BB  
Confador: SERGIO ROBERTO BEBBER RG: 20793686  
E-mail: derivados@derivadospb.com.br  
Telefone: (46) 3223-3577 Fax: Celular: (46) 3025-1386  
Telefone contator: (46) 3025-1386

Agência: 495-2 - BANCO DO BRASIL - Pato Branco/PR  
Conta: 1298-X  
Data de abertura:

Lote : 001	Lote 001	Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001		001	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,20 m. ARMADO COM FERROVERGALHÃO CA50 - 6,3 MM	500,00	UN	52,91	TUBOFORTE	TUBOFORTE	52,00	26.000,00
002		002	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,70 M. ARMADO COM FERROVERGALHÃO CA50 - 6,3 MM	500,00	UN	102,01	TUBOFORTE	TUBOFORTE	99,00	49.500,00
003		003	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM).	300,00	UN	473,60	TUBOFORTE	TUBOFORTE	369,00	110.700,00
004		004	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM).	2.000,00	UN	162,25	TUBOFORTE	TUBOFORTE	159,00	318.000,00
005		005	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM).	400,00	UN	324,78	TUBOFORTE	TUBOFORTE	320,00	128.000,00
006		006	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM)	700,00	UN	67,15	TUBOFORTE	TUBOFORTE	67,00	46.900,00

DERIVADOS DE CIMENTO  
TUBOFORTE LTDAPREÇO TOTAL DO LOTE : 679.100,00  
TOTAL DA PROPOSTA : 679.100,00Validade da proposta: 60 dias  
Prazo de entrega: 24 mesesDERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA  
CNPJ: 79.847.687/0001-5579.847.687/0001-55  
DERIVADOS DE CIMENTO  
TUBOFORTE LTDAAv. Tupi, 6300  
São Roque

85.507-155

Pato Branco/PR





Objeto:

Página 1

Objeto: Aquisição de tubos e palanques de concreto

Lote	Item	Descrição	Marca/Modelo	Quantidade	Valor	Observações
Lote: 0001	Item: 0001	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO		500,00		
	Fornecedor	1181	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			Vencedor
	Rodada	Valor				
	Lance Inicial	51,00				
	1	51,00				
Lote: 0001	Item: 0002	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO		500,00		
	Fornecedor	1181	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			Vencedor
	Rodada	Valor				
	Lance Inicial	99,00				
	1	99,00				
Lote: 0001	Item: 0003	TUBO DE CONCRETO ARMADO		300,00		
	Fornecedor	1181	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			Vencedor
	Rodada	Valor				
	Lance Inicial	470,00				
	1	470,00				
Lote: 0001	Item: 0004	TUBO DE CONCRETO ARMADO		2.000,00		
	Fornecedor	1181	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			Vencedor
	Rodada	Valor				
	Lance Inicial	159,00				
	1	159,00				
Lote: 0001	Item: 0005	TUBO DE CONCRETO ARMADO		400,00		
	Fornecedor	1181	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			Vencedor
	Rodada	Valor				
	Lance Inicial	314,00				
	1	314,00				
Lote: 0001	Item: 0006	TUBO DE CONCRETO SIMPLES		700,00		
	Fornecedor	1181	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			Vencedor
	Rodada	Valor				
	Lance Inicial	66,00				
	1	66,00				

DENISE BRASIL DE MELLO  
MembroJAYME LAZZARETTI  
MembroRAFAELA SCHEREINER  
PregoeiraARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA  
CLAUDIO SICKA



**Município de Coronel Domingos Soares - 2022**  
**Classificação por Fornecedor**  
**Pregão 35/2022**

Página: 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
<b>Fornecedor: 1161-9 ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELALTOA</b> <b>CPF: 03.395.004/0001-04 Telefone: 463254-1253</b> <b>Email: contabilidade_hcpsta@hotmail.com</b> <b>Representante: 1716-7 CLAUDIO SICKA</b>									
<b>Lote 001 - Lote 001</b>									
001	5627 PALANQUE DE CONCRETO ARMADO	UN	500,00	Classificado			51,00	705.800,00	*
002	6528 PALANQUE DE CONCRETO ARMADO	UN	500,00	Classificado			38,00	25.500,00	*
003	951 TUBO DE CONCRETO ARMADO	UN	300,00	Classificado			470,00	49.500,00	*
004	2584 TUBO DE CONCRETO ARMADO	UN	2.000,00	Classificado			159,00	141.000,00	*
005	950 TUBO DE CONCRETO ARMADO	UN	400,00	Classificado			314,00	318.000,00	*
006	2583 TUBO DE CONCRETO SIMPLIS	UN	700,00	Classificado			66,00	125.800,00	*
<b>VALOR TOTAL:</b>							<b>705.800,00</b>		

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





Governo do Estado do Paraná  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Junta Comercial do Estado do Paraná



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados  
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA.			Protocolo: PRC2211912010		
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41204191509	CNPJ 03.395.004/0001-04	Data de Ato Constitutivo 16/09/1999	Início de Atividade 01/10/1999		
Endereço Completo Rua ELIAS CIQUEIRA FONSECA, N° 1826, CENTRO - Coronel Domingos Soares/PR - CEP 85557-000					
Objeto Social FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO FABRICACAO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES					
Capital Social R\$ 13.000,00 (treze mil reais) Capital Integralizado R\$ 13.000,00 (treze mil reais)		Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio					
Nome CLAUDIO SICKA	CPF/CNPJ 841.622.109-00	Participação no capital R\$ 12.870,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Nome LUIZ ALFREDO DE OLIVIERA	CPF/CNPJ 036.101.429-52	Participação no capital R\$ 130,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome CLAUDIO SICKA	CPF 841.622.109-00	Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento		Número		Situação	
Data 24/06/2022		20224089200		ATIVA	
		Ato/eventos 002 / 052 - REATIVACÃO - ART. 60 LEI 8.934/94		Status SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 28/06/2022, às 15:02:57 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código OFZ50FGT.



PRC2211912010

SEBASTIÃO MOTA  
Secretário Geral



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.395.004/0001-04 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/09/1999
NOME EMPRESARIAL ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BEIRA D'AGUA				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada				
LOGRADOURO R ELIAS CIQUEIRA FONSECA		NÚMERO 1826	COMPLEMENTO ANEXO 1	
CEP 85.557-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORONEL DOMINGOS SOARES	UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE_HCOSTA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (46) 3254-1253		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 14:23:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**RECEITA  
ESTADUAL DO  
PARANÁ**



134

## Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS

90194082-70

Inscrição CNPJ

03.395.004/0001-04

Início das Atividades

10/1999

### Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Título do Estabelecimento

Endereço do Estabelecimento RUA ELIAS CIQUEIRA FONSECA, 1826 - CENTRO - CEP 85557-000  
FONE: (46) 3254-1253Município de Instalação CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, DESDE 10/1999  
( Estabelecimento Matriz )

### Qualificação

Situação Atual ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021

Natureza Jurídica 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

Atividade Econômica Principal do Estabelecimento 2330-3/02 - FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO

Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento 2330-3/99 - FABRICACAO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES

### Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	036.101.429-52	LUIZ ALFREDO DE OLIVIERA	SÓCIO
CPF	841.622.109-00	CLAUDIO SICKA	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 27/07/2022.

Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90194082-70

Emitido Eletronicamente via Internet  
27/06/2022 13:59:19Dados transmitidos de forma segura  
Tecnologia CELEPAROs dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet [www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS  
SOARES  
ESTADO DO PARANÁ**

**ALVARÁ nº 110 / 2022**

O Município de Coronel Domingos Soares, conforme protocolo nº de 08/06/2022 concede alvará de licença para localização e funcionamento a:

**Nome:**

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

CNPJ/CPF: 03.395.004/0001-04

**Localização**

AV ARAUCARIA LOTE 239, S/N - BARRACAO 100,M2 - CENTRO CEP: 85557000 Coronel Domingos Soares - PR

Área utilizada: 100,00

**Atividades**

2330-3/99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.

**Horário de funcionamento:** Comercial

Segunda à Sexta das 13:00 às 18:00

Segunda à Sábado das 07:00 às 12:00

**Emitido em**

08/06/2022

**Válido até**

31/12/2022

**Observações**

- 1 - O presente alvará só tem efeito para o período especificado, ficando sujeito a renovação anual.
- 2 - Será exigida renovação da licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de Local.
- 3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de Endereço, razão social, ramo de atividade, etc o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**IMPORTANTE**

- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de Certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Emissor: GILMAR FRANCISCO DA ROSA



<b>MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES</b>			
<b>ESTADO DO PARANÁ</b>			
<b>CERTIDÃO NEGATIVA 588/2022</b>			
<b>IMPORTANTE:</b>		FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.	
Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo a empresa com a Localização descrita abaixo.			
VALIDADE: 08/07/2022		CÓD. AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJMS2QEMTM4XJC992	
REQUERENTE: ESCRITÓRIO CONTÁBIL		PROTOCOLO:	
FINALIDADE: VERIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA			
INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
5	03.395.004/0001-04		110
<b>ENDEREÇO</b>			
AV ARAUCARIA LOTE 239, S/N - BARRACAO 100,M2 - CENTRO CEP: 85557000 Coronel Domingos Soares - PR			
<b>ATIVIDADES</b>			
Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes			
Observações:			
Coronel Domingos Soares, 08 de Junho de 2022			
Emitido por: GILMAR FRANCISCO DA ROSA Gilmar Francisco da Rosa Fiscal Tributário Portaria nº 18/1998			



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

137

**Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 026339553-60

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 03.395.004/0001-04  
Nome: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/07/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome:** ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA  
**CNPJ:** 03.395.004/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:52:18 do dia 07/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/12/2022.

Código de controle da certidão: 2C31.EDCA.81ED.D96F

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF****Inscrição:** 03.395.004/0001-04**Razão Social:** ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**Endereço:** AV ARAUCARIA SN / CENTRO / CORONEL DOMINGOS SOARES / PR /  
85557-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

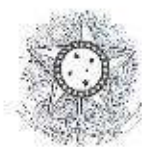
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/06/2022 a 19/07/2022**Certificação Número:** 2022062000482372764102

Informação obtida em 27/06/2022 14:01:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.395.004/0001-04

Certidão nº: 8706148/2022

Expedição: 16/03/2022, às 17:09:22

Validade: 12/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.395.004/0001-04, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE PALMAS

141

OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Rua Capitão Paulo de Araújo, nº 731 -- e-mail:  
cartoriiodistribuidordepalmas@pcrs  
Palmas/PR - 85555-000

TITULAR  
BEL. LEILA FATIMA DE LIMA  
JURAMENTADO  
MARCO AURELIO SERAFINI

**Certidão Negativa**

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição FALÊNCIA ou RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**

Documento..... CNPJ 03.395.004/0001-04  
Sede..... Avenida DAS ARACARIAS, S/N.º (LOTE 2239), CENTRO, CORONEL DOMINGOS  
SOARES/PR, CEP 85337000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 5 anos que a antecedem.



Palmas/PR, 07 de Junho de 2022, 10:36:30

LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953

Assinado de forma digital por LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953  
Dados: 2022.06.08 11:42:32 -03'00'

Custas = R\$ 38,15  
Página 0001/0001



ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE PALMAS

OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Rua Capitão Paulo de Araújo, nº 731 -- e-mail:  
cartorioidistribuidordepalmas@pros  
Palmas/PR - 85555-000

TITULAR  
BEL. LEILA FATIMA DE LIMA  
JURAMENTADO  
MARCO AURELIO SERAFINI

### Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

#### ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Documento..... CNPJ 03.395.004/0001-04  
Sede..... Avenida DAS ARBOREAS, S/N.º (LOTE 2239), CENTRO, CORONEL DOMÍNGOS  
SOARES/PR, CEP 85555-000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 5 anos que a antecedem.



Palmas/PR, 07 de Junho de 2022, 10:38:51

LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953

Assinado de forma digital por LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953  
Dados: 2022.06.08 11:42:18 -03'00'



Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



### TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12208373477 em 29/06/2022, protocolo 224256475. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.pr.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA
Número de Registro:	41204191509
CNPJ:	03395004000104
Município:	Coronel Domingos Soares

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	01/01/2021 - 31/12/2021

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
03457641960	HELIO OSMAR COSTA	PR044.618/O-6
84162210900	CLAUDIO SICKA	



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021.  
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 29/06/2022 17:00 SOB N°  
20224256475.  
PROTOCOLO: 224256475 DE 27/06/2022. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12208373477. NIRE: 41204191509.  
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO  
CURITIBA, 29/06/2022  
[empresafacil.pr.gov.br](http://empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



## Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 12, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, município Coronel Domingos Soares, CNPJ nº 03.395.004/0001-04, Número de Registro (NIRE) 41204191509.

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidades legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

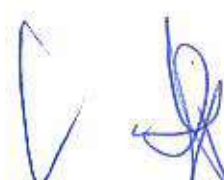
Data do arquivamento dos atos constitutivos: 16/09/1999

Ato constitutivo: 41204191509

Coronel Domingos Soares, 01/01/2021

\_\_\_\_\_  
HELIO OSMAR COSTA  
CONTADOR  
CRC/PR 044.618/O-6

\_\_\_\_\_  
CLAUDIO SICKA  
Administrador, Sócio  
CPF 841.622.109-00



**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**

Relação do Diário Geral

Conta	Réduzido	Descrição	Histórico	Debito	Credito
<b>01/01/2021</b>					
2.3.05.01.0001	00036	Lucros Acumulados	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	9.230,90
2.3.05.01.0002	00695	Apuração do Resultado	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	9.230,90	0,00
Saldo do Dia				9.230,90	9.230,90
<b>13/01/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00031	Caixa Geral	COMPRA NF. 0000452131 - BRITADOR TUPY LTDA PR	0,00	939,84
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	COMPRA NF. 0000452131 - BRITADOR TUPY LTDA PR	939,84	0,00
Saldo do Dia				939,84	939,84
<b>21/01/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	COMPRA NF. 0000000905 - SUL KARBO MATERIAIS EIRELI	0,00	3.100,00
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	COMPRA NF. 0000000905 - SUL KARBO MATERIAIS EIRELI	3.100,00	0,00
Saldo do Dia				3.100,00	3.100,00
<b>05/02/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000402 - COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	248,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000402 - COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	0,00	248,00
Saldo do Dia				248,00	248,00
<b>26/02/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000403 - CELCIO LUIZ REIS	275,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000403 - CELCIO LUIZ REIS	0,00	275,00
Saldo do Dia				275,00	275,00
<b>29/03/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000406 - CELCIO LUIZ REIS	715,00	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000407 - CELCIO LUIZ REIS	715,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000406 - CELCIO LUIZ REIS	0,00	715,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000407 - CELCIO LUIZ REIS	0,00	715,00
Saldo do Dia				1.430,00	1.430,00
<b>30/03/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000409 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	2.620,80	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000408 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	842,40	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000409 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	2.620,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000408 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	842,40
Saldo do Dia				3.463,20	3.463,20
<b>06/04/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000410 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	842,40	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000411 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	2.620,80	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000410 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000411 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	2.620,80
Saldo do Dia				3.463,20	3.463,20



**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**

Relação do Diário Geral

Período de 01.01.2021 a 31.12.2021

CPF: 03.395.004/0001-04

Data: 31/12/2021

Livro Nro.: 1

Folha: 3

Conta	Reduzido	Descrição	Histórico	Debito	Credito
<b>08/04/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000412 - CRISTIANE AP. DOS SANTOS MANOSSO	434,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000412 - CRISTIANE AP. DOS SANTOS MANOSSO	0,00	434,00
Saldo do Dia				434,00	434,00
<b>13/04/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	COMPRA NF. 0000464851 - BRITADOR TUPY LTDA SC	0,00	969,60
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	COMPRA NF. 0000464851 - BRITADOR TUPY LTDA SC	969,60	0,00
Saldo do Dia				969,60	969,60
<b>26/04/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000413 - CELCIO LUIZ REIS	660,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000413 - CELCIO LUIZ REIS	0,00	660,00
Saldo do Dia				660,00	660,00
<b>03/05/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000420 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	374,40	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000421 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	187,20	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000422 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	1.123,20	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000423 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	842,40	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000424 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	936,00	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000425 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	748,80	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000419 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	280,80	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000415 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	1.216,80	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000416 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	468,00	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000417 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	842,40	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000418 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	280,80	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000414 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	1.497,60	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000420 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	374,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000421 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	187,20
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000422 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.123,20
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000423 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	842,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000424 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	936,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000425 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	748,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000419 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	468,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000415 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	842,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000416 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	280,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000417 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	280,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000418 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.216,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000414 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.497,60
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000420 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	374,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000421 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	187,20
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000422 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.123,20
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000423 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	842,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000424 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	936,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000425 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	748,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000419 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	468,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000415 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	842,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000416 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	280,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000417 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	280,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000418 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.216,80
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000414 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.497,60
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000420 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	374,40
Saldo do Dia				8.798,40	8.798,40
<b>26/05/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000426 - CELCIO LUIZ REIS	240,00	0,00
Saldo do Dia				240,00	0,00



## ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Relatório do Diário Geral

Período de 01.01.2021 a 31.12.2021

CNPJ : 03.395.004/0001-04

Data : 31/12/2021

Folha : 4

Livro Nro : 1

Conta	Reduzido	Descrição	Histórico	Debito	Credito
<b>26/05/2021</b>					
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000426 - CELCIO LUIZ REIS	0,00	240,00
Saldo do Dia				240,00	240,00
<b>07/06/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	COMPRA NF. 0000047045 - BRITADOR TUPY LTDA SC	0,00	1.075,80
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	COMPRA NF. 0000047045 - BRITADOR TUPY LTDA SC	1.075,80	0,00
Saldo do Dia				1.075,80	1.075,80
<b>21/06/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000430 - CRISTIANE AP. DOS SANTOS MANOSSO	150,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000430 - CRISTIANE AP. DOS SANTOS MANOSSO	0,00	150,00
Saldo do Dia				150,00	150,00
<b>02/07/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000431 - GILMAR LUIZ PAVANI	1.870,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000431 - GILMAR LUIZ PAVANI	0,00	1.870,00
Saldo do Dia				1.870,00	1.870,00
<b>20/07/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000432 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	842,40	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000433 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	561,60	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000434 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	1.497,60	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000435 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	1.029,60	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000436 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	468,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000432 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	842,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000433 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	561,60
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000434 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.497,60
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000435 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	1.029,60
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000436 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	468,00
Saldo do Dia				4.399,20	4.399,20
<b>29/07/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000437 - EDSON NEL SALVADOR DESCONSI	2.163,00	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000438 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	561,60	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000439 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	561,60	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000437 - EDSON NEL SALVADOR DESCONSI	0,00	2.163,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000438 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	561,60
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000439 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	561,60
Saldo do Dia				3.286,20	3.286,20
<b>02/08/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	COMPRA NF. 0000047641 - BRITADOR TUPY LTDA SC	0,00	942,50
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	COMPRA NF. 0000047641 - BRITADOR TUPY LTDA SC	942,50	0,00
Saldo do Dia				942,50	942,50



## ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Relação do Diário Geral

Período de 01.01.2021 a 31.12.2021

CNPJ : 03.295.004/0001-04

Data : 31/12/2021

Folha : 5

Livro Nro : 1

Conta	Reduzido	Descrição	Histórico	Debito	Credito
<b>09/08/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000441 - CELCIO LUIZ REIS	217,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000441 - CELCIO LUIZ REIS	0,00	217,00
Saldo do Dia				217,00	217,00
<b>03/09/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000442 - CONSTRUTORA QUEBEC S/A	2.340,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000442 - CONSTRUTORA QUEBEC S/A	0,00	2.340,00
Saldo do Dia				2.340,00	2.340,00
<b>05/10/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	COMPRA NF. 0000048451 - BRITADOR TUPY LTDA SC	0,00	1.054,90
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	COMPRA NF. 0000048451 - BRITADOR TUPY LTDA SC	1.054,90	0,00
Saldo do Dia				1.054,90	1.054,90
<b>25/10/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	COMPRA NF. 0000048784 - BRITADOR TUPY LTDA SC	0,00	960,30
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	COMPRA NF. 0000048784 - BRITADOR TUPY LTDA SC	960,30	0,00
Saldo do Dia				960,30	960,30
<b>04/11/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000443 - CRISTIANE AP. DOS SANTOS MANOSSO	210,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000443 - CRISTIANE AP. DOS SANTOS MANOSSO	0,00	210,00
Saldo do Dia				210,00	210,00
<b>24/11/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000445 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	16.616,58	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000446 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	5.057,22	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000445 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	16.616,58
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000446 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	5.057,22
Saldo do Dia				21.673,80	21.673,80
<b>26/11/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000448 - LEHMANN E SOUZA LTDA	470,00	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000447 - INDUSTRIA ERVA MATE TIA JOANA	1.026,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000448 - LEHMANN E SOUZA LTDA	0,00	470,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000447 - INDUSTRIA ERVA MATE TIA JOANA	0,00	1.026,00
Saldo do Dia				1.496,00	1.496,00
<b>07/12/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000450 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	4.816,40	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000449 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	17.579,86	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000450 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	4.816,40
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000449 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	17.579,86
Saldo do Dia				22.396,26	22.396,26



## ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Relatório do Diário Geral

Período de 01.01.2021 a 31.12.2021

CNPJ : 03.395.004/0001-04

Data : 31/12/2021

Folha : 6

Livro Nro : 1

Conta	Reduzido	Descrição	Histórico	Debita	Credito
<b>13/12/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000451 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	9.632,80	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000451 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	9.632,80
Saldo do Dia				<b>9.632,80</b>	<b>9.632,80</b>
<b>14/12/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000452 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	4.816,40	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000452 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS	0,00	4.816,40
Saldo do Dia				<b>4.816,40</b>	<b>4.816,40</b>
<b>15/12/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	VENDAS CONF. NF. 0000000453 - IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE	490,00	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	VENDAS CONF. NF. 0000000453 - IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE	0,00	490,00
Saldo do Dia				<b>490,00</b>	<b>490,00</b>
<b>31/12/2021</b>					
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	98.976,30
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	9.673,30
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	1.976,30
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	1.246,50
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	6.790,20
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	697,65
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	28.600,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	346,20
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	5.976,50
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	1.785,60
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	1.672,30
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	4.790,60
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	80,70
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	67,90
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	287,65
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	976,40
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	1.764,90
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	9.504,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	6.190,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	24.600,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	2.288,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	16.750,00	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	106.500,00	0,00
1.1.01.01.0001	00001	Caixa Geral	- C.P. 5.1.02.01.0002	215.239,46	0,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	16.750,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	0,00	106.500,00
3.1.03.01.0001	00402	Vendas de Mercadorias a Vista	- C.P. 5.1.02.01.0002	2.004,58	0,00
2.3.05.01.0002	00695	Apuração do Resultado	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	108.019,84
4.1.01.04.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	0,00



## ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Relatório do Diário Geral

Período de 01.01.2021 a 31.12.2021

CNPJ : 03.395.004/0001-04

Data : 31/12/2021

Livro Nro : 1

Folha : 7

Conta	Reduzido	Descrição	Histórico	Debito	Credito
<b>31/12/2021</b>					
4.1.01.01.0001	10169	Compras de Mercadorias a Vista	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	98.976,30	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 2.3.05.01.0002	0,00	2.004,68
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 3.1.03.01.0001	0,00	215.239,46
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 3.1.04.02.0004	9.504,00	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.1.01.01.0001	108.019,44	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.1.01.01.0009	5.976,50	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.01.01.0003	9.673,30	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.01.0001	28.600,00	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.01.0002	24.600,00	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.01.0004	2.288,00	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0010	4.790,60	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0020	6.100,00	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0001	1.976,30	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0021	1.764,90	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0002	1.246,50	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0012	1.785,60	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0003	6.790,20	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0013	1.672,30	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0014	80,70	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0005	697,65	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0015	67,90	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.2.02.02.0006	346,20	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.3.02.01.0004	287,65	0,00
5.1.02.01.0002	10187	Saldo de Balanço	- C.P. 4.3.02.01.0005	976,40	0,00
4.2.02.01.0001	10207	Salários e Ordenados	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	28.600,00
4.2.02.01.0001	10207	Salários e Ordenados	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	28.600,00	0,00
4.2.02.02.0001	10212	Água e esgoto	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	1.976,30
4.2.02.02.0001	10212	Água e esgoto	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	1.976,30	0,00
4.2.02.02.0002	10213	Comunicações	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	1.246,50
4.2.02.02.0002	10213	Comunicações	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	1.246,50	0,00
4.2.02.02.0003	10214	Energia Elétrica	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	6.790,20
4.2.02.02.0003	10214	Energia Elétrica	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	6.790,20	0,00
4.2.02.02.0005	10216	Material de Expediente	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	697,65
4.2.02.02.0005	10216	Material de Expediente	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	697,65	0,00
4.2.02.02.0006	10217	Anuidades Menssaliades	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	346,20
4.2.02.02.0006	10217	Anuidades Menssaliades	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	346,20	0,00
4.2.01.01.0003	10221	Combustíveis e lubrificantes	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	9.673,30
4.2.01.01.0003	10221	Combustíveis e lubrificantes	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	9.673,30	0,00
4.1.01.01.0009	10239	Fretes compras	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	5.976,50
4.1.01.01.0009	10239	Fretes compras	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	5.976,50	0,00
4.2.02.02.0010	10249	Serviços Prestados Pessoa Física	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	4.790,60

## ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Relação do Diário Geral

Período de 01.01.2021 a 31.12.2021

CNPJ : 03.395.004/0001-04

Data : 31/12/2021

Livro Nro : 1

Folha : 8

Conta	Redução	Descrição	Histórico	Debito	Credito
<b>31/12/2021</b>					
4.2.02.02.0010	10349	Serviços Prestados Pessoa Física	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	4.790,60	0,00
4.2.02.02.0012	10351	Despesas com Informática	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	1.785,60
4.2.02.02.0012	10351	Despesas com Informática	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	1.785,60	0,00
4.2.02.02.0013	10352	Material de Limpeza	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	1.672,30
4.2.02.02.0013	10352	Material de Limpeza	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	1.672,30	0,00
4.2.02.02.0014	10462	Despesas de cartório	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	80,70
4.2.02.02.0014	10462	Despesas de cartório	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	80,70	0,00
4.2.02.02.0015	10463	Despesas com Correios	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	67,90
4.2.02.02.0015	10463	Despesas com Correios	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	67,90	0,00
4.3.02.01.0004	10464	Taxa Bombeiros	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	287,65
4.3.02.01.0004	10464	Taxa Bombeiros	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	287,65	0,00
4.3.02.01.0005	10465	Taxas Municipais	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	976,40
4.3.02.01.0005	10465	Taxas Municipais	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	976,40	0,00
4.2.02.01.0007	10539	Pró-labore	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	24.600,00
4.2.02.01.0002	10539	Pró-labore	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	24.600,00	0,00
3.1.04.02.0004	10555	Simplex Nacional - Das	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	9.504,00
3.1.04.02.0004	10555	Simplex Nacional - Das	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	9.504,00	0,00
4.2.02.02.0020	10558	Honorários Contábeis	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	6.100,00
4.2.02.02.0020	10558	Honorários Contábeis	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	6.100,00	0,00
4.2.02.01.0004	10559	F.G.T.S.	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	2.288,00
4.2.02.01.0004	10559	F.G.T.S.	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	2.288,00	0,00
4.2.02.02.0021	10560	Material de Consumo	- C.P. 5.1.02.01.0002	0,00	1.764,90
4.2.02.02.0021	10560	Material de Consumo	TRANSFERENCIA ENTRE CONTAS	1.764,90	0,00
Saldo do Dia				765.939,28	765.939,28
Saldo do Mes				876.202,78	876.202,78

Total Geral:....

876.202,78

876.202,78

Página 8 de

151



**Balanco Patrimonial**

Página 9 de 18

Empresa: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Período: 01.01.2021 a 31.12.2021

CNPJ: 03.395.004/0001-04

	01.01.2021 a 31.12.2021
<b>ATIVO</b>	<b>93.627,49</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>49.407,49</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>49.407,49</b>
<b>CAIXA</b>	<b>49.407,49</b>
Caixa Geral	49.407,49
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>44.220,00</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>44.220,00</b>
<b>BENS EM OPERAÇÃO</b>	<b>44.220,00</b>
Terrenos	7.650,00
Edificações	9.600,00
Veículos	18.340,00
Máquinas e Equipamentos	8.630,00

**Balanco Patrimonial**

Página 10 de 18

Empresa: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Período: 01.01.2021 a 31.12.2021

CNPJ: 03.395.004/0001-04

	01.01.2021 a 31.12.2021
<b>PASSIVO</b>	<b>93.627,49</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>93.627,49</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>13.000,00</b>
<b>CAPITAL SUBSCRITO</b>	<b>13.000,00</b>
Capital Social	13.000,00
<b>LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>80.627,49</b>
<b>LUCROS ACUMULADOS</b>	<b>80.627,49</b>
Lucros Acumulados	82.632,17
Apuração do Resultado	-2.004,68

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, que soma no ATIVO e no PASSIVO a importância de : R\$ 93.627,49 NOVENTA E TRÊS MIL SEISCENTOS E VINTE E SETE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS

CORONEL DOMINGOS SOARES (PR), 31 de dezembro de 2021.

CLAUDIO SICKA  
CPF - 841.622.109-00  
ADMINISTRADOR

HELIO OSMAR COSTA  
CPF - 034.576.419-60  
CRC- PR-044.618/O-6  
CONTADOR



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

CNPJ : 03.395.004/0001-04

Página 11 de 13

Data : 31.12.2021

Folha : 11

Período : 01.01.2021 a 31.12.2021

Descrição	Valor
Vendas de Mercadorias a Vista	215.239,46
<b>RECEITA COM VENDAS NO PAÍS</b>	<b>215.239,46</b>
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>215.239,46</b>
Simples Nacional - Das	-9.504,00
<b>TRIBUTOS SOBRE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>-9.504,00</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>205.735,46</b>
Compras de Mercadorias a Vista	-108.019,44
Frete compras	-5.976,50
<b>COMPRAS DE MERCADORIAS PARA REVENDA</b>	<b>-113.995,94</b>
Combustíveis e lubrificantes	-9.673,30
<b>DESPESAS COM VENDAS</b>	<b>-9.673,30</b>
Salários e Ordenados	-28.600,00
Pró-labore	-24.600,00
FGTS	-2.288,00
<b>DESPESAS TRABALHISTAS</b>	<b>-55.488,00</b>
Água e esgoto	-1.976,30
Comunicações	-1.246,50
Energia Elétrica	-6.790,20
Material de Expediente	-697,55
Anuidades Mensalidades	-346,20
Serviços Prestados Pessoa Física	-4.790,60
Despesas com Informática	-1.785,60
Material de Limpeza	-1.672,30
Despesas de cartório	-80,70
Despesas com Correios	-67,90
Honorários Contábeis	-6.100,00
Material de Consumo	-1.764,50
<b>DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-27.318,85</b>
Taxa Bombeiros	-287,65
Taxas Municipais	-976,40
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>-1.264,05</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-2.004,68</b>

CORONEL DOMINGOS SOARES (PR), 31.12.2021

CLAUDIO SICKA  
CPF : 841.622.109-00  
ADMINISTRADOR

HELIO OSMAR COSTA  
CPF : 034.576.419-60  
CONTADOR

CRC- PR-044.618/O-6




## Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 12, e serviu para escrituração no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, da empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA.


Coronel Domingos Soares, 31/12/2021

---

HELIO OSMAR COSTA  
CONTADOR  
CRC/PR 044.618/O-6

---

CLAUDIO SICKA  
Administrador, Sócio  
CPF 841.622.109-00







MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 13 de 13

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03457641960	HELIO OSMAR COSTA
84162210900	CLAUDIO SICKA



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021.  
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 29/06/2022 17:00 SOB N°  
20224256475.  
PROTOCOLO: 224256475 DE 27/06/2022. NIRE: 41204191509.  
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO  
CURITIBA, 29/06/2022  
empresafacil.pr.gov.br



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Araucária, s/n, em Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP 85557-000, inscrita no CNPJ sob nº 03395004/0001-04, é prestadora de serviço ao Município de Coronel Domingos Soares. Sendo contratada para fornecer os itens descritos no objeto do contrato nº 85/2017, oriundo do pregão número 39/2017.


Atestamos que a empresa cumpriu com as obrigações assumidas, no tocante ao fornecimento dos produtos/serviços contratados, pelo que declaramos nada constar em nossos registros que desabone a conduta comercial da referida Empresa.




**Afirmamos ainda que:**

- Os serviços realizados são de 1ª qualidade.
- Os serviços foram realizados no prazo.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Coronel Domingos Soares, 15 de junho de 2022.

  
Jonas dos Santos Bueno  
Diretor Departamento de Administração  
(Portaria nº 082/2022)



ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

CNPJ 03.395.004/0001-04

Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro

Fone/Fax: (46) 3254-1184

Coronel Domingos Soares

Paraná

**PROCESSO N.º 64/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2022**

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cel Dom Soares-Pr

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À  
DOCUMENTAÇÃO**


A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geográficas e topográficas para o cumprimento das obrigações da licitação vez que o objeto deverá ser entregue/executado no endereço e nas condições previstas no Anexo I do edital licitatório.

Coronel Domingos Soares-PR, 27 de Junho de 2022.

  
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Claudio Sicka / Socio-Administrador

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, CNPJ 03.395.004/0001-04, Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, CEP 85.557-000, Coronel Domingos Soares-PR / Fone/Fax: (46) 3254-1184.



ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

CNPJ 03.395.004/0001-04

Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro

Fone/Fax: (46) 3254-1184

Coronel Domingos Soares

Paraná

**PROCESSO N.º 64/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2022**

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cel Dom Soares-Pr

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO  
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**


A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Pregão Presencial **35/2022**, por seu representante credenciado, Declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Coronel Domingos Soares-PR, 27 de Junho de 2022.

  
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Claudio Sicka / Socio-Administrador

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, CNPJ 03.395.004/0001-04, Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, CEP 85.557-000, Coronel Domingos Soares-PR / Fone/Fax: (46) 3254-1184.





ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA  
CNPJ 03.395.004/0001-04  
Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro  
Fone/Fax: (46) 3254-1184

Coronel Domingos Soares

Paraná

**PROCESSO N.º 64/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2022**

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cel Dom Soares-Pr

**DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL**

A empresa **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**, cadastrada no CNPJ/MF sob nº **03.395.004/0001-04**, estabelecida na rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, Cidade de Coronel Domingos Soares-PR, através do signatário da presente, o senhor **CLAUDIO SICKA**, Casado, Empresário, portador da cédula de identidade RG n.º **6.102.094-2** SESP-PR, e do CPF n.º **841.622.109-00**, representante legalmente constituída, declara sob as penas da Lei que, em atendimento as normas vigentes, em especial a IN STN nº. 01/97, de 15/01/1997, e suas alterações, a Portaria Interministerial 507/2011 e o Art. 20, XII, Lei 12.309/2010, no âmbito da execução do objeto em tela deste certame, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade desta proponente o fornecimento da presente Declaração, bem como a fiscalização dessa vedação.

Por ser verdade, firmo a presente.

Coronel Domingos Soares-PR, 27 de Junho de 2022.

  
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Claudio Sicka / Socio-Administrador

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, CNPJ 03.395.004/0001-04, Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, CEP 85.557-000, Coronel Domingos Soares-PR / Fone/Fax: (46) 3254-1184.



ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

CNPJ 03.395.004/0001-04

Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro

Fone/Fax: (46) 3254-1184

Coronel Domingos Soares

Paraná

**PROCESSO N.º 64/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2022**

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cel Dom Soares-Pr

**DECLARAÇÃO CNAE**

A empresa **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**, cadastrada no CNPJ/MF sob nº **03.395.004/0001-04**, estabelecida na rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, Cidade de Coronel Domingos Soares-PR, através do signatário da presente, a senhor **CLAUDIO SICKA**, Casado, Empresário, portador da cédula de identidade **RG n.º 6.102.094-2** SESP-PR, e do **CPF n.º 841.622.109-00**, representante legalmente constituída, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é **23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes**.



Por ser verdade, firmo a presente.

Coronel Domingos Soares-PR, 27 de Junho de 2022.

  
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Claudio Sicka / Socio-Administrador

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, CNPJ 03.395.004/0001-04, Rua Elias Ciqueira Fonseca, 1826, Centro, CEP 85.557-000, Coronel Domingos Soares-PR / Fone/Fax: (46) 3254-1184.







**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**

CPF/CNPJ: **03.395.004/0001-04**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:41:49 do dia 30/06/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: V43Y300622094149

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

163

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL.**

**Pregão Nº: 35/2022**

**Objeto: Aquisição de tubos e palanques de concreto**

Aos 15/06/2022, as 09:00 horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, reuniram-se o Pregoeira Senhora Rafaela Schereiner e equipe de apoio: Denise De Mello e Jayme Lazzaretti, designados conforme Portaria nº 059/2021 para os procedimentos inerentes a Sessão do Pregão.

Para o credenciamento fizeram-se representar as empresas conforme credencial e lista de credenciamento abaixo:

Participantes					
Nome do proponente	CNPJ do proponente	Nome do responsável pelo proponente	CPF do responsável pelo proponente	Validade da proposta (dias)	Prazo de entrega/execução
ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	03.395.004/0001-04	JUVENTINO BARBOSA OLIVEIRA	841.622.109-00	60	24 Meses
DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA	79.847.687/0001-55	ELOY ROBERTO LATTMANN	371.565.439-20	60	24 Meses

**REGISTRO DO PREGÃO**

Em ato contínuo, foram verificados os envelopes nº 01 contendo as propostas de preços atestando-se que estavam lacrados e inviolados, após terem sido rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e proponentes participou procedeu-se a abertura dos mesmos, e foram examinadas a compatibilidade do objeto, prazos e condições de execução;

Em seguida a Pregoeira e equipe de apoio verificaram a conformidade entre as propostas da proponente ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA escritas e os valores estimados para a contratação atestando que as propostas estão em acordo com os valores estabelecidos no edital.

Ao realizar a abertura do envelope da proposta de preços da proponente DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA, a mesma foi desclassificada, pois não estava em consonância com o item 4.1 do edital, o qual exige que seja apresentado junto a proposta impressa e assinada o arquivo em mídia, sendo que a não apresentação do mesmo, é critério para desclassificação e o mesmo apresentou na hora do certame, estando fora do envelope.

Dando continuidade ao certame, foi solicitado ao licitante classificado, conforme critérios estabelecidos no edital, para apresentar seus lances verbais resultando nos valores conforme tabela de classificação abaixo:

Lote/Item 1/1 - PALANQUE DE CONCRETO ARMADO					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	51,00	03.395.004/0001-04	Sim	





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

164

1	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	51,00	03.395.004/0001-04	Sim	
Lote/Item 1/2 - PALANQUE DE CONCRETO ARMADO					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	99,00	03.395.004/0001-04	Sim	
1	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	99,00	03.395.004/0001-04	Sim	
Lote/Item 1/3 - TUBO DE CONCRETO ARMADO					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	470,00	03.395.004/0001-04	Sim	
1	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	470,00	03.395.004/0001-04	Sim	
Lote/Item 1/4 - TUBO DE CONCRETO ARMADO					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	159,00	03.395.004/0001-04	Sim	
1	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	159,00	03.395.004/0001-04	Sim	
Lote/Item 1/5 - TUBO DE CONCRETO ARMADO					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	314,00	03.395.004/0001-04	Sim	
1	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	314,00	03.395.004/0001-04	Sim	
Lote/Item 1/6 - TUBO DE CONCRETO SIMPLES					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	66,00	03.395.004/0001-04	Sim	
1	ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA	66,00	03.395.004/0001-04	Sim	

Dando continuidade ao certame foram conferidos os envelopes nº 02 contendo os documentos de habilitação da proponente: **ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**, verificando-se que os mesmos estava lacrado e inviolado, após terem sido rubricados pela pregoeira, equipe de apoio e licitantes participantes procedeu-se a abertura dos mesmos.

Em análise a documentação de habilitação constatou-se que estavam em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e por consequência, a referida empresa foi considerada **HABILITADA**.

Fica fazendo parte integrante da documentação deste procedimento licitatório o Demonstrativo 01-Qualificação do Proponente/Fornecedor e Representante Credenciado, 02- propostas e lances dos participantes, e 03- Documentação de habilitação, foi consultado o cadastro de empresas impedidas de licitar do TCE PR e TCU onde **nada consta** em nome das Proponentes do certame.

**Das manifestações das proponentes:**





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

165

Houve manifestação por parte da proponente DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA, referente a sua desclassificação quanto a não colocação do arquivo em mídia dentro do envelope, pois a sua proposta impressa estava inclusa conforme o item 4.1.1 do edital.

Diante dos fatos, a Pregoeira decide por abrir prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais proponentes intimadas a apresentar suas contra – razões no prazo de 3 (três) dias úteis iniciando-se estes ao final do prazo das primeiras.

**ENCERRAMENTO**

No curso do Presente procedimento licitatório não foi apresentado nenhuma impugnação ao edital, resultando no seguinte lance final:

**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA**

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,20 m. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM			UN	500,00	51,00	25.500,00
1	2	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,70 M. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM			UN	500,00	99,00	49.500,00
1	3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM).			UN	300,00	470,00	141.000,00
1	4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM (60CM).			UN	2.000,00	159,00	318.000,00
1	5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM).			UN	400,00	314,00	125.600,00
1	6	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM)			UN	700,00	66,00	46.200,00
<b>TOTAL</b>								<b>705.800,00</b>





**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

166

Fica o resultado do presente processo condicionado a apresentação das razões recursais bem como das contra - razões, recepção/apreciação e julgamento por parte da comissão Permanente de Licitação e ratificação pela Autoridade Superior.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão as 09:51, cuja ata vai assinada pela Pregoeira, pelos membros da Equipe de Apoio e demais pessoas interessadas.

**RAFAELA SCHEREINER**

**094.850.889-22**

**DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE  
LTDA**

**ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA  
LTDA**



**DECLARAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE RAZÃO RECURSAL**

Coronel Domingos Soares, 06 de julho de 2022

No dia 30 de junho de 2022, após a etapa de disputa de lances, referente ao Pregão Presencial 35/2022 do Processo 64/2022, a proponente **DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA, CNPJ 79.847.687/0001-55**, manifestou intenção de recurso, o qual foi concedido o prazo de 3 dias úteis para apresentação das razões, finalizando o mesmo em 05 de julho de 2022 às 17h.

Conforme supracitado, **DECLARO** que até o prazo final estabelecido em ata no dia 30 de junho, a proponente manifestante de razão recursal, não apresentou suas razões, sendo assim, dar-se-á o prosseguimento ao processo de Pregão Presencial 35/2022 do Processo 64/2022.

Salienta-se que diante dos fatos, não resta qualquer direito de questionamentos futuros por parte da proponente **DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA, CNPJ 79.847.687/0001-55**, uma vez que a mesma não o fez em momento oportuno dentro do prazo que lhe foi concedido para que apresentasse suas razões quanto à sua manifestação.

Atenciosamente,

  
**Rafaela Schereiner**  
Pregoeira  
Portaria 059/2021





**MANIFESTAÇÃO JURÍDICA N.º 336/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 064/2022**

**PREGÃO N.º 35/2022 - PRESENCIAL**

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta à solicitação da Sra Pregoeira de confecção de parecer jurídico da "fase externa", após a realização da disputa do certame no processo licitatório mencionado na referida solicitação, informo, desde logo, que não há previsão legal para a emissão de parecer jurídico na fase externa na licitação.

**Em caso de entendimento diverso, como o parecer final visa evitar responsabilidades ao Gestor posto que é solicitado antes da homologação, ele deve ser exarado pela Assessoria Jurídica de Gabinete e/ou servidor do próprio Controle Interno.**

Tal posicionamento, pela ausência de previsão legal, acompanha exatamente o previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Como documento vinculativo, obrigacional, e que estabelece condições a serem praticadas na futura contratação, é razoável entender que há, mesmo, necessidade de exame e aprovação por assessoria jurídica da administração, até para evitar o cometimento de ilegalidades ou a assunção de compromissos sem respaldo na legislação em vigor.

Nesse sentido, em tese, não haveria necessidade de retorno dos autos do procedimento licitatório para novo exame e convalidação jurídica que já teria sido quando do exame do edital, bastando o preenchimento dos dados apurados na licitação em relação ao licitante vencedor, preço e vigência para que o documento, uma vez firmado por ambas as partes – administração pública e particular, passasse a produzir efeitos.

O Tribunal de Contas da União, baluarte na orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal, por meio de publicação oficial, aduz que a fase externa do certame é integrada pelos seguintes itens e procedimentos:

**FASE EXTERNA (OU EXECUTÓRIA)**

Licitação, na chamada fase externa, tem continuidade com a divulgação do ato convocatório. Estende-se à contratação do fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço.

Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, essa etapa da licitação submete-se principalmente aos seguintes procedimentos sequenciais, em que a realização de determinado ato depende da conclusão do antecedente:

- publicação do resumo do ato convocatório;
- fase impugnatória, com republicação do edital e reabertura do prazo, quando for o caso;
- recebimento dos envelopes com a documentação e as propostas;
- abertura dos envelopes com a documentação;
- verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- abertura dos envelopes com as propostas;
- julgamento das propostas;
- declaração do licitante vencedor;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- homologação / aprovação dos atos praticados no procedimento;





- adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- empenho da despesa;
- assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

Não há, por parte do referido Órgão de Controle externo, referência ao exame da fase externa do certame, pela assessoria jurídica ou Procuradoria, como condição de procedibilidade ou validade do certame realizado pelo ente licitante.

Aliás, na mesma publicação, o Tribunal de Contas da União afirma que:

Exame e aprovação da assessoria jurídica Minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Quanto a convite, é dispensável aprovação das respectivas minutas. A legislação não exige que os atos convocatórios de licitações realizadas nessa modalidade sejam examinados pelo setor jurídico.

(...)

É permitida a utilização de modelos padronizados de editais e de contratos previamente submetidos à análise da área jurídica do órgão ou entidade contratante. Nesses modelos, o gestor limita-se a preencher dados específicos da contratação, sem alterar quaisquer condições ou cláusulas anteriormente examinadas. (g.n.) BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 279.

No processo em tela, portanto, previamente examinado e aferido quanto aos contornos jurídicos no Parecer de números 280/2022 e 297/2022, é possível inferir sobre a dispensabilidade de novo exame, inclusive sobre a fase externa do certame, não exigida pela legislação em vigor.

E é o próprio Tribunal de Contas da União que assim refere:

A despeito de haver decisões do TCU que determinam a atuação da assessoria jurídica em cada procedimento licitatório, o texto legal - parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 - não é expresso quanto a essa obrigatoriedade. Assim, a utilização de minutas-padrão, guardadas as necessárias cautelas, em que, como assevera o recorrente, limita-se ao preenchimento das quantidades de bens e serviços, unidades favorecidas, local de entrega dos bens ou prestação dos serviços, sem alterar quaisquer das cláusulas desses instrumentos previamente examinados pela assessoria jurídica, atende aos princípios da legalidade e também da eficiência e da proporcionalidade. Acórdão nº 1504/2005 - TCU - Plenário. Voto do Ministro Relator.

Diante disso, é possível concluir que não haveria necessidade de que a equipe Procuradoria Municipal da Administração:

- a) Se pronunciasse, ex vi legis, sobre a fase externa da licitação; e
- b) Examinasse e aprovasse, novamente, as minutas de editais, contratos e/ou atas de registro de preços já anteriormente examinadas e aferidas, cujas modificações compreendessem apenas o preenchimento de campos que só seriam passíveis de preenchimento após a realização do certame, quais sejam, os dados do licitante vencedor, os preços a serem registrados e a vigências das respectivas atas, tendo em vista não haver qualquer alteração de conteúdo obrigacional em relação aos referidos documentos.

Diante das considerações anteriores extraídas da Lei e da Jurisprudência, nossa manifestação se restringe a relatar resumidamente, as ocorrências da fase externa, observado o contido em ata e documentos correlatos:

1. Traz a análise certame licitatório supra mencionado que objetiva, conforme detalhado em edital e seus anexos:

Aquisição de tubos e palanques de concreto.

2. Conforme determina a Lei 10.520/02, a convocação dos licitantes se deu através dos seguintes veículos e respectivas datas, além da inserção do edital na íntegra no "portal de transparência" do Município, e seu extrato no "mural de licitações" do TCE-PR:

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS

15/06/2022





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**


CNPJ 01614415/0001-18

170

Foi ainda, inserido o edital e seus anexos na íntegra no “portal de transparência” do Município em seu site, com disposição a partir da data de publicação acima.

3. A data de abertura foi estabelecida em prazos necessários com respeito os mínimos previstos em Lei, a qual foi designada para: 30/06/2022.
4. Quanto a interposição de impugnação/recursos/pedidos de esclarecimento por parte eventuais interessados em relação ao instrumento convocatório: não verificamos, anexo ao processo, a ocorrência de eventos desta natureza.
5. No dia, hora e local designados para a sessão pública apurou-se a existência de dois proponentes, conforme consignado em ata.
6. Após a abertura do envelope da proposta de preço da empresa DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA., a pregoeira desclassificou a mesma, por não esse encontrar em consonância com o item 4.1 do edital.
7. Em continuidade ao certame, a pregoeira conferiu o envelope n. 2 contendo os documentos de habilitação do proponente ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA., verificando-se que se encontrava em consonância com o edital, considerando a mesma habilitada.
8. A empresa DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA manifestou interesse em apresentar recurso, ao que foi aberto o prazo de três dias para a apresentações das razões e consecutivamente mais três dias para as contrarrazões.
9. Ato contínuo, a pregoeira declarou que a proponente DERIVADOS DE CIMENTO TUBO FORTE LTDA, em que pese ter manifestado intenção de recurso, não apresentou as devidas razões.
10. Deixa-se de analisar os demais documentos apresentados pela(s) empresa(s) participante(s) bem como os conteúdos e detalhamentos de proposta(s), tendo em vista ser esta obrigação do(a) Pregoeiro(a), conforme art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993.
11. Não restam, no entanto, até o momento, manifestações ou razões recursais de qualquer ordem para serem analisadas.
12. Diante do exposto, após serem as laudas dos Autos numeradas e rubricadas, remeta-se o presente processo licitatório ao Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua homologação, consultado o Controle Interno e sua assessoria jurídica de gabinete, se assim entender oportuno.

Coronel Domingos Soares/PR, 12 de julho de 2022.

  
Neyva Jandira Rocha de Carvalho  
Procuradora OAB/PR 99005  
Portaria 138/2019



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

171

**ADJUDICAÇÃO**

**Pregão 35/2022**

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 15/06/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

**- Aquisição de tubos e palanques de concreto**

Vencedor(es):

ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,20 m. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM			UN	500,00	51,00	25.500,00
1	2	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,70 M. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM			UN	500,00	99,00	49.500,00
1	3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM).			UN	300,00	470,00	141.000,00
1	4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM (60CM).			UN	2.000,00	159,00	318.000,00
1	5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO			UN	400,00	314,00	125.600,00





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

172

		NOMINAL DE 800 MM (80CM).						
1	6	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM)			UN	700,00	66,00	46.200,00
TOTAL								705.800,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em transito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente.

Centro Administrativo Adão Reis, em 12/07/2022.

  
**RAFAELA SCHEREINER**

**094.850.889-22**

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### ADJUDICAÇÃO

Pregão 35/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 15/06/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Aquisição de tubos e palanques de concreto

Vencedor(es):

ARTIFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA								
Lote	Item	Produto/Service	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Prego	Prego total
1	1	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALTURA DE 2,20 m, ARMADO COM FERROVERGALHÃO CASO-6,3 MM			UN	500,00	51,00	25.500,00
1	2	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALTURA DE 2,70 m, ARMADO COM FERROVERGALHÃO CASO-6,3 MM			UN	500,00	99,00	49.500,00
1	3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM).			UN	300,00	470,00	141.000,00
1	4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 600 MM (60CM).			UN	2.000,00	159,00	318.000,00
1	5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM).			UN	400,00	314,00	125.600,00
1	6	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM).			UN	700,00	66,00	46.200,00
TOTAL								705.800,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em trânsito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente. Centro Administrativo Adão Reis, em 12/07/2022.

RAFAELA SCHEREINER - 094.850.889-22 - Pregoeiro

00000140





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

174

**HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão 35/2022**

1. Ficam homologados os atos do sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- **Aquisição de tubos e palaques de concreto.**

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em doze dias de julho de 2022.

**JANDIR BANDIERA**  
Prefeito

JANDIR BANDIERA  
PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### **HOMOLOGAÇÃO**

Pregão 35/2022

1. Ficam homologados os atos do sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Aquisição de tubos e palaques de concreto.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame. Centro Administrativo Adão Reis, em doze dias de julho de 2022.

JANDIR BANDIERA - Prefeito

CA1302-W1





MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

176

**CONTRATO nº 88/2022 Pregão 35/2022**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito Jandir Bandiera, de CPF nº 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a R ELIAS CIQUEIRA FONSECA, 1826 BARRACAO 100,M2 - CEP: 85557000 - BAIRRO: CENTRO, Coronel Domingos Soares/PR, inscrita no CNPJ sob nº03.395.004/0001-04 neste ato devidamente representada por CLAUDIO SICKA de CPF 841.622.109-00.

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 35/2022, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente contrato é Aquisição de tubos e palanques de concreto, nas seguintes condições e especificidades:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade e de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE 1 : 001 - Lote 001	1	6627	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,20 m. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM		UN	500,00	51,00	25.500,00
LOTE 2 : 001 - Lote 001	2	6628	PALANQUE DE CONCRETO ARMADO ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: ALTURA DE 2,70 M. ARMADO COM FERRO/VERGALHÃO CA50 - 6,3 MM		UN	500,00	99,00	49.500,00
LOTE 3 : 001 - Lote 001	3	951	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1000 MM (100CM).		UN	300,00	470,00	141.000,00
LOTE 4 : 001 - Lote 001	4	2684	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS,		UN	2.000,00	159,00	318.000,00





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

177

			CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM (60CM).					
LOTE 5 : 001 - Lote 001	5	950	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM (80CM).		UN	400,00	314,00	125.600,00
LOTE 6 : 001 - Lote 001	6	2683	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM (40CM)		UN	700,00	66,00	46.200,00
TOTAL								705.800,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O preço ajustado para aquisição/execução do objeto da licitação e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R\$ 705.800,00 (Setecentos e Cinco Mil e Oitocentos Reais), respeitados os valores individuais descritos na Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de 24 meses (12/07/2022 à 11/07/2024), a contar de sua assinatura, e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação, por extrato do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES**

4.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

4.1.1. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverá ser encaminhado pela empresa solicitante através de um Ofício, devidamente justificado, juntamente com a comprovação Fiscal, bem como protocolar no setor de Recursos Humanos, para concessão do mesmo.

4.1.2. O prazo para a realização do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

4.1.3. A empresa deverá continuar fornecendo o produto, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor atual, sem prejuízos a administração, o valor será alterado após a data de publicação do novo Aditivo de Reajuste.

4.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

**CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento do valor devido para o fornecimento ou execução do objeto deste edital, será realizado até o décimo quinto dia do mês subsequente àquele em que se deu a entrega ou execução, após objeto(s) devidamente aceito(s). Os pagamentos serão efetuados através das seguintes dotações orçamentárias:





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

178

**DOTAÇÕES**

Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4580	08.001.26.782.0010.1015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4590	08.001.26.782.0010.1015	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5060	08.004.15.451.0010.2058	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5070	08.004.15.451.0010.2058	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

PARAGRAFO PRIMEIRO - Em recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA e exclusivamente através de depósito bancário diretamente na conta do favorecido sendo a mesma. Não serão efetuados pagamentos em cheques e/ou dinheiro.

PARAGRAFO TERCEIRO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada, emitente da fatura.

PARAGRAFO QUARTO - As Notas Fiscais deverão ser entregues na Prefeitura, no endereço já declinado no preâmbulo da presente, contendo a descrição processo licitatório bem como modalidade correspondente. As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail [licitapmcds@gmail.com](mailto:licitapmcds@gmail.com) e também no [compraspmcds@gmail.com](mailto:compraspmcds@gmail.com) e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade.

PARAGRAFO QUINTO - Notas fiscais, quando emitidas, devem ater-se ao departamento para o qual foi destinado objeto havendo 3 possibilidade a saber:

- Para o setor municipal de saúde: Fundo Municipal de Saúde de Cel. Domingos Soares, av Araucária, sn, CNPJ 08899631/0001-04, isento de inscrição estadual;
- Para o setor municipal de ação social: Fundo Municipal de Assistência Social de Cel Dom Soares, av Araucária, sn, CNPJ 14689536/0001-70, isento de inscrição estadual;
- Para os demais setores da administração: Município de Cel Domingos Soares, Av Araucária, 3120, CNPJ 01614415/0001-18, isento de inscrição estadual.

PARAGRAFO SEXTO - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

PARAGRAFO SÉTIMO - Somente serão efetuados os pagamentos das Notas Fiscais que estiverem acompanhadas das respectivas autorizações de compras emitidas pelo Departamento de Compras, as Notas Fiscais que não estiverem acompanhadas destas autorizações não serão recebidas, portanto somente o Departamento de Compras é autorizado a solicitar os produtos e o fornecedor não deverá entregar qualquer item que seja solicitado por terceiros ainda que vinculados a administração municipal.

PARÁGRAFO OITAVO - Pactuam as partes, em comum acordo, que nenhum pagamento, no âmbito deste contrato, deverá ser efetivado ao contratado caso este não comprove, junto a cada nota fiscal emitida em desfavor do contratante, sua condição de regularidade fiscal perante a Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, O FGTS e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidões negativas e/ou certidões positivas com efeitos de negativa. Esta pactuação das partes visa condicionar o contratado a manter durante o curso da prestação dos serviços ou da entrega de bens a condição de regularidade comprovada pelo mesmo por ocasião da participação na licitação.

- O contratado reconhece, desde já, que a eventual retenção de pagamentos pela não satisfação do pactuado neste parágrafo não será reconhecida como retenção indevida.





- b. O contratante se reserva, ainda, o direito de suspender a prestação de serviços ou o fornecimento de bens bem como não mais receber notas fiscais do contratado caso este deixe de cumprir o previsto neste parágrafo.

**CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS**

6.1 O prazo total de entrega/execução será de **24 meses (12/07/2022 à 11/07/2024)**, podendo ser prorrogado de conformidade com o disposto na Lei 8.666/93

6.2 Deverá cada entrega/execução fracionada **ser conforme necessidade do departamento requisitante** após emissão de requisição de compras.

PARAGRAFO PRIMEIRO - É vedado à empresa vencedora executar o objeto sem emissão de ordem de compra/fornecimento expedida pelo 80101 - Departamento de Infraestrutura e Engenharia, sob pena de não reconhecimento das mesmas;

PARAGRAFO SEGUNDO - É vedada a empresa vencedora interromper a entrega e/ou execução do objeto por qualquer motivo, sem aviso prévio antecipado e de no mínimo 05(cinco) dias do referido ato, sob pena de não aceitação do mesmo e aplicação de sanções administrativas;

PARAGRAFO TERCEIRO - A empresa vencedora será única e exclusiva responsável pelo atendimento das legislações: fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, ambientais, equipamentos de proteção individual e seguros em geral;

PARAGRAFO QUARTO - A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho;

PARAGRAFO QUINTO - É vedada a empresa vencedora transferir ao outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

PARAGRAFO SEXTO - Todo objeto entregue e/ou executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

PARAGRAFO SÉTIMO - O objeto será solicitado à empresa vencedora, pelo(a) 80101 - Departamento de Infraestrutura e Engenharia desta municipalidade conforme solicitação interna do depto de origem.

PARAGRAFO OITAVO - A não entrega e/ou execução no prazo anteriormente estipulado será considerada como desistência, podendo a administração pública, indicar o próximo colocado nos itens que ganhou o primeiro, para a entrega e/ou execução, nas mesmas condições oferecidas pelo primeiro colocado, nos termos da legislação vigente;

PARAGRAFO NONO - O prazo de garantia dos produtos fornecidos deverá ser de, no mínimo, três meses para materiais de consumo e de um ano para materiais permanentes e/ou duráveis, contados da data de recebimento pelo Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Constituem direitos do CONTRATANTE receber e fazer cumprir o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Proporcionar todos os meios para que a contratada possa entregar e/ou executar o objeto dentro das normas estabelecidas;
- Proceder à conferência do objeto, certificando-se de que atende as especificações descritas neste contrato;
- Efetuar o pagamento ajustado;
- Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para configurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;
- Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com referência ao fornecimento e/ou execução do objeto.
- Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.





- g) Solicitar o objeto, através de Autorização de Fornecimento devidamente assinada.  
h) Exigir a apresentação de notas fiscais, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem: as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de outros compromissos que exijam tais comprovações.

i) A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros, intermediários ou quaisquer outros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se pela emissão de Nota Fiscal eletrônica, ficando ciente que o Departamento Compras não receberá a Nota que descumprir a legislação pertinente a matéria e o pagamento ficará pendente até a regularização da situação.  
c) A CONTRATADA atenderá o presente contrato, obrigando-se a efetuar a entrega e/ou execução do objeto atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, a segurança e o interesse público.  
d) Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do mesmo.

e) A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Será de responsabilidade do Contratado o pagamento de toda e qualquer situação decorrente da execução do objeto da licitação a que se refere o presente contrato, inclusive eventuais reclamatórias trabalhistas que venham a ser formuladas decorrentes dessa respectiva execução.

**CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA POR INADIMPLENCIA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, a CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - ADVERTÊNCIA:** É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, nos seguintes casos:

1.1.1. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

1.1.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

1.1.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

1.1.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

1.1.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

1.2.1. Quando a licitante se recusar a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;





1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada.

1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

**PARAGRAFO SEGUNDO - MULTA:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

1.1. Nos casos de atrasos:

1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

1.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

1.1.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2;

1.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

1.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a

oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando houver;

1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATADA em admitir atraso





**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

182

superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 1.2.3 do Parágrafo primeiro e 1.1. do Parágrafo segundo.

**PARAGRAFO TERCEIRO - SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:

1.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.1.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

1.1.3. Por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

1.1.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

1.1.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

1.1.3.3. Receber qualquer das multas previstas no parágrafo segundo e não efetuar o pagamento.

1.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

1.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

1.2.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

1.2.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

1.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial Do Município e registrada no Tribunal de Contas Estadual - TCE.

**PARAGRAFO QUARTO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo(a) Prefeito(a) Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**PARAGRAFO QUINTO - Disposições gerais**

As sanções previstas nos parágrafos terceiro e quarto poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.2. Do direito de defesa

1.2.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

1.2.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.





1.2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

1.2.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar:

1.2.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

1.2.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

1.2.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

1.2.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

1.2.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção nos locais competentes.

1.3. Do assentamento em registros

1.3.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Município as sanções aplicadas com fundamento nos itens Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

1.4. Da sujeição a perdas e danos

1.4.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a CONTRATADA pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

#### PARÁGRAFO SEXTO – DA RESCISÃO

1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses;

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada.
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
- d) os demais mencionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA, indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o





objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE**

Uma vez firmado, o extrato do presente Contrato será publicado pela municipalidade em seu Diário Oficial Eletrônico, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, e em outras referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo nº 87 da Lei 8.666/93.
- b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES**

As condições estabelecidas no edital do Processo Licitatório e na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da direção do(s) departamento(s) requerente(s) da licitação que deu origem a este Termo.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá ao Departamento de 80101 - Departamento de Infraestrutura e Engenharia, através do Sr(a) JONAS DOS SANTOS BUENO que determinará(ão) o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo gestor por este indicado.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

185

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As fiscalizações/inspeções serão documentadas, através de Relatórios elaborados pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUCESSÃO E FORO**

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Palmas, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Cel. Domingos Soares-PR 12/07/2022

**CLAUDIO SICKA**  
84162210900

**JANDIR BANDIERA**  
38380331087  
JANDIR BANDIERA  
PREFEITO MUNICIPAL

**JORGE BRESCOVITES SOBRINHO**  
62440322920

**WILSON TIGRE DOS SANTOS**  
33824720906



Quarta-Feira, 13 de Julho de 2022

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES****EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2022 – Data 12/07/2022**

Ref. Pregão 35/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo prefeito Jandir Bandiera, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Avenida Araucária, 2913, apto 101 de CPF nº. 383.803.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR). CONTRATADO(A): ARTEFATOS DE CIMENTO GABRIELA LTDA, Sediada na R. ELIAS CIQUEIRA FONSECA, 1826 BARRAÇÃO 100,M2–CEP: 85557000–BAIRRO: CENTRO, Coronel Domingos Soares/PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.395.004/0001-04

OBJETO(S): Aquisição de tubos e palaques de concreto

VALOR CONTRATUAL: R\$ 705.800,00(Setecentos e Cinco Mil e Oitocentos Reais), respeitados os valores individuais. FORMA DE PAGAMENTO: Até 30 dias após emissão de nota fiscal. Prazo de execução/entrega: 731 dias

Prazo de vigência: 731 dias. FORO: Comarca de Palmas-PR.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta de despesa	Fundação programática	Fuente de recurso	Natureza de despesa	Grupo da fonte
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4580	08.001.26.782.0010.1015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4590	05.001.25.752.0013.1015	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4683	05.001.26.792.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1015	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4960	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5090	05.004.15.451.0013.2058	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5070	05.004.15.451.0013.2058	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5280	08.005.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

04/07/2022